



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TIAGO RENATO TOBIAS VIEIRA

**GOVERNO EVO MORALES (2006-2012):
RUPTURA OU CONTINUIDADE COM A DOMINAÇÃO
BURGUESA?**

TIAGO RENATO TOBIAS VIEIRA

**GOVERNO EVO MORALES (2006-2012):
RUPTURA OU CONTINUIDADE COM A DOMINAÇÃO
BURGUESA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Eliel Ribeiro Machado

Londrina
2014

**Catlogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

V658g Vieira, Tiago Renato Tobias.

Governo Evo Morales (2006-2012): ruptura ou continuidade com a
dominação burguesa? / Tiago Renato Tobias Vieira. – Londrina, 2014.
134 f. : il.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Morales Ayma, Evo, 1959 – Teses. 2. Bolívia – Política e governo – 2006-
2012 – Teses. 3. Coalizões parlamentares – Teses. 4. Ciências sociais – Teses.
I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de
Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
III. Título.

CDU 32(84)

TIAGO RENATO TOBIAS VIEIRA

**GOVERNO EVO MORALES (2006-2012):
RUPTURA OU CONTINUIDADE COM A DOMINAÇÃO BURGUESA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Aldo Durán Gil
UFU – Uberlândia - MG

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa
UNESP – Marília - SP

Londrina, 13 de fevereiro de 2014.

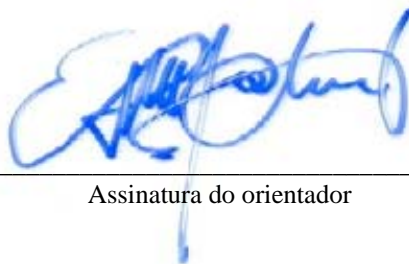
TIAGO RENATO TOBIAS VIEIRA

**GOVERNO EVO MORALES (2006-2012):
RUPTURA OU CONTINUIDADE COM A DOMINAÇÃO BURGUESA?**

Orientador: Eliel Ribeiro Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Tiago Renato Tobias Vieira, orientada pelo Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado e aprovada pela banca de defesa.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Eliel Ribeiro Machado', is written above a horizontal line.

Assinatura do orientador

Londrina
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES pelo financiamento de meus estudos.

Agradeço aos meus companheiros do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), que desde 2008, quando entrei no grupo, sempre promoveram discussões teóricas estimulantes que contribuíram para meu desenvolvimento intelectual e militância marxista.

Agradeço imensamente ao meu orientador Eliel Ribeiro Machado, pela sua infinita paciência e acessibilidade. Mais do que um professor, o considero um amigo sempre disposto e paciente para ajudar a desenvolver minhas pesquisas, desde as primeiras iniciações científicas até o mestrado.

Agradeço aos professores Aldo Durán Gil e Jefferson Rodrigues Barbosa por estarem presentes na minha banca de defesa.

Agradeço a Soraia de Carvalho pelos quilos e quilos de livros emprestados. Você me ajudou muito.

Agradeço a Jórrisa Danilla Aguiar. Desculpe-me pelas intermináveis vezes que enviei mensagens no Facebook e e-mails pedindo ajuda e uma luz teórica.

Agradeço a Patrícia (que conheci no avião, no trajeto Santa Cruz – La Paz) e seu marido, que foram me buscar no aeroporto de El Alto, socorrendo este forasteiro que nunca tinha botado os pés na Bolívia. Agradeço por terem me levado ao Hostel e me mostrado a cidade. Queria poder lhes dar um abraço e um ingresso de um jogo da seleção brasileira para o filho de vocês (como prometi).

Agradeço infinitamente ao Cecílio Gonzáles da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia pela entrevista concedida.

Agradeço também a Jaime Solaris da COB, lutador incansável durante a Guerra do Gás, por ter me recebido na sede da Central e dedicado um bom tempo de sua apertada agenda para uma conversa.

Javo Ferreira, obrigado pela longa entrevista que durou um dia inteiro. Obrigado por ter me abrigado em sua residência, pelo café e pela inigualável disponibilidade e companheirismo.

DEDICAÇÃO

Este trabalho não teria sido concretizado sem o apoio afetivo e intelectual de diversas pessoas que cruzaram meu caminho durante minha vida.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos.

A minha mulher, companheira e pilar, Letícia Souto. Obrigado por estar comigo nestes sete lindos anos. Você foi compassiva com este pesquisador que passou tardes, noites e madrugadas na frente do computador. Nenhum homem tem a minha fortuna de ter alguém como você ao lado.

Aos meus verdadeiros amigos, os de infância e os que apareceram depois: Marcos Terra, Sérgio Ferreira, Natália Lombardi, Thais Maria Vieira Souto, Eduardo Olivieri (vulgo Macaubal) e Davi Fernando.

Aos amigos que fiz durante a graduação e o mestrado: Leonardo Silvano, Gustavo Casasanta, Diego Valladares, Murillo Van der Lan e Edson Elias. Obrigado por estarem sempre presentes, seja para um desabafo ou partilha de felicidades.

Aos professores do departamento de Ciências Sociais da UEL. Independente da posição política e escolha epistemológica de cada um, muito do que sou hoje devo a todos vocês.

Ao povo guerreiro da Bolívia, por sua magnífica luta e por nunca abaixar a cabeça e as armas perante qualquer injustiça.

VIEIRA, Tiago Renato Tobias. **Governo Evo Morales (2006-2012): Ruptura ou continuidade com a dominação burguesa?** 2014, 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo elucidar algumas questões acerca dos dois governos de Evo Morales. Para melhor compreensão se, de fato, este governo representou ou não mudanças no processo de dominação das classes e frações dominantes, nos deteremos inicialmente em uma breve comparação com um período político imediatamente anterior, conhecido como “democracia pactada” (1985-2005), quando se observa determinadas coalizões partidárias no Parlamento boliviano que não se mantiveram durante o objeto de estudos desta dissertação. Nossa hipótese é a de que, mesmo representando mudanças políticas importantes no cenário social, político e econômico daquele país, o governo Morales não foi capaz de promover alterações significativas no quadro da dominação de classes, embora tenha sido uma candidatura oriunda das lutas populares, mais especificamente do movimento cocaleiro.

Palavras-chave: Bolívia. Democracia pactada. Neoliberalismo. Coalizões partidárias. Governo Evo Morales.

VIEIRA, Tiago Renato Tobias. **Evo Morales government (2006-2012): rupture or continuity with bourgeois domination?** 2014. 134 p. Dissertation (Master in Social Sciences) State University of Londrina, Londrina, 2014

ABSTRACT

This present dissertation aims to clarify some issues about the two governments of Evo Morales. For better understanding, in fact, this government represented or not changes in the domination of the dominant classes and fractions proceedings originally dwelling on for a brief comparison with the immediately preceding policy period, known as "compacted democracy" (1985-2005), when observing certain partisan coalitions in the Bolivian Parliament that were not sustained over the object of study of this thesis. Our hypothesis is that, even accounting for major policy changes on the social scene, political and economic of the country, the Morales government has been unable to promote significant changes in the context of class domination, although it has been a candidate belonging to the popular struggles, more specifically the coca grower movement.

Keywords: Bolivia. Compacted democracy. Neoliberalism. Coalitions. Government of Evo Morales

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADN	Ação Democrática Nacionalista
AFP	Administradora dos Fundos de Pensão
AID	Agência Interamericana de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BONOSOL	Bônus Solidário
CEPB	Confederação dos Empresários Privados da Bolívia
CIDOB	Confederação de Povos Indígenas da Bolívia
COB	Central Obrera Boliviana
CONALDE	Conselho Nacional Democrático
COMIBOL	Corporação Mineira de Bolívia
CONAMAQ	Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qollasuyo
CONDEPA	Consciência de Pátria
CSCB	Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia
CSTB	Confederação Sindical dos Trabalhadores Bolivianos
CSUTCB	Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia
ENDE	Empresa Nacional de Eletricidade
ENFE	Empresa Nacional de Ferrovias
ENTEL	Empresa Nacional de Telecomunicações
FDA	Frente Democrática Antifascista
FSE	Fundo Social de Emergência
FMI	Fundo Monetário Internacional (IMF – International Monetary Fund)
FNMCIOB-BS	Federação Nacional de Mulheres Camponesas Originárias da Bolívia - Bartolina Sisa
FSTMB	Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos
FPU	Frente do Povo Unido
IED	Inversão Estrangeira Direta
IU	Esquerda Unida (Izquierda Unida)
LAB	Lloyd Aéreo Boliviano
LPP	Lei de Participação Popular
MAS	Movimento ao Socialismo
MBL	Movimiento Bolivia Libre
MIP	Movimento Indígena Pachakuti

MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MRTKL	Movimiento Revolucionario Tupac Katari de Libertação.
NFR	Nova Força Republicana Republicana
PIR	Partido da Esquerda Revolucionária (Partido de la Izquierda Revolucionaria)
PODEMOS	Poder Democrático e social
POR	Partido Obrero Revolucionario
PPB-CN	Plano Progresso para Bolivia-Convergência Nacional
PRIN	Partido Revolucionário da Esquerda Nacional (Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional)
PSOB	Partido Socialista Obrero Boliviano
PURS	Partido da União Republicana Socialista (Partido de la Unión Republicana Socialista)
SIRESE	Sistema de Regulação Setorial
TIPNIS	Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore
TCO	Terras comunitárias de origem
TGN	Tesouro Geral da Nação
UCS	Unidade Cívica Soliariiedade
UDB	União Democrática Boliviana
UDP	Unidade Democrática Popular
VERDES	Verdade e Democracia social
UN	Unidade Nacional
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Boliviano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
MAPA DA BOLÍVIA	17
CAPÍTULO 1 - A TRANSIÇÃO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA PARA O MODELO DE ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL	18
1.1 O MODELO DE ACUMULAÇÃO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA	18
1.2 AS ELEIÇÕES DE 1985	26
1.3 DEMOCRACIA PACTADA E NEOLIBERALISMO	30
1.4 A MARCHA PELA VIDA	40
1.5 TERCEIRO GOVERNO DE VICTOR PAZ ESTENSSORO: 1985-1989	42
1.6 NOVOS PARTIDOS ENTRAM NA CENA POLÍTICA E O GOVERNO DE JAIME PAZ ZAMORA (1989-1993).....	45
1.7 O GOVERNO DE GONZALO SÁNCHEZ DE LOZADA (1993-1997).....	51
1.8 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1997 E A VOLTA DE HUGO BANZER À PRESIDÊNCIA	56
1.9 BANZER E O PROJETO DE ERRADICAÇÃO DAS FOLHAS DE COCA	57
CAPÍTULO 2 - AS REVOLTAS ANTINEOLIBERAIS: CRISE DO NEOLIBERALISMO NA BOLÍVIA E O COLAPSO DA DEMOCRACIA PACTADA	60
2.1 A GUERRA DA ÁGUA.....	60
2.2 AS ELEIÇÕES DE 2002 E O SEGUNDO GOVERNO DE GONZALO SÁNCHEZ DE LOZADA.....	63
2.3 AS ELEIÇÕES DE 2005: O FIM DA DEMOCRACIA PACTADA	71
CAPÍTULO 3 - A ASCENSÃO DO MOVIMENTO AO SOCIALISMO: PRINCIPAIS FEITOS, AVANÇOS E RECUOS.	75
3.1 O PRIMEIRO GOVERNO DE EVO MORALES E GARCIA LINERA (2006-2010)	75
3.2 ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E A NOVA CONSTITUIÇÃO POLITICA DO ESTADO: TENSÕES ENTRE OCIDENTE E ORIENTE.....	80

3.3	A “NACIONALIZAÇÃO” DOS HÍDROCARBONETOS	83
3.4	O DECRETO Nº 28.701 “HEROES DEL CHACO.....	84
3.5	A NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO	89
3.6	O SEGUNDO GOVERNO DE EVO-GARCIA LINERA (2010-2012)	93
3.7	O “SOCIALISMO COMUNITÁRIO”, CAPITALISMO ANDINO-AMAZÔNICO E NEO- DESENVOLVIMENTISMO	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
	REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão tem como objeto o governo Morales (2006-2012) eleito pela primeira vez em 2005 e reeleito em 2009. Deste governo, investigamos se, de fato, como apregoava sua candidatura, os seus apoiadores e alguns intelectuais, significou uma ruptura com a dominação burguesa boliviana ou se foi uma continuidade em novos termos, uma vez que se trata de um candidato indígena, pertencente ao movimento cocaleiro e, mais ainda, oriundo das lutas populares daquele país. Além disso, não menos importante, sua candidatura defendia uma transição ao socialismo, para fazer jus ao partido pelo qual foi eleito, o MAS – *Movimiento al Socialismo*. Entre os discursos proferidos, o apoio das massas e as ações concretas de governo, certamente encontramos muitas defasagens. Entretanto, para aferirmos se houve ou não ruptura ou se é um governo de continuidade – embora aparentemente afirme não sê-lo – com a dominação das classes e frações dominantes bolivianas, recorreremos a uma breve comparação com o período imediatamente anterior, conhecido como “democracia pactada” (1985-2005) a fim de elucidarmos as coalizões partidárias estabelecidas, no plano da cena política do país. E, caso tenha havido mudanças, é importante saber quais foram e seus impactos sobre vida política, social e econômica da Bolívia. Para conseguirmos tal intento, dividimos esta dissertação em três partes.

No primeiro capítulo, cujo título é “A consolidação do modelo de acumulação nacional-desenvolvimentista, discutiremos o modelo de acumulação “nacional-desenvolvimentista” que foi sendo construído na Bolívia tanto por governos civis como por militares. Este modelo de acumulação foi tomado como elemento norteador da economia boliviana a partir da Revolução Nacionalista de 1952 e caracterizou-se pelos seguintes elementos: a passagem de uma economia mineiro-exportadora monopolista que estava em mãos de capitalistas internacionais para uma economia mineiro-exportadora que passou para o controle monopolista estatal; modernização capitalista; o Estado aparecendo como agente notório nas relações capitalistas no país.

Na sequência, analisaremos as eleições presidenciais do ano de 1985, visto que durante a primeira metade da década de 1980, a Bolívia passou por processos de instabilidade política e econômica. Durante o governo do presidente Siles Zuazo, da UDP, o país se viu imerso em uma crise de hiperinflação e em uma crise política. A crise econômica provinha do esgotamento do modelo de acumulação “nacional-desenvolvimentista”, o que levou ao questionamento deste modelo de acumulação capitalista por tecnocratas neoliberais, que tinham livre trânsito no aparelho de Estado.

A crise política refere-se à impossibilidade de se governar um país nos marcos estabelecidos pela democracia burguesa sem ampla maioria nas casas legislativas (Câmara e Senado). Tal foi o impasse de Hernan Silez Zuazo e de seu partido, a UDP. Para sair da crise econômica em que estavam mergulhados, o governo precisava aprovar medidas emergenciais, mas pela não construção de maioria parlamentar se viu imerso em uma crise política sem precedentes, o que fez com que as eleições anteriormente marcadas para 1986 fossem adiantadas para 1985. As eleições de 1985 marcaram um ponto de ruptura na história política boliviana. Victor Paz Estenssoro, do MNR, é eleito pela terceira vez presidente e dá início ao período neoliberal na Bolívia. Paz Estenssoro e sua equipe econômica lançam as bases programáticas para a reorientação radical da economia do país, sepultando por hora, o “nacional-desenvolvimentismo” e abrindo as portas do país para o modelo neoliberal.

A seguir, discutiremos as bases da reorientação econômica boliviana. Como veremos, a década de 1980 ficou marcada pela instabilidade política decorrente de uma “crise de governabilidade” no interior do parlamento. O governo da UDP não conseguia aprovar medidas para tirar a Bolívia de sua crise econômica, pois dois partidos lhe faziam oposição: MNR e ADN. Para evitar o bloqueio partidário no Parlamento, os partidos burgueses entram em consenso e criam o chamado “Acordo Patriótico”. Esse acordo foi o início do período chamado de *democracia pactada* que tem esta denominação porque a base de seu funcionamento é a concordância estabelecida entre os partidos burgueses acerca da governabilidade. Os partidos hegemônicos dos tempos da “democracia pactada” (MNR-ADN-MIR) se alteraram no governo durante duas décadas e faziam oposição formal entre si, mas sem apresentar perigos para a estabilidade neoliberal. A “democracia pactada” serviu para estabelecer um consenso parlamentar para que nenhum partido que estivesse no exercício do governo sofresse oposição radical de outro. Isso resultou na aprovação irrestrita dos projetos que abriram a economia boliviana para que o neoliberalismo exercesse sua dominação econômica sem empecilhos (oposição) no legislativo.

Estas medidas encontraram resistências dos trabalhadores, como foi o caso da “Marcha pela Vida”, convocada pela COB. Esta marcha pode ser entendida como um ponto de ofensiva proletária de grandes proporções e, também, como ponto de refluxo das centrais sindicais que entraram em descenso nos anos posteriores com a ofensiva neoliberal. Os trabalhadores, após a marcha, vão aos poucos perdendo a centralidade, dando lugar a sujeitos históricos distintos, como os indígenas, os camponeses produtores de coca, entre outros.

Dada a sua importância na reorientação política e econômica do país em direção à ofensiva neoliberal e à abertura ao capital estrangeiro, dedicamos uma parte deste primeiro capítulo ao terceiro governo de Victor Paz Estenssoro. Durante o governo do MNR, partido que estava identificado com as demandas populares graças ao seu papel na Revolução Nacionalista de 1952, ocorre um giro em seu conteúdo programático. De partido pequeno-burguês com tinturas nacionalistas, o MNR converte-se no mais expressivo defensor das políticas de livre-mercado que assolaram a Bolívia de 1985 em diante. A reorientação econômica defendida pela burocracia estatal e pelos tecnocratas neoliberais pautava-se pela doutrina do “choque” econômico.¹

Em seguida, procuramos investigar o caráter dos partidos políticos que entram na cena política boliviana nas eleições presidenciais de 1989, quando saiu vitorioso Jaime Paz Zamora, ligado a um partido de corte esquerdista, o MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária), mas que se converteu em mais um ferrenho defensor das políticas neoliberais no início da década de 1990. Dentre esses partidos, estão a Unidade Cívica Solidariedade e o partido Consciência da Pátria (CONDEPA). Mas os partidos políticos hegemônicos continuam sendo três: MNR – ADN – MIR. Como o governo estava nas mãos do MIR de Paz Zamora, restou ao MNR e a ADN manterem o pacto de governabilidade inaugurado na segunda metade da década de 1980, que assegurou que a ofensiva neoliberal passasse para seu segundo estágio, que foi o estágio da privatização das empresas mais importantes pertencentes ao Estado boliviano.

Depois da eleição de Zamora, entra na cena política o primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR) (1993- 1997). Durante o seu governo, as empresas públicas de gás, petróleo, eletricidade e transporte ferroviário são entregues a administradores estrangeiros. Interessa-nos saber especialmente neste período como se deu a consolidação do domínio do capital monopolista transnacional e como a coalizão partidária do período legitimava e assegurava o respectivo interesse do capital monopolista transnacional.

Por fim, estudaremos a volta do ex-ditador Hugo Banzer (ADN) à presidência da Bolívia (1997 – 2001). Em seu governo tivemos a terceira fase da ofensiva neoliberal, representada pela entrega completa das empresas públicas a consórcios internacionais e, também, a tentativa de se privatizar os recursos naturais, como a água. Seu governo ficou marcado pela constante repressão aos movimentos populares, como os dos plantadores da folha de coca, os conhecidos *cocaleros*. Neste período, presencia-se uma

¹ Além do excelente livro de Naomi Klein, intitulado “A doutrina do choque”, pode-se assistir ao documentário de mesmo nome, disponível na internet em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwUeo>>

constante intromissão e ingerência do imperialismo norte-americano que, com o pretexto de “luta contra as drogas”, tinha por objetivo o controle e domínio político-econômico do país. Em nossa hipótese, o governo Banzer pode ser considerado o último reduto da estabilidade do regime da “democracia pactada”.

No capítulo 2, *As revoltas antineoliberais: crise do neoliberalismo na Bolívia e o colapso da democracia pactada*, o estudo do segundo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (2002-2003) se faz necessário, pois ele aparece como o último bastião da governabilidade pactuada. O período do curto governo de “Goni” aparece como o mais emblemático do ponto de vista da luta de classes na Bolívia. A Guerra da Água dos anos 2000 inaugurou um novo ciclo de rebeliões populares que explodiram na Bolívia, um ciclo quase revolucionário que culminou com a renúncia de Lozada e a posse de Carlos Mesa, seu então vice-presidente em 2003. Os movimentos populares, depois de anos de relativo refluxo, no início do século XXI reaparecem, reconfigurando a luta de classes e questionando a herança neoliberal.

As eleições do ano de 2005 aparecem como o ponto final da “democracia pactada”, que caiu por terra com o refluxo dos partidos de centro e direita que representavam os interesses do capital monopolista transnacional. Observaremos que os partidos até então hegemônicos (MNR-MIR-ADN) conseguem votações pífias nas eleições legislativas e novas forças políticas, como o Movimento ao Socialismo e o Movimento Indígena Pachakuti aparecem como elementos capazes de aglutinar os votos de uma população descontente com o que então lhe era oferecido. As eleições deste ano marcam a vitória de Evo Morales e Álvaro García Linera, bem como a ascensão de um singular partido-sindicato de base camponesa, o MAS.

No capítulo 3, *A ascensão do Movimento ao Socialismo: Principais feitos, avanços e recuos*, nos deteremos nas análises dos dois governos do MAS (2006-2010) e no início do seu segundo governo (2010-2012). Neste capítulo, onde está centrado o objeto desta pesquisa, vamos elencar as principais reformas realizadas durante a gestão *masista*, como a “nacionalização” dos hidrocarbonetos, a Assembleia Constituinte, a promulgação de uma Nova Constituição que serve de sustento ao Estado Plurinacional, bem como a orientação econômica da gestão atual e os projetos econômicos do chamado capitalismo andino-amazônico. O que buscaremos desvendar neste trabalho são os seguintes questionamentos: a partir da ascensão do MAS ao governo, houve alterações significativas na representação dos interesses de classe do partido que estava no governo?

Se sim, a que interesses a atual gestão está servindo? O governo Evo-Garcia Linera está desmontando o neoliberalismo? O governo atual está buscando superar o capitalismo ou o projeto *masista* é um projeto de restauração capitalista e burguesa? O governo do MAS aponta para o socialismo ou o que está em curso é a construção de um capitalismo de base desenvolvimentista? Ao mesmo tempo em que comparamos dois períodos distintos da cena política boliviana, aproveitamos para desvendar caráter político e ideológico do governo do MAS e os rumos que esse governo está dando para a Bolívia, país dependente e periférico dos grandes centros capitalistas mundiais.

Por ocasião da pesquisa de campo, realizada na Bolívia em janeiro de 2013², foram feitas entrevistas com dois importantíssimos líderes da classe trabalhadora, Jaime Solaris, da COB e Cecílio González, da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), assim como Javo Ferreira, professor universitário e militante da LOR-IV Internacional. As entrevistas contribuíram para o andamento do trabalho e, na medida das necessidades, foram incorporadas ao texto. As referências bibliográficas estão divididas entre livros e artigos, documentos governamentais e programas de governo e periódicos disponíveis na internet.

² O interesse em estudar a Bolívia surgiu durante a graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Londrina, durante uma disciplina ministrada pelo meu orientador, Eliel Ribeiro Machado. Desde então, a vida política boliviana tem me chamado atenção desde 2008 e, durante o mestrado, optei por seguir os estudos sobre o país em questão, tentando compreender melhor o que se passa no momento atual boliviano. A pesquisa de campo foi muito proveitosa, no sentido de que indo ao encontro do objeto estudado, não só se coletam dados como se pode captar o *zeitgeist* de um país tão fascinante. A estadia na Bolívia durou 14 dias. Passei por Santa Cruz e La Paz. Foi nesta última cidade que realizei as entrevistas com Javo Ferreira, Jaime Solaris e Cecílio Gonzáles.

CAPÍTULO 1

A TRANSIÇÃO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO “NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA” PARA O MODELO DE ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL

1.1 O MODELO DE ACUMULAÇÃO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA

O ponto inicial para se compreender a necessidade da adoção da chamada *democracia pactada* e as modificações ocorridas na correlação de forças dentro do parlamento boliviano durante 1985 e 2005, é a transição do ciclo autoritário que vai de 1978 ao ano de 1982, marcado pela instabilidade política do Estado burguês na Bolívia, cujos motivos são uma crise de governabilidade do governo da UDP e a crise da hiperinflação que aplanou o terreno para a adoção do neoliberalismo enquanto modelo econômico a partir de 1985. Este tempo histórico, no caso boliviano em específico e latino-americano em geral, marca o período de transição das ditaduras militares para regimes “democráticos”, quando os militares, por motivos vários, saem do governo e passam manejo dos Estados aos governos ditos civis.

O tipo de Estado em vigor até 1985 na Bolívia pautava-se pelas políticas baseadas em um modelo de acumulação nacional-desenvolvimentista, herança econômica significativa do processo revolucionário nacionalista de 1952 que, em teoria, seria uma tentativa de golpe de Estado do MNR³ em 9 de abril do mesmo ano para desapossar do governo Mamerto Urriolagoitia e a junta militar que passou a governar o país durante o processo de crise revolucionária, mas que na prática significou a tomada da dianteira revolucionária pela aliança operário-camponesa que se armou e tomou as ruas, surpreendendo a burocracia pequeno-burguesa do MNR. Nesse período de embate entre a pequena burguesia então nacionalista, apoiada por setores populares, funda-se a Central Obrera Boliviana.

³ Fundado em 1941 por jovens nacionalistas e por oficiais do Exército boliviano, o Movimento Nacionalista Revolucionário procurou desde suas origens organizar os operários mineiros. Dirigiu a luta dos trabalhadores das minas de Catavi, em 1942, e depois denunciou o massacre cometido pelas autoridades. Chegou ao governo com a eleição de Gualberto Villarroel, que foi derrubado, provocando uma guerra civil. Ao final desta, em 1951, foram convocadas eleições, nas quais triunfou Victor Paz Estenssoro. O partido também dirigiu a revolução de 1952, que nacionalizou as minas, realizou a reforma agrária e substituiu o Exército regular por milícias populares. O partido, contudo, aos poucos foi se tornando moderado, até acabar sujeitando-se às propostas do Fundo Monetário Nacional (FMI) e incorporando-as. Em 1993, já com uma feição liberal, voltou à presidência com Gonzalo Sánchez de Lozada, que colocou em prática um programa neoliberal, produzindo uma profunda crise social no país. Eleito novamente em 2002, ele tentou retomar seu programa econômico, mas rapidamente teve de renunciar, diante da pressão popular. (LINERA, 2006, p. 803)

Uma semana depois da vitória operária de 1952, em 16 de abril, reuniram-se todos os sindicatos e setores organizados da sociedade e decidiram criar uma central que unificasse a maioria dos trabalhadores – a COB –, com os operários das fábricas e das minas como núcleo. Desde então, a COB se transformou em um movimento social que é, estruturalmente, a articulação de vários movimentos sociais, em torno da condução e da hegemonia operárias. (LINERA, 2006, p. 205)

Após a chegada do MNR ao governo em 1952, o presidente Victor Paz Estenssoro⁴ adota medidas que não podem ser consideradas revolucionárias, mas reformistas e que tinham por objetivo levar a Bolívia rumo à modernização capitalista. Uma das reformas realizadas foi a nacionalização do complexo mineiro boliviano. Com a nacionalização do setor mineiro, é dado um golpe nos interesses da chamada “rosca”, composta por três grandes magnatas do estanho: Maurício Hoschild, Carlos Aramayo e Simon Patiño. Cria-se a COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia) e a administração das minas passa às mãos do operariado, sob supervisão estatal. Segundo Mesa (2007), a consequência fundamental da nacionalização foi tirar a administração do excedente econômico mineiro de mãos privadas e entregá-las às mãos do Estado. O setor mineiro era responsável por mais de 80% da renda total do país, constituindo-se desde os tempos de colonização espanhola, como o eixo articulador da economia boliviana. A segunda medida impactante foi a reforma agrária.

Entre las medidas adoptadas por el gobierno revolucionario, probablemente la reforma agraria sea la más significativa. Esencialmente porque fue el paso más importante dado en la época republicana por integrar el país y hacerlo una verdadera nación. La reforma significó entre otras cosas la incorporación de casi 2.000.000 de habitantes al mercado nacional como productores y también como consumidores (sobre una población total de 3.000.000 [...]). Antes de la reforma agraria los grandes propietarios, particularmente en el altiplano y el valle, controlaban en latifundios más de 95% de las tierras cultivables del país. (MESA, 2007, p. 497).

A reforma agrária transforma o antigo camponês em pequeno proprietário, incorpora no mercado nacional um grande número de habitantes e elimina grande parte do latifúndio. A estrutura agrária boliviana, desde o final do século XIX até a reforma agrária, teve como principais traços o aumento da ocupação do espaço pela grande propriedade como também a diferenciação social do campesinato, no que diz respeito à sua organização produtiva interna. O avanço capitalista no mundo agrário andou ao lado da evolução deste processo, na medida em que se apoiou no desenvolvimento de relações estabelecidas entre

⁴ Estenssoro governou a Bolívia em três ocasiões. Entre 1952-1956, 1960-1964 (quando foi derrubado por René Barrientos Ortuño, em um golpe militar) e entre 1985-1989.

grande e média propriedade e campesinato, para se introduzir no sistema agrário boliviano. Desde o começo do século 20 até a reforma de 1953, a Bolívia estava estruturada econômica e socialmente nos seguintes pilares: a mineração do estanho, no Oeste; a economia da borracha, no Norte; e a exploração de petróleo e gás natural, na região Sudeste.

A atividade mineradora foi a mais importante base do desenvolvimento econômico boliviano, pois em torno da mineração, ergueu-se uma economia de mercado, a qual influenciou grandes extensões de agrícolas na região dos vales de Cochabamba e das áreas de planalto, gerando um movimento migratório para os centros mineiros, por parte das populações camponesas localizadas nas comunidades indígenas e nos latifúndios próximos. A mineração teve um efeito catalisador sobre as áreas agrícolas e sobre as comunidades indígenas, atraindo para o seu complexo produtivo a mão de obra proveniente do campo. (COSTA NETO, 2005)

Outras reformas são importantes, como a instituição do voto universal. Até 1951, o direito ao voto era restringido. Mulheres e analfabetos estavam excluídos do direito de sufragar seus governantes. Após o triunfo da Revolução de 1952, o direito ao voto foi dado aos bolivianos maiores de 21 anos (direito estendido aos maiores de 18 anos, sendo casados), o que levou à participação política mais de 70% da população boliviana. Além da universalização do direito ao sufrágio, tem-se, em 1955, uma reforma educativa que universaliza a educação e permite o acesso aos bancos escolares (desde o ensino fundamental, técnico e universitário) de boa parte da população.

As reformas educacionais e a permissão para que todos os bolivianos autorizados pela lei pudessem votar constituíram-se em um amplo e massivo processo de homogeneização cultural e “cidadã”. No aspecto educativo, o castelhano era a única língua ensinada nos bancos escolares. Isso levou a uma padronização das chamadas identidades indígenas através da padronização idiomática que não levava em conta as diversas línguas e culturas existentes no interior das comunidades indígenas. A reforma agrária, ao universalizar o acesso à terra, levou a um processo de uniformização agrária no sentido de não levar em conta as diversas formas de propriedades indígenas, que adotam diversas modalidades produtivas em seu interior, transformando o indígena em camponês e pequeno-proprietário.

Conducida por el MNR, la Revolución de abril de 1952 triunfa en gran medida gracias al apoyo del campesinado boliviano, cuyos cuadros están cada vez más convencidos de que con el movimientismo, “juntos, luchan contra el mismo enemigo”, es decir, los hacendados. No obstante, el acceso al poder por parte del MNR no significa una rehabilitación del “indio”. Enmarcado en una nueva doctrina, el nacionalismo revolucionario, el proyecto político del Movimiento se asimila cada vez más a la “alianza entre todas las clases” a la cual son invitados a sumarse los indígenas. (La ideología emenerista persigue el objetivo nunca cumplido de homogeneización de la población boliviana. En el caso del mundo rural, tal planteamiento se traduce por la sustitución de la figura del “indio” por la del “campesino”. Los tiempos que se vienen entonces son los de la extensión de derechos para este último, lo que se concreta por la introducción del sufragio universal en julio de 1952, la reforma agraria en agosto de 1953 y la implementación de una reforma educativa (1955) que permite una escolarización en idioma castellano extendida hacia el mundo rural en su conjunto. (DO ALTO, 2007, pp. 24-25)

Tais reformas, principalmente a nacionalização mineira, reforma agrária e a nacionalização dos hidrocarbonetos respondiam a uma imperiosa necessidade de dinamizar a economia boliviana e promover uma acumulação capitalista sob bases nacionais, pois, de acordo com Terán (2006, p. 49), “puesto que las haciendas y el enclave minero obstruían la generación de un excedente económico que tenga efectos – a multiplicadores e impulse el crecimiento.” Para isso, foram criadas empresas como a COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia) e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), estatal de vital importância até os dias atuais. A Revolução Nacionalista de 1952 foi um duro golpe na burguesia mineira.

Apesar da universalização do voto e do ensino, a nacionalização das minas e a reforma agrária são os elementos mais importantes deste período, afinal, são essas reformas que dão os suportes necessários ao modelo de Estado nacional-desenvolvimentista que começou a ser arquitetado a partir deste período e foi desmontado pelas políticas neoliberais de 1985 em diante. Mesmo a Bolívia passando por um ciclo de ditaduras militares nos períodos de 1964-1978, o modelo de acumulação nacional-desenvolvimentista sofreu poucas alterações no decorrer do tempo. Segundo Gil (2008, pp. 158-159)

A Revolução Nacional de 1952 mostra uma nova fase de transição capitalista periférica determinada pelo desenvolvimento de um tipo de capitalismo de Estado: a passagem de uma economia mineiro-exportadora monopolista privada para uma economia mineiro-exportadora monopolista de Estado. Nesta fase, a estrutura jurídico-política (o Estado) sofre modificações mais rápidas em relação às transformações socioeconômicas capitalistas: o aparelho estatal se moderniza e o Estado adota um papel crucial como agente principal do desenvolvimento capitalista [...]. Nas suas dimensões socioeconômicas e políticas gerais, procura-se recuperar a soberania do país e os principais recursos de exportação com forte controle do

Estado e com a ampliação deste através da implementação duma política nacional-desenvolvimentista. Tal revolução viabiliza a instauração de uma variante de Estado populista e um regime político que insere a classe trabalhadora e as massas populares urbanas no sistema político. O que é feito através da aplicação de uma política de outorga de certas concessões como sufrágio universal, legislação social e trabalhista favorável e funcionamento do sindicalismo comandado pela COB na cidade e no campo com o objetivo de buscar uma ampla base social de apoio para realizar os projetos nacional-desenvolvimentistas do regime do MNR – isto é, uma política de integração/controlar das massas trabalhadoras.

Essa foi a mais importante empreitada da modernização capitalista boliviana para se construir um padrão de acumulação de caráter nacional. A partir de 1952, ocorre um incremento do protecionismo às empresas nacionais e as medidas econômicas ao agrado dos anseios da classe média urbana levavam a uma experiência não oligárquica de governo a se constituir em uma real alternativa de Estado nacionalista de cunho pequeno-burguês radical. (COSTA NETO, 2005). Com o passar do tempo a Revolução Nacionalista perde seus rumos, em parte, devido às influências do imperialismo norte-americano que utilizava financiamentos como moeda de troca para contenção do ímpeto revolucionário das massas sublevadas, pois a partir de 1961, a reforma agrária passou a receber a influência da política estadunidense da Aliança para o Progresso. Mas o modelo de acumulação nacional-desenvolvimentista manteve suas bases, mesmo durante o longo ciclo de ditaduras militares pelo qual passou o país entre as décadas de 1960 e 1970. Segundo as análises de Quintana (2000), a situação econômica boliviana esteve intimamente ligada à decomposição política da ditadura militar. Nos primeiros anos do governo de Hugo Banzer⁵, a situação da economia era favorável devido a três fatores: aumento dos preços do petróleo, do estanho e um positivo saldo comercial da exportação agroindustrial da região oriental. A partir de 1974, a economia passou a entrar em um relativo retrocesso.

⁵⁵ Militar de carreira, o general Hugo Banzer Suárez foi presidente da Bolívia duas vezes: a primeira por força de um golpe de Estado, e a segunda pela via eleitoral. Chegou à presidência pela primeira vez com o golpe militar perpetrado contra o governo de esquerda do também general Juan José Torres, em 1971, ocupando o cargo até 1978. Seu governo corresponde às outras ditaduras militares contemporâneas no cone sul. Como ditador, violou sistematicamente os direitos humanos e participou da Operação Condor, de repressão conjunta aos movimentos de resistência democrática, além de implantar um programa de abertura da economia boliviana ao capital estrangeiro. Foi derrubado por outro golpe militar e, posteriormente, fundou um partido político: a Aliança Democrática Nacionalista (ADN), pelo qual candidatou-se à presidência em 1980, 1989 e 1993, mas só conseguiu ser eleito em 1997. Seu segundo governo orientou-se pelas determinações dos EUA para o continente, empenhando-se na erradicação da coca – política que fracassou, deixando um grave problema para seus sucessores. Vítima de câncer, renunciou ao mandato em 2001, vindo a morrer em 2002. (LINERA, 2006, p. 165)

Apesar do modesto crescimento econômico, as estatísticas oficiais mascaravam uma modernização apenas aparente. Um exemplo disso foi a estimativa de um PIB per capita de US\$600 em 1976 e de US\$729 em 1977, enquanto o Banco Mundial calculava, para este último ano, US\$360. Quaisquer que sejam as causas do declínio da economia, a mais grave foi certamente o recurso a empréstimos externos, na falta de investimentos estrangeiros. Em 1971, a dívida externa era de aproximadamente US\$780 milhões, passando a US\$3,1 bilhões ao final de 1978. Esse aumento desmedido, que jamais foi acompanhado de um crescimento correspondente nas exportações, elevou drasticamente o serviço da dívida, que passou de 17,3 para 32% do valor das exportações naqueles anos. A situação se agravou porque as fontes de financiamento não foram os governos estrangeiros, mas os bancos privados⁶.(QUINTANA, 2000, p. 60)

A partir de 1980, a crescente inflação golpeia a país, permitindo a posterior ofensiva do neoliberalismo a partir da segunda metade da década de 1980. Com a saída do ditador militar Hugo Banzer do governo, tem-se início um amplo período de instabilidade política na Bolívia. Entre 1978 e 1982, a ela foi governada por nove presidentes e uma junta militar.

Diversos analistas assinalam acertadamente que a dissolução da vontade coletiva e da capacidade de enfrentar uma crise tão aguda que impediu a saída negociada do governo autoritário obedeceu principalmente à acumulação da crise orgânica do Estado de 52. Essa crise, caracterizada pelo “empate catastrófico”, transcendeu os meros limites do exercício de dominação militar. Neste sentido, a transição simplesmente conteve o processo de derrubada da Revolução Nacional pelo elo mais fraco, isto é, pela via puramente repressiva. Assim, as diversas formas de ocupação militar do poder iniciadas em 1964, algumas marcadas pelo nacionalismo (1969-71)⁷, outras por um liberalismo repressivo (1971-78) com prolongamentos erráticos (1978-82), revelam finalmente uma crise crônica de hegemonia no país. Assim, as distintas fórmulas autoritárias constituíram simplesmente soluções falsas de força ante uma crise de ordem estrutural da qual foi parte substantiva a própria ditadura militar. (QUINTANA, 2000, p. 58)

Linera (2006, p. 193) acentua que:

⁶ O que fica claro é que em nenhum momento o crescimento da dívida foi acompanhado por um desenvolvimento autêntico. Ao contrário, entre 1971 e 1978, a média de greves foi a mais alta das três últimas décadas e o poder aquisitivo dos salários caiu de 47 para 31%. Desde 1981, a taxa do crescimento do PIB foi negativa, segundo informações da Cepal (-1,1% em 1981, -9,2% em 1982). Em consequência, o PIB per capita caiu nesse mesmo período de -4,1 para -11,11%. As exportações, que haviam chegado a US\$1,036 bilhão em 1980, caíram para US\$994 milhões em 1981 e para US\$897 milhões em 1982. A taxa de inflação, que havia subido a 35%, explodiu em 1981, chegando aos 300%. Enquanto o pagamento de juros chegava a 43,6% em 1982, o desemprego pulava de 9,7 para 12% (Dunkerley *apud* Quintana, 2000, p. 61).

⁷ Quintana refere-se aqui ao governo de Juan José Torres.

Embora as ditaduras militares tenham deixado de pé o modelo desenvolvimentista na economia e a subordinação clientelista das organizações camponesas sob a denominação do “pacto militar campesino” (pacto militar-camponês), se inclinaram para posições mais conservadoras ou progressistas, dependendo das alianças internas que faziam. Barrientos (1964-1969) favoreceu a entrega de recursos estatais ao novo empresariado mineiro, reduziu os direitos sociais dos trabalhadores, reprimiu sindicatos operários e enfrentou a guerrilha de Che, enquanto Alfredo Ovando (1969-1970), com o apoio de intelectuais civis, nacionalizou a Gulf Company. Juan José Torres (1970-1971), um general de tendências esquerdistas, nacionalizou outras empresas mineiras e ofereceu o co-governo a COB, enquanto o general Hugo Banzer Suárez [...] utilizou os recursos públicos e a dívida externa para apoiar os setores agroempresariais na região leste do país.

Pode-se dizer que os momentos de instabilidade encontraram uma trégua a partir de outubro de 1982. Segundo Mesa (2007, p. 554):

Pero el cambio más significativo se dio en la orientación político económica del país. El fracaso de la UDP hundió el proyecto de estado nacional y la ideología forjada en 1952. Los acelerados cambios mundiales a partir de los gobiernos de Reagan en Estados Unidos y Thatcher en el Reino Unido (1979-1988), el desmoronamiento del socialismo a partir de la caída del muro de Berlín (1989), la desaparición de la Unión Soviética y la crisis global del comunismo, afectaron severamente la orientación universal con el surgimiento de la hegemonía de los Estados Unidos y su particular dominio sobre América Latina. La economía liberal se impuso en casi todos los rincones de la tierra y Bolivia no sólo que no fue la excepción, sino que fue una de las primeras naciones del continente en aplicar un plan de ajuste económico que orientaría al país a la economía abierta o de mercado (lo comenzó a hacer en 1985 Paz Estenssoro).

No contexto geral, no final dos anos oitenta havia um consenso na região de que esses anos foram a *década perdida*, pois, já em 1982, a América Latina sofria a mais grave crise econômica em cinquenta anos (QUIJANO, 2004).⁸ O governo da UDP, sob o comando de Siles Zuazo (1982-1984), sofreu uma severa crise política por não ter maioria no poder executivo. Os partidos políticos deste período estavam fracionados entre o UDP (governo) e o MNR-ADN (oposição), tendo a oposição bloqueando qualquer saída a uma crise política que teve seu estopim no pedido de aumento salarial de 100% para os senadores. Soma-se a isso, segundo Antello (2000), as pressões sindicais da *Central Obrera Boliviana* (COB) e da Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB), que provocaram uma

⁸ Esta é a opinião de Aníbal Quijano com a qual apenas concordamos em parte, ou seja, a de a América Latina sofria uma grave crise econômica. Mas não estamos de acordo em caracterizar os anos 1980 como a *década perdida*, uma vez que, a despeito da grave crise, frações do grande capital, por exemplo, acumularam e muito com as dívidas externas dos países dependentes e com a miséria dos trabalhadores da região.

situação política e institucional com grande instabilidade, dado a ausência de qualquer margem de manobra política capaz de contornar os problemas surgidos.

Ao lado desta crise política, a economia não ia nada bem. O governo da UDP tinha por princípio fortalecer o modelo nacional-desenvolvimentista herdado da Revolução de 1952, defendendo uma economia capitalista de caráter misto, através da implementação de seis pacotes econômicos que tinham a missão de frear a hiperinflação crescente.

O país estava envolvido, como toda a América Latina, na crise da dívida externa e precipitava-se para o caos econômico [...] O PIB em 1982 recuara 9,2 % e os preços aos consumidores aumentaram 296,5%. A inflação chegou a níveis incontroláveis. A COB (Central Obrera Boliviana) exigia aumentos salariais e controle operário das minas, desencadeando protestos, passeatas e bloqueios de estradas. (ANDRADE *apud* VIEIRA , 2010, pp. 117-118).

A manutenção do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista cai por terra durante esse período. A crise econômica alarmante fez com que se tornassem necessárias alterações no traquejo administrativo do Estado boliviano, bem como uma alteração dentro do parlamento para que qualquer oposição fosse neutralizada, com vistas a garantir a “governabilidade”. Apresentava-se como necessidade a construção de um novo fator de coesão no interior do Estado boliviano. Isso não se deu, posteriormente, por um golpe de Estado, por uma revolução ou por qualquer outro meio de abrupta ruptura no ordenamento político boliviano.

A transição democrática não seguiu um projeto e se produziu, entre outras razões, pela crise do modelo de desenvolvimento instalado em 1952 tanto em seu padrão de acumulação como no de hegemonia, a qual não se resolveu, senão anos depois, quando se articula a denominada “democracia pactada” em torno dos partidos afins do modelo implantado. (SALINAS, 2009, p. 25)

Os “ventos democráticos” que sopravam por praticamente toda América Latina pediam uma solução “democrática” dos impasses macroeconômicos bolivianos. As eleições de 1985 deram as brechas para que o MNR, alçado novamente ao governo, desse as cartas. Dessa vez, a herança revolucionária foi deixada de lado para a adoção de uma política econômica abertamente neoliberal.

1.2 AS ELEIÇÕES DE 1985

O governo da UDP, imerso em uma crise política por ter seus projetos bloqueados pela oposição encabeçada pelo MNR e pela ADN, fez com que qualquer vislumbre de saída da crise política e econômica na qual a Bolívia estava mergulhada aparecesse como um fator impossível. Siles Zuazo, numa tentativa desesperada de criar solidariedade ante as dificuldades de seu governo, apela para uma greve de fome que dura quatro dias. Ante o bloqueio de qualquer brecha de saída entre governo e oposição, entra em cena de forma singular a Igreja Católica boliviana, que aparece como intermediadora do conflito. A solução possível foi o encurtamento do mandato presidencial de Zuazo, que deveria acabar em agosto de 1986, mas foi encurtado até novas eleições presidenciais ocorridas em 1985.

O governo de coalizão da UDP foi uma experiência falida que deu margem a que partidos restauradores das antigas consignas liberais (o “neoliberalismo”) impusessem sua hegemonia política durante os quinze anos seguintes. Com a herança da pesada carga da dívida externa, que passara de 300 milhões a 3 bilhões de dólares durante a última década de ditaduras, com uma economia mineira em decadência que iniciou uma retração da economia, somada a uma inaptidão do manejo do aparelho estatal, o governo esquerdista provocou uma hiperinflação [...] que culminou na sua renúncia e na convocação antecipada das eleições. (LINERA, 2006, p. 195)

O sufrágio para a escolha de um novo presidente da república ocorreu em julho de 1985 e dezoito candidatos concorreram à presidência.

La elección presidencial de 1985 exhibió el más amplio abanico de opciones electorales presentándose dieciocho candidaturas que desplegaban posiciones que iban desde el trotskismo hasta el libre mercado. Los partidos de izquierda con posiciones más radicales, entre los que se encontraban el POR y el Frente del Pueblo Unido (FPU)⁹, propusieron soluciones contrarias al sistema basadas en el antiimperialismo y en la construcción del socialismo. Para el POR la solución definitiva al capitalismo dependiente y atrasado eran la revolución y la dictadura proletaria, objetivo para el que postulaba transformación radical del Estado a través de la subversión contra el ordenamiento jurídico y la Constitución. El FPU, por su parte, planteaba la construcción de un Estado democrático, popular, antioligárquico y antiimperialista que despliegue una estrategia liberadora para el desarrollo a través de la defensa de los intereses de las clases explotadas, de la nacionalización de la banca, del control estatal del sistema financiero y el comercio exterior y de la eliminación del pago de la deuda externa. (TERÁN, 2006, p. 61).

⁹ Los miembros de estos partidos eran a su vez parte importante de la COB y ejercían influencia en la línea ideológica adoptada por ésta. (Terán, 2006, p. 61)

Seguindo as contribuições de Terán (2006), do outro lado, encontravam-se partidos que tinham em suas propostas as políticas neoliberais. O MNR deixa de lado suas bandeiras nacionalistas e propõe que a resolução da crise econômica se daria através da redução do papel do Estado na economia, através de uma descentralização administrativa, permissão de livre negociação salarial entre patrões e trabalhadores, reforma tributária e renegociação da dívida externa. O “ex-ditador” e agora “democrata”, Hugo Banzer da ADN, apresentava uma proposta baseada na correção do desajuste fiscal, na aplicação de uma reforma tributária emergencial, na renegociação da dívida eterna e na aliança trabalhadora-patronal.

Havia, de acordo com Terán, partidos que queriam combinar políticas de livre mercado com políticas populares, como o MNRI e o MIR. Já o Movimento Revolucionario Tupac Katari de Libertação (MRTKL), que apresentou como candidato Genaro Flores, que fora secretário executivo da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), diagnosticava que o cerne do problema boliviano encontrava-se na raiz de um tipo de Estado racista e colonial. Sua principal proposta era construir um Estado que abrangesse a plurinacionalidade boliviana¹⁰, como antítese de um Estado racista que mantinha o padrão de colonialismo interno.

Mesmo com um grande número de partidos concorrentes, as eleições de julho de 1985 ficaram concentradas nas mãos dos partidos que já poderiam ser considerados os mais relevantes na conjuntura política boliviana. Assim sendo, as eleições de 1985 tiveram como vencedores, segundo dados citados por Mesa (2007), Hugo Banzer da ADN, com 32,8% dos votos, seguido por Victor Paz Estenssoro (MNR), com 30,4%. Em terceiro, ficou Jaime Paz Zamora (MIR) com 10,2% e, em quarto, Roberto J. Pando (MNRI) com 5,5%. A singularidade do processo político boliviano residia no seguinte fato: o vencedor do sufrágio que não obtivesse maioria absoluta dos votos válidos precisava passar por uma sabatina congressual, já que ainda não existia o segundo turno nas eleições. Hugo Banzer, o vencedor direto foi impedido de assumir o cargo, já que o congresso nomeou Victor Paz Estenssoro, o segundo colocado, como presidente da república pela terceira vez.

¹⁰ Algo teoricamente alcançado a partir de 2010, no governo Morales.

Durante a campanha, Estenssoro dera poucos detalhes concretos sobre seus planos para enfrentar a inflação. Mas chegara a ocupar o cargo de presidente do país por três vezes, a última delas em 1964, quando fora deposto por um golpe. Era dele a face boliviana da transformação desenvolvimentista, da nacionalização das maiores minas de estanho, da distribuição inicial da terra para os camponeses indígenas, da defesa do direito de voto para todos os bolivianos. Como o argentino Juan Perón, Paz era uma figura complicada e onipresente na paisagem política do país, frequentemente trocando de alianças para preservar o cargo ou retornar a ele. Durante a campanha de 1985, um Paz envelhecido lembrou seu compromisso com um passado “nacionalista revolucionário” e fez vagas declarações sobre responsabilidade fiscal. Ele não era socialista, mas também não era um neoliberal da escola de Chicago – era nisso que acreditavam os bolivianos. (KLEIN, 2007, p. 176)

Paz Estenssoro governa de 1985 a 1989. O fator mais contundente de seu governo foi o abandono total do projeto nacional-desenvolvimentista de seu partido, o MNR. Abandonando qualquer bandeira minimamente reformista, que havia servido de base e guia para as políticas de 1952 em diante, o MNR não hesitou em dar um giro de 180 graus em seu programa de governo. A ideologia dominante do período era a de que para sanar as crises econômicas, os países que pautavam suas políticas macroeconômicas por maior intervencionismo estatal deveriam abrir mão de tal estratégia.

Até os anos 1980, em correspondência com o modelo de desenvolvimento fordista que prevalecia à escala mundial, as elites dominantes na Bolívia, a seu modo híbrido e retardado, empreenderam processos de substituição de importações, de ampliação do mercado interno de consumidores e produtores, de conversão de camponeses autossuficientes em proprietários e assalariados, de diversificação da base produtiva com a intervenção do Estado na criação de empresas, de gestão do salário por meio dos direitos sociais etc. (LINERA, 2010, p. 241)

De 1973 em diante¹¹, a ideologia dominante era de que se fazia necessária uma reestruturação produtiva no âmbito do trabalho e um enxugamento do Estado e de sua funcionalidade. O Estado capitalista, com o advento das políticas keynesianas pós-1929, ainda assegurava em várias partes do mundo certas políticas voltadas para a satisfação básica das necessidades das classes trabalhadoras garantindo direitos, como o da previdência, saúde e educação gratuitas entre outros.

¹¹ Considera-se o ano de 1973 como o marco inicial do neoliberalismo na América Latina, com o golpe militar ocorrido no Chile sob o comando de Augusto Pinochet contra Salvador Allende. O Chile pode ser considerado como o primeiro laboratório experimental no que se refere à aplicação das políticas neoliberais.

A imposição do neoliberalismo foi o começo para se adotar todo tipo de reformas reunidas sob o rótulo de processo de liberalização. Com essa expressão, houve a transformação das estruturas sociais e econômicas. O entusiasmo neoliberal chegou a considerar como seu momento de fundação a derrubada do presidente chileno Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. No Chile, naquele ano, o comunismo sofreu uma derrota na Guerra Fria, e foi iniciada uma liberalização radical da economia e da sociedade. Demonstrou-se que existia no mundo ocidental a vontade de deter o que, até então, parecia ser o avanço incontido do socialismo marxista e das estratégias de crescimento baseadas na substituição de importações e no intervencionismo estatal. Anos depois, Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, Ronald Reagan nos Estados Unidos e Felipe Gonzáles na Espanha aprofundariam essas megatendências liberalizadoras. (ROSENMAN, 2006, p. 855)

Mesmo que na Bolívia não tivesse passado pela experiência de um Estado de bem-estar— aliás, nenhum país latino-americano —, havia ainda um relativo intervencionismo estatal, herdado do processo revolucionário de 1952. As classes dominantes bolivianas, ansiosas por adentrarem e usufruírem das benesses do livre-mercado, não mediram esforços e passaram a apoiar o projeto de Víctor Paz Estenssoro e seu partido, o MNR. A partir de então, ocorre uma articulação entre a burguesia interna com setores da burguesia monopolista transnacional, cujos interesses precisariam ser garantidos dentro do Parlamento. Em agosto de 1985, a burocracia estatal baixa o decreto supremo 21.060, que passa a nortear a política econômica boliviana de 1985 em diante. Em um primeiro momento, restringe-se, na segunda metade da década de 1980, a abrir a economia boliviana para as chamadas inversões estrangeiras. Na *novilíngua*¹² neoliberal, a adoção das políticas de livre-mercado são tratadas como “reformas”. Atilio Borón (2003, p. 19) define bem essa sutileza lexical que encobria a essência ideológica do neoliberalismo:

Resulta que se ha convertido en un lugar común hablar de “reformas” para referirse a aquello que, en la tradición del pensamiento político occidental, responde mejor a la expresión “contra-reforma”. Hemos explorado este tema en otro lugar, razón por la cual no nos extenderemos ahora en esa consideración. Bástenos con decir que en realidad las políticas llevadas a cabo en nuestra región, lejos de haber introducido “reformas” —esto es, cambios graduales en una dirección tendiente hacia una mayor igualdad, bienestar social, y libertad para el conjunto de la población, tal como lo indicaría la palabra “reforma” en la tradición de la filosofía política—, lo que hicieron fue potenciar una serie de transformaciones que recortaron antiguos derechos ciudadanos, redujeron dramáticamente las prestaciones sociales del estado y consolidaron una sociedad mucho más injusta y desigual que la que

¹² O termo *novilíngua* foi trabalhado magistralmente por George Orwell em seu clássico romance *1984*. O Partido governante, para manter seu domínio ideológico, destruía ou modificava algumas palavras “perigosas” e invertia o sentido de outras, para causar confusão mental nos dominados. Um exemplo são as palavras de ordem do partido: “*guerra é paz, liberdade é escravidão e ignorância é força.*”

existía al comienzo de la etapa “reformista”. Lo que ocurre es que la victoria ideológica del neoliberalismo se expresa, entre otras cosas, por un singular deslizamiento semántico que hace que las palabras pierdan su antiguo significado y adopten otro nuevo y, en algunos casos, como éste, claramente antitético. En ese sentido, las “reformas” padecidas por nuestras sociedades en las últimas décadas son, en realidad, crueles “contra-reformas” y acentuados procesos de involución social.

Na década de 1990, tem-se início um amplo processo de venda do patrimônio público, como a privatização de empresas estratégicas pertencentes ao Estado boliviano. Mas para que as novas medidas econômicas obtivessem sucesso, era preciso reordenar a incipiente “democracia” boliviana que mesmo após as eleições de 1985, podia ser considerada “frágil”. Para que o governo obtivesse apoio irrestrito em suas medidas, a ausência de oposição era mais do que necessária. Foi admitido então um chamado “pacto pela democracia”, acordo entre os partidos de centro e de direita para manter a governabilidade e evitar qualquer crise política, formando coalizões partidárias abertamente favoráveis às diretrizes e prerrogativas do capital monopolista transnacional e do neoliberalismo. Esse “Pacto pela democracia” deu origem à chamada “democracia pactada”, que dura de 1985 até 2005. Sob a “democracia pactada”, parecia que o neoliberalismo reinaria intocável na Bolívia, já que os partidos políticos dominantes (MNR – ADN – MIR) com mínimas variâncias, apoiavam em uníssono as políticas de livre-mercado e serviam de defensores dos interesses econômicos que, obviamente, são encontrados no âmbito extraparlamentar. Mas esse é o item que será aprofundado no próximo capítulo.

1.3 DEMOCRACIA PACTADA E NEOLIBERALISMO

A década de 1980 foi um período em que a “onda democrática” chegou na América Latina. Como visto anteriormente, a transição de uma ditadura militar para a democracia burguesa na Bolívia foi conturbada, já que após a saída de Hugo Banzer do governo, o país passou a ser governado por Alberto Natush Busch¹³, Lidia Gueiler Tejada, Luiz García Meza, uma Junta Militar integrada pelos mais altos comandantes das Forças Armadas da Bolívia como Celso Torrelio Villa, Waldo Bernal Pereira e Óscar Pammo Rodríguez; em seguida, vieram os governos de Guido Vildoso Calderón e Hernán Siles Zuazo. Ou seja, de 1978 até 1982, a Bolívia teve nada mais, nada menos, que oito presidentes da república, tanto militares quanto civis.

¹³ Que governa por dezesseis dias.

As transições das ditaduras militares para governos burgueses “democráticos” obedeciam a um contexto mais amplo. O desgaste da imagem de governos abertamente ditatoriais fez com que a “onda democrática” parecesse inevitável, já que vários líderes e países passaram a repudiar qualquer governo que não tivesse respaldo nas urnas. Era uma forma de esconder os cadáveres das ditaduras militares, abertamente apoiadas pelos Estados Unidos. Cueva (1983, p. 17) descreve bem tal processo:

[...] daí surgiu, em 1977, a tão apregoada política de Carter “em favor dos direitos humanos”, que em síntese não passava de uma inútil tentativa de recuperação da hegemonia ideológica perdida pelo capitalismo no último período. Tratava-se, para o caso da América Latina, de abrir uma válvula de escape, incentivando fórmulas de mudanças governamentais capazes de apresentar uma fachada democrática e civil, que tornasse menos explícita e odiosa a dominação burguesa imperialista, sobretudo onde esta havia posto a descoberto sua face mais terrorista. Se com a política kissingeriana a repressão estivera na ordem do dia, agora, com a política de um Carter, parecia que ingressávamos na fase e de construção de um “consenso”.

Dando prosseguimento ao raciocínio de Cueva, em um contexto mais amplo (1982, pp 18-19):

[...] parece claro que, por volta de 1978, a *pax* imperialista começava a apresentar rachaduras. Nesse ano, a oposição obteve no Brasil significativas vitórias nas eleições de novembro; na Bolívia, ocorreram dois golpes de Estado e as eleições “tiveram” que ser anuladas; no Peru, a esquerda obteve, surpreendentemente, um terço dos votos para a Assembleia Constituinte; no Equador, a direita foi derrotada duas vezes, no *referendum* constitucional de janeiro e, depois, no primeiro escrutínio da eleição presidencial de junho; na República Dominicana, os próprios emissários do Império viram-se forçados a intervir “diplomaticamente” para evitar que uma eventual anulação das eleições colocasse o país à beira de uma guerra civil; por fim, na Nicarágua, o assassinato de Pedro Joaquín Chamorro serviu de detonador para um processo insurrecional que levaria à derrota definitiva do somozismo.

É nesse contexto de transição de ditaduras militares para governos “civis” e democráticos (que pode ser considerado um sagaz subterfúgio utilizado pelo imperialismo que apoiou ditaduras quando conveniente e que passou a apoiar governos “democráticos” quando isso também se lhe apresentou vantagens geopolíticas, econômicas e diplomáticas) que a eleição de 1985 pode ser enquadrada. Após o congresso aceitar como vencedor das eleições Victor Paz Estenssoro, a democracia burguesa boliviana, tão instável como já foi observado nos parágrafos anteriores, necessitava de um rearranjo urgente. O projeto econômico do MNR tinha que, para obter sucesso em sua aplicação, ter aprovação uníssona no interior do parlamento.

Como visto, o governo da UDP deu mostras da impossibilidade de se governar sem uma coalizão parlamentar de apoio ao projeto político de Zuazo. Constatando a dificuldade e os perigos de uma contraposição com mais força no parlamento, Victor Paz Estenssoro, após a sua posse, busca de todas as formas construir uma coalizão governamental. Acordado com Hugo Banzer, vencedor direto do sufrágio, mas impedido pelo congresso de assumir a presidência, Victor Paz Estenssoro propõe em 1985 o chamado “Pacto pela democracia”. Esse pacto tinha por objetivo fazer a ADN de Banzer a apoiar inequivocamente todas as decisões do executivo.

O “Pacto pela democracia” serviu para trazer a democracia burguesa boliviana a um nível de estabilidade não encontrado depois da transição. Observando as dificuldades de não se ter maioria parlamentar, a estratégia dos burocratas do MNR foi a de trazer para a cena política possíveis opositores que dificultariam, durante o governo de Estenssoro, a aprovação de medidas neoliberais.

Ao conjurar o risco da paralisia decisória, o Pacto da Democracia deu a Paz Estenssoro o indispensável respaldo legislativo para por em marcha importantes medidas de política econômica, das quais a primeira não era estritamente econômica: a ratificação do estado de sítio decretado para fazer frente à oposição dos sindicatos dos trabalhadores. Por sua vez, Banzer e seu partido receberam a administração de algumas agências e empresas estatais, e também a promessa da alternância no poder uma vez concluído o período Paz Estenssoro. Concebido como uma coalizão de alcance parlamentar e assentado na incontestada liderança de ambos chefes políticos, o acordo facilitou que, de fato, a capacidade de tomar decisões ficasse concentrada no executivo, confinando o Congresso na função de endossar as políticas formuladas pela equipe de assessores econômicos ligados à presidência. Este desenho de políticas públicas, por sua vez, foi reforçado pela decisão de Paz Estenssoro de dividir seu gabinete em dois: uma ala encarregada das questões econômicas, sob a condução de Gonzálo de Lozada, à qual foi transferida uma ampla autoridade e que foi posta ao abrigo das pressões e compromissos políticos, e uma ala cuja missão era assegurar a disciplina dos partidários do governo em relação aos novos rumos mediante a distribuição de favores e empregos, a cargo do ministro de Relações Exteriores, Guillermo Bedregal. (TORRE, 1996, p. 62)

Em 1986, com regime da democracia pactada, a burguesia instrumentaliza o Estado boliviano, fazendo dele um órgão direto de representatividade das transnacionais, do capital financeiro e do negócio petrolífero. Isso significa que havia um Estado no qual as classes dominantes com as relações com o imperialismo norte-americano estabeleciam todas as políticas de Estado. E, nesse caso específico, as classes dominantes representadas pela união política do MNR-ADN são as classes ligadas ao capital monopolista transnacional, que encontra as condições necessárias para exercer o seu domínio a partir de 1985 e da

consolidação do MNR, juntamente com os partidos da base de apoio governista, como partido que melhor representa os interesses do capital transnacional. O termo que nasce desse “Pacto pela democracia” foi amplamente estudado por diversos especialistas da política boliviana. Para melhor se compreender o funcionamento da *democracia pactada*, apresentaremos os problemas econômicos que determinaram o rearranjo nas coalizões partidárias. Rearranjo esse que se concretizou como forma de se manter e legitimar o ordenamento econômico neoliberal que serviu de guia de ação política até, hipoteticamente, as crises do Estado de 2000 a 2005 e a eleição de Evo Morales – Garcia Linera.

Para a compreensão da ofensiva neoliberal, Villegas (2010) propõe a divisão histórica da *democracia pactada* em três etapas: a primeira vai de 1985 a 1989, quando foi aplicada a política de choque; a segunda etapa vai de 1990 a 1997, quando os projetos políticos dos governos são caracterizados pelas privatizações das empresas estatais e a institucionalização de uma legalidade jurídica legitimadora do neoliberalismo; a terceira etapa abrange o período dos anos 1997-2003, que corresponde aos governos de Hugo Banzer até o governo de Sánchez de Lozada, em que se vendem as empresas do Estado e ocorre uma massiva perda de recursos provenientes dessas empresas.

A etapa neoliberal, em seu caráter mais abrangente, (1985-2005), segundo López (2009), pode ser entendida como um ciclo onde os governos que se sucederam nas décadas seguintes seguiram as linhas do Consenso de Washington. Os aspectos mais importantes da etapa neoliberal desse período podem ser notados a partir da noção de que, no início da década de 1990, houve uma íntima relação entre Estado capitalista e as empresas transnacionais, que se juntaram depois dos processos de capitalização das empresas estatais. Dentre as empresas estratégicas que passaram às mãos do capital transnacional privado estão empresas do setor elétrico, de telecomunicações, ferroviárias e de transporte aéreo.

Graças a esse “pacto pela democracia” entre os partidos políticos, as políticas neoliberais conseguem fazer a Bolívia refém do capital transnacional

[...] el engranaje que hizo que funcione el Pacto por la Democracia fue la distribución del poder entre los partidos de la coalición, que implicaba cuotas partidarias (o cargos) en las instituciones del Estado, las mismas que eran constantemente renegociadas. Una vez satisfechas las pretensiones de poder y enriquecimiento de los socios de gobierno, se garantizaba la mayoría congresal al presidente que le permitía gobernar sin ningún tipo de oposición efectiva de los demás partidos. Éste mecanismo, conocido como Democracia Pactada, permitió que la última presidencia de Víctor Paz Estenssoro sea tan determinante como la primera en establecer cambios que redireccionen el carácter del Estado boliviano (TÉLAN, 2006, p. 64)

O pacto que permitiu que a democracia burguesa boliviana se assentasse sob sólida base parlamentar e sem nenhuma força opositora capaz de fazer um contraponto ao projeto de abertura econômica foi também a antessala da ofensiva neoliberal pela qual passou a Bolívia desde então. A consolidação da democracia pactada foi consequência, segundo Mayorga (2007), de quatro fatores históricos: Derrota dos partidos políticos da esquerda tradicional e do movimento sindical; emergência de posições centristas e gradualistas em amplos setores da sociedade; política econômica de ajuste estrutural em decorrência da crise da economia estatista; configuração de acordos interpartidários que fizeram possíveis acordos de coalizão.

Estabilidade econômica e governabilidade foram os principais objetivos a alcançar e a preservar, e este é o contexto em que surge um novo ordenamento econômico e político baseado em um giro da política econômica até o mercado e o estabelecimento de um sistema político centrado na conformação de pactos e coalizões de partidos que asseguravam ao executivo a maioria legislativa necessária para a aprovação de suas políticas. Assim, neoliberalismo e democracia pactada surgem simultaneamente e, enquanto as bases deste ordenamento, apareceram como a única opção possível a seguir. A partir de 1985 a estabilidade econômica e política é considerada como um ativo nacional contra o qual nada poderia atentar, o que permite ao partidos exceder suas fronteiras ideológicas e fazer um pacto entre eles com a justificativa do pragmatismo e da responsabilidade nacional de preservar a estabilidade. (TERÁN, 2006, p. 234)

Acordados entre si, os partidos políticos não apresentaram nenhum rechaço ao Decreto Supremo 21.060. Até a primeira metade da década de 1980, o modelo de desenvolvimento boliviano estava baseado em um capitalismo nacional-desenvolvimentista, onde o Estado estava de forma direta, participando na organização do setor produtivo nacional. Na década de 1970, as políticas baseadas em maior intervenção estatal estavam sendo importantes para um incremento do crescimento econômico nacional de 5% ao ano, mas esse crescimento só era sustentável na medida em que o Estado estava contando com recursos externos que financiavam o modelo produtivo. (ANTELLO, 2000)

O modelo anterior a Nova Política Econômica buscava realizar um processo de desenvolvimento baseado no modelo de substituição de importações e de expansão do mercado interno. A substituição de importações e a expansão do mercado eram financiadas com recursos captados pelo endividamento público e de exportação de bens primários. Em etapas posteriores, isso viria a desembocar em um sistema diversificado e integrado, em

termos produtivos, acumulador de capital e com alta capacidade de impulsionar crescimento tecnológico. (CALVIMONTE, 2002)

Esse padrão de acumulação nacional-produtivo precisava ter como alicerce políticas protecionistas (tanto no comércio com os demais países como na captação de recursos estrangeiros), comparando a situação de atraso tecnológico, competitividade e desenvolvimento produtivo dos diferentes setores produtivos e econômicos entre a Bolívia e o resto do mundo e utilizando em consequência, barreiras alfandegárias e não alfandegárias a importação de bens e de controles ao movimento do capital estrangeiro. Sob essa lógica, aumentava a presença do Estado interventor nas relações econômicas, tornando-se o proprietário de diversas empresas, como a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL), a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), responsável direta pela produção de energia e hidrocarbonetos e os setores responsáveis pelas atividades da área financeira (Banco do Estado, Agrícola e Mineiro)

Observa-se, neste contexto, o Estado interventor, mas não de bem-estar, que não conseguia focar suas atenções e atacar o problema da hiperinflação e da pobreza crescente na Bolívia. As altas taxas de desemprego e de subemprego não paravam de ascender. A partir da década de 1980, as taxas de desemprego e de subemprego alcançam níveis alarmantes. A tabela abaixo mostra, de forma inequívoca, tal fator:

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
População total	5.599.592	5.755.072	5.915.844	6.081.722	6.252.721	6.429.226
PEA ¹⁴	1.824.830	1.865.070	1.916.730	1.930.356	2.033.334	2.062.168
Desocupados	105.240	180.535	208.780	251.786	315.436	375.868
Taxa de desemprego	5.77%	9.68%	10.89%	13.04%	15.51%	18.23%
Taxa de sub-emprego	48.50%	50.90%	53.50%	55.70%	57.30%	57.30%

Fonte: Tabela retirada da obra de: ANTELO, Eduardo. *Políticas de estabilización y de reformas estructurales en Bolivia a partir de 1985*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000

O modelo capitalista de Estado entra em crise a partir do final dos anos 1970, ao encontrar o esgotamento do padrão de geração e acumulação de excedentes que teve como eixo central a produção e exportação de minerais (estanho), por falta de novas inversões nas empresas da mineração e quedas em sua produtividade, em uma conjuntura internacional inversamente desfavorável que contraiu a demanda mundial de minerais e reduziu o preço de

¹⁴ População economicamente ativa

tais produtos no mercado internacional. Percebe-se então um aumento da dívida externa, que em 1985 equivalia a quase 70% do Produto Interno Bruto. (CALVIMONTE, 2000).

Esse era o contexto econômico no qual a Bolívia estava inserida desde o final da década de 1970. Desemprego crescente, crise no modelo de acumulação nacional desenvolvimentista, queda da demanda dos produtos oriundos da mineração¹⁵ aumento da dívida externa que estrangulava o PIB e “excessivo” (para os neoliberais) recursos intervencionistas do Estado nas empresas públicas.

Los tecnócratas liberales dieron por terminado el rol que jugó hasta entonces el Estado en la economía. Partiendo de la aseveración de que éste era mal administrador de las empresas y recursos públicos, peor inversor y sujeto de corrupción fue excluido de la producción para convertirse en simple normador y regulador de las fuerzas del mercado. (RIVERO, 2006, p. 11)

Para atacar esses problemas, o MNR, através do Decreto Supremo 21060, portador da Nova Política Econômica (NPE), tinha por objetivos, segundo Terán (2006): defesa da democracia representativa, participativa e pluralista; um plano de objetivos políticos, sociais e econômicos necessários para a modernização do Estado; aprovação de uma lei de descentralização político-administrativa; formulação de procedimentos normativos que contribuam para o desenvolvimento dos partidos políticos bolivianos no cenário democrático, como fator útil ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral; ações dentro do parlamento capazes de fortalecer a autoridade do executivo; o estabelecimento de ações capazes de superar a crise de hiperinflação; criação de incentivos na área econômica favoráveis a captação de capitais nacionais e estrangeiros; consolidação dos laços de mútua confiança entre os compromissos do Estado boliviano com organismos internacionais.

¹⁵ As operações na área de mineração na Bolívia são bastante amplas e concentradas na extração de três minerais, principalmente prata, ouro, estanho e zinco. As primeiras minas de estanho foram abertas no século dezessete, controladas por pequenas oligarquias dominantes que também ficavam com todo o lucro. Durante séculos, os mineiros estiveram entre os trabalhadores mais explorados e mais pobres da Bolívia. Só a partir de 1952 foi aprovada uma série de reformas governamentais muito necessárias na Bolívia, incluindo a nacionalização das minas e a fundação da Corporação Boliviana de Mineração e do Sindicato dos Trabalhadores. Uma crise de estanho na década de 80 levou à venda de grande parte das reservas de estanho da Bolívia. Milhares de minas foram fechadas e vários milhares de trabalhadores perderam seus empregos. Fonte: *Trabalho e Exploração Infantil na América Latina e no Caribe*. Disponível em <http://www.visionmundial.org/archivos-de-usuario/Documentos/91_por.pdf>. Acesso em 25 /03 /2013

A ideologia do nacionalismo emenerrista, embora fosse obstáculo ao desenvolvimento e à consolidação de partidos operários e socialistas de massa, ligava-se a revolução de 1952 e dificultava a imposição de um plano de ajuste econômico liberal. Era necessário ao velho núcleo conservador do MNR, agora alinhado ao neoliberalismo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, o desmonte dos setores políticos e econômicos que concentravam a principal herança revolucionária de 1952: a classe operária organizada em torno da mineração nacionalizada e as organizações agrupadas em torno da COB. (ANDRADE, 2007, pp.170-171)

Guardemos na memória um nome que será bastante citado no decorrer deste trabalho: Gonzalo Sánchez de Lozada. Senador eleito em 1985, Lozada exerce um papel de crucial importância na tentativa de resolver a crise na qual a Bolívia passava¹⁶. Forte homem de negócios e proprietário da COMSUR (Compania Minera del Sur S.A), Goni ficou impressionado anos antes com as propostas apresentadas pelo guru neoliberal Jeffrey Sachs, que tinha prestado consultoria aos apoiadores de Hugo Banzer, quando este estava concorrendo as eleições e ainda não tinha um plano econômico definido. A ideia concebida por Jeffrey Sachs para solucionar a crise econômica era a “Terapia de Choque” (com o apoio do Fundo Monetário Internacional). Naomi Klein descreve bem o significado da “Terapia”:

Em *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*, a doutrina militar dos Estados Unidos que foi publicada em 1996 e serviu de base para a invasão do Iraque em 2003, os autores declararam que as forças invasoras devem “ganhar o controle do ambiente e paralisar ou embaçar de tal maneira nos adversários a capacidade de percepção e entendimento dos acontecimentos, que eles se tornarão incapazes de oferecer resistência.. O choque econômico funciona de acordo com uma teoria similar: a premissa é a de que as pessoas conseguem dar respostas às mudanças gradativas – um programa de saúde aqui, um acordo comercial ali -, mas se dezenas de mudanças acontecem em todas as direções, ao mesmo tempo, uma sensação de futilidade se instala, e a população se torna frouxa. (KLEIN, 2007, p. 179)

Segundo Eleches (2009, p. 131)

The answer to Bolivia's international financial dilemma - the tension between the need for IMF approval and the pursuit of economic and political stabilization, which was potentially undermined by standard IMF program requirements such as the reduction of debt arrears and currency devaluations - came in the person of Jeffrey Sachs, the Harvard economist who had advised Banzer during the 1985 presidential campaign, and who became the

¹⁶ Goni, como é popularmente chamado na Bolívia, é cercado de anedotas, dentre as quais, pelo fato de ter passado anos e anos vivendo nos Estados Unidos, adquiriu forte sotaque inglês. Na Bolívia dizem que Goni fala melhor o inglês do que o espanhol.

official economic adviser of the Paz government in January 1986. Sachs not only supported the Bolivian government's decision to delay debt payments and to defend the currency during the inflationary spike following the collapse of tin prices in December 1985, but he became an influential lobbyist for Bolivia in its negotiations with the IMF and conferred a crucial sense of credibility and expertise to the policy decisions of the Paz government.¹⁷

Após a posse de Estenssoro, Goni foi designado para comandar, de forma secreta, uma equipe que criasse um plano de emergência para reestruturar a economia boliviana. Tornara-se ministro do planejamento do governo Estenssoro e Sachs tornara-se assessor econômico do governo¹⁸. A terapia de choque consistia em quatro fatores: o choque antiinflacionário; liberação externa e interna dos mercados e reestruturação do setor público, diminuindo seu tamanho, o que abre caminho para as privatizações da década de 1990 e estabelecimento da livre contratação no mercado de trabalho.

Na expectativa de induzir aquele sentimento de desesperança, os planejadores bolivianos exigiram que suas medidas radicais fossem implantadas ao mesmo tempo, e todas dentro dos primeiros cem dias do novo governo. Em vez de apresentar cada parte do plano como uma norma legal individual (o novo código tributário, a nova lei sobre preços etc.), a equipe de Paz insistiu em abarcar a revolução inteira num único decreto, D.S 21060. Ele continha 220 leis separadas e cobria todos os aspectos da vida econômica do país, tornando-se o equivalente, em escopo e ambição, a “O Tijolo”, o calhamaço escrito e publicado pelos Garotos de Chicago durante a preparação do golpe de Pinochet. (KLEIN, 2007, p. 179)

Esses três pilares transformaram, além da estrutura produtiva boliviana, a economia antes regulada pelo capitalismo com ampla intervenção do Estado em uma economia neoliberal. Além disso,

¹⁷ “A resposta para o dilema financeiro internacional da Bolívia - a tensão entre a necessidade de aprovação do FMI e da busca da estabilização econômica e política, que foi potencialmente prejudicada por exigências do programa do FMI, tais como a redução dos juros de mora da dívida e desvalorizações da moeda - veio na pessoa de Jeffrey Sachs, economista de Harvard que tinha dado orientações econômica à Banzer durante a campanha presidencial de 1985 e que se tornou o conselheiro econômico oficial do governo Paz em janeiro de 1986. Sachs não só apoiou a decisão do governo boliviano para atrasar os pagamentos da dívida e defender a moeda durante o pico inflacionário após o colapso dos preços do estanho, em dezembro de 1985, mas tornou-se um lobista influente para a Bolívia em suas negociações com o FMI e conferiu um sentido fundamental de credibilidade e competência para as decisões de política do governo Paz” [Tradução livre nossa].

¹⁸ Depois de sua experiência na Bolívia, Sachs foi assessorar os países que se encontravam em processos de transição para o capitalismo neoliberal, como a Rússia e a Polônia, após a queda do “socialismo real.”

[...] requeria a suspensão dos subsídios à alimentação, o cancelamento de quase todos os controles de preços e um ajuste de 300% no preço do combustível. Independente do fato de que o custo de vida se tornaria ainda mais caro, num país desesperadamente pobre, o plano congelou os salários do setor público por um ano, ainda que já estivessem em níveis bastante baixos. Também exigia cortes mais profundos nos gastos governamentais, abria as fronteiras da Bolívia para a importação irrestrita e recomendava a eliminação das empresas estatais, um precursor das privatizações. A Bolívia tinha ficado de fora da revolução neoliberal imposta aos países do Cone Sul nos anos 1970 e agora estava correndo em busca do tempo perdido. (KLEIN, 2007, p. 178)

O objetivo primordial da ofensiva neoliberal na Bolívia era colocar a economia e os recursos naturais do país nas mãos do capital privado transnacional. A coalizão partidária tenta, por todas as vias, criar e aprovar projetos de privatização dos recursos naturais (água, gás e petróleo), as empresas estratégicas do Estado, e cancelar os direitos dos trabalhadores, eliminando todo e qualquer vestígio do Estado interventor. Como veremos, o neoliberalismo não podia abrir mão das empresas públicas, pois segundo Villegas (2010), 85% dos ganhos estatais eram provenientes da petrolífera YPFB. Para substituir a entrada de capital, foi necessário o recurso a IED (Inversão Estrangeira Direta), com o argumento de que ela seria capaz de gerar emprego e renda para a população. Sobre o Decreto, diz Rada (1997, p. 70):

Esta disposição “legal”, mais além de sua essência inconstitucional, removeu os suportes defensivos do Estado nacional, provocando sua derrubada, sobre cujos escombros se edificou um novo modelo econômico. O 21060 preparou as condições para transpassar a administração das empresas estatais ao capital transnacional. A imensa maioria dos cidadãos pensou, em princípio, que esse Decreto se limitaria a aplicar uma política de “choque”, destinada a conter os excessos burocráticos acumulados desde 1952.

Após a instauração do Decreto Supremo 21060, a economia boliviana passa por importantes modificações de caráter eminentemente negativo. Grandes centros mineiros foram fechados, 23 mil operários foram demitidos e quase 65% do setor público dispensado, engrossando as fileiras dos desempregados. Outro fator negativo decorrente da aplicação da NPE, “foi o fato de esta política ter possibilitado a flexibilização das relações de trabalho no país, permitindo a consecução de contratos de trabalho temporários e a terceirização de serviços.” (SOUZA, 2010) Houve também o desmantelamento da COMIBOL, a descentralização da YPFB e a dissolução da Corporação Boliviana de Fomento e da Empresa Nacional de Transporte (ENTA). O Decreto não passou despercebido e houve resistências,

principalmente da combativa classe operária boliviana que, em 1986, convoca uma marcha conhecida historicamente como “A Marcha pela Vida.”

1.4 A MARCHA PELA VIDA

Com a demissão dos 23 mil trabalhadores mineiros de um total de 30.000 da COMIBOL, os trabalhadores despedidos organizam a Marcha pela Vida, organizada em defesa de seus postos de trabalho. A burocracia estatal, ao aprovar o Decreto Supremo 21060, não contava com a reação da classe trabalhadora boliviana, que saiu de Oruro em direção a La Paz. Os trabalhadores decretam greve geral por tempo indeterminado, greve essa que foi convocada pela COB. “Sabemos que el cierre de las minas ocasionaría el desempleo. Tenemos que llegar hasta La Paz compañeros, no importa si es caminando, en una gran marcha que simbolice nuestra lucha, una marcha, por la vida de los mineros”, diziam alguns manifestantes¹⁹.

Dias antes uma assembleia comunal ampliada decretara greve geral e indefinida, as organizações cívicas de Oruro e Potosí haviam lançado uma paralisação de atividades em nível regional e em 21 de agosto milhares de mineiros e moradores marchavam pelas ruas de Oruro para, numa assembleia, tomar a decisão de marchar à cidade de La Paz, imediatamente. Os caminhões repletos de mineiros gritando suas insolentes palavras de ordem e os trens que vinham do sul entulhados de capacetes e bandeiras evocavam as impactantes cenas de Eisenstein sobre a tomada de Petrogrado em princípios daquele século. (LINERA, 2010, p. 127)

A Marcha pela Vida contou com solidariedade inequívoca da população, como a solidariedade dos estudantes e donas de casa que marchavam ao lado dos operários, como também as demais pessoas que iam suprindo todas as necessidades materiais dos trabalhadores por onde iam passando. Foram arrecadadas sandálias, comida, remédios e foram dispensados cuidados médicos com os que sofriam com os 229 quilômetros que separavam Oruro de La Paz. Por onde passavam, as pessoas davam comida, faziam sopas e cuidavam dos operários, em um gesto de apoio às reivindicações proletárias.

Quando os mineiros estavam chegando em La Paz, nas proximidades de Cajamarca, o aparato repressivo do Estado burguês boliviano já estava a postos e pronto para reprimi-los, cercando-os de todos os lados, com homens fortemente armados e tanques de guerra com suas miras voltadas aos manifestantes. Mas não houve enfrentamento, o que

¹⁹ La Patria: *El modelo económico de 1985 originó la "marcha por la vida"*. Disponível em: <<http://lapatriaenlinea.com/?t=el-modelo-economico-de-1985-origino-la-marcha-por-la-vida¬a=117682>> Acesso em maio/2013

impediu um grande derramamento de sangue, já que os trabalhadores resolveram negociar com o governo. Após algumas horas de negociação, os mineiros voltaram em uma caravana até Oruro, enquanto o plano neoliberal continuou a pleno vapor. Mas a Marcha pela Vida foi o reflexo de uma situação de grave tensão social, desencadeada pelo fechamento das minas, e reestruturação do setor público, com a demissão em massa de trabalhadores.

Reproduzo as palavras proferidas pelo professor universitário e importante membro da LOR – Liga Obrera Revolucionária da Bolívia (ligada a Quarta Internacional), Javo Ferreira, durante uma entrevista concedida em janeiro de 2013:

O processo de luta contou com os mineiros como centro articulador, mas também existiam muitos setores resistentes, como os camponeses etc. Essa aliança de classes populares se rompeu. O motivo pelo qual essa aliança de classes se quebrou foi porque a classe trabalhadora mostra-se incapaz de oferecer uma saída para a crise. Os mineiros chegam até La Paz, toda a população da cidade apoia os mineiros (dando-lhes alimentos, abrigos, os soldados abriam seus quartéis e davam comida para os mineiros). Isso colocava em evidência uma aliança entre trabalhadores e o campo popular, que se quebra porque perante uma situação de crise, alguém teria que oferecer uma saída. Quem poderia oferecer essa saída era ou a burguesia ou a classe trabalhadora. O problema é que a classe trabalhadora, mesmo com suas grandes mobilizações de luta e resistência, não ofereceu uma saída. Vieram até La Paz, tomaram e controlaram a cidade por quinze dias, o exército estava paralisado, o que era caracterizado como uma situação de crise revolucionária. Lamentavelmente, os mineiros trocaram essa mobilização revolucionária por um aumento salarial. O que era uma luta que objetivamente continha um componente político revolucionário se transformou (como produto da situação de Juan Lechín²⁰) em uma mobilização reivindicativa. Então, o que acontece? Os mineiros voltam e a aliança de classes do povo que se ia construindo em anos de luta, se corta. E por que se corta? Porque o povo precisava comer. Então a burguesia alcança e impõe uma saída da crise, uma saída que implicou na reconfiguração do Estado, das classes sociais, da demissão de mineiros e que contou com apoio popular! A tal ponto que nas eleições de 1986, nos centros mineiros (Huanuni, Siglo XX), a direita obteve vitória. As pessoas tinham que comer e a classe trabalhadora não tinha sido capaz de oferecer uma alternativa para frear a inflação, transferindo essa possibilidade para a burguesia, que reformulou o conjunto do Estado. Isso é importante dizer porque todo o conjunto da esquerda vai dizer a você que a derrota da esquerda se deu em Cajamarca. Na minha visão e na visão da minha organização (LOR), não foi assim. A derrota de Cajamarca foi antecedida por uma abdicação voluntária do poder que se produziu em março de 1985 e que prepara o terreno e as condições para que em 1986, a burguesia esmague os trabalhadores e esmague o povo boliviano. A partir daí surge então, a *democracia pactada*.²¹

²⁰ Importante dirigente sindical boliviano. Militou no Partido Obrero Revolucionario e ajudou a fundar a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia.

²¹ *Caracterização do governo Evo-Linera*. Entrevista concedida na sede da Central Obrera Bolivia: La Paz, janeiro de 2013

Pelo fato de não ter havido embate, pode-se considerar que o retorno dos mineiros até Oruro marca de forma indelével o refluxo do movimento operário boliviano, que aos poucos vai perdendo sua centralidade e dando lugar a “novos” sujeitos que encabeçariam as lutas sociais nas décadas seguintes: os indígenas e os trabalhadores não mais articulados em coletividade, mas fragmentados em estruturas de trabalho informais e pulverizados na malha produtiva do mercado de trabalho boliviano.

1.5 TERCEIRO GOVERNO DE VICTOR PAZ ESTENSSORO: 1985-1989

Victor Paz Estenssoro já havia governado a Bolívia em outras ocasiões, sendo o governo iniciado em 1985 a terceira vez em que ele exercia o mandato como presidente do país. Com a política econômica abertamente neoliberal, inicia-se um longo e penoso período da história política boliviana, que dura até 2005 e encontra seu fim com a crise estatal que culminou com a renúncia de Carlos Mesa, seu vice-presidente. Não se entende de forma correta a crise da democracia pactada que se inicia em 2003 (com a guerra do gás) sem essa digressão temporal na história boliviana e a consolidação de coalizões partidárias que pouco ou nada mudaram com o decorrer do tempo em seu papel de representantes inequívocos do capital monopolista transnacional, mesmo com a variância dos partidos alternantes no exercício do governo.

A abertura das economias mundiais e a transformação de economias antes reguladas pelo Estado em economias de mercado obedeceram as mesmas diretrizes em todos os locais onde esse processo se concretizou. Tahbub (2010) entende que esse processo foi caracterizado pelos seguintes elementos: abertura comercial; liberação de movimentos de capitais; desvalorização das moedas nacionais; diminuição do déficit fiscal e geração de superávit; desregulamentação dos mercados internos. Foi seguindo essas orientações que o governo Paz Estenssoro abriu a economia boliviana em um primeiro momento para o capital financeiro transnacional.

[...] in Bolivia Victor Paz Estenssoro ended the country's prolonged economic and political paralysis, and instituted a radical program of orthodox economic reforms, which transformed the country from a regional basket case to an unexpected showcase example of successful neoliberalism and IMF cooperation.(POP-ELECHES, 2009, p. 1)²²

²² “Na Bolívia, Victor Paz Estenssoro decretou o fim da paralisia política e econômica prolongada do país, e instituiu um programa radical de reformas econômicas ortodoxas, o que transformou o país de um caso

Com a desregulamentação do mercado de trabalho, fechamento de importantes centros de mineração e desemprego massivo, ocorrem duas coisas: um crescimento imenso do setor informal que, segundo Mesa (2007), consiste em um avanço nas principais cidades de vendedores nas ruas, contrabandistas, que as estatísticas chamam de “trabalhadores por conta própria.” Outra face do processo de abertura econômica boliviana é a migração de trabalhadores para as regiões dos trópicos bolivianos (Cochabamba e cidades próximas) onde o cultivo e venda da folha de coca aparece como solução para os desempregados. As políticas neoliberais desarticulam a classe trabalhadora boliviana. Esse foi o triunfo básico do projeto neoliberal, que neutralizou o setor combativo que representava os interesses dos proletários bolivianos: a COB.

A esquerda boliviana começou a chamar o decreto de Paz de *pinochetismo econômico*. No que dizia respeito à comunidade empresarial, dentro e fora do país, essa era a verdadeira questão: a Bolívia tinha implementado uma terapia de choque à moda de Pinochet, sem Pinochet – e, ainda por cima, na administração de um governo de centro-esquerda. Como disse um banqueiro boliviano, cheio de admiração: “As mesmas coisas que Pinochet fez com uma baioneta, Paz realizou dentro de um sistema democrático.” (Klein, 2007, p. 182)

De acordo com Perry Anderson (1995, p. 23),

[...] seria arriscado concluir que somente regimes autoritários podem impor com êxito políticas neoliberais na América Latina. A Bolívia, onde todos os governos eleitos depois de 1985, tanto de Paz Zamora, quanto de Sanchez Lozada, continuaram com a mesma linha, está aí para comprovar o oposto. A lição que fica da longa experiência boliviana é esta: há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas.

Como vimos, a primeira etapa da ofensiva neoliberal caracteriza-se pela promulgação do Decreto Supremo 21060 e pela terapia do choque econômico. Em princípio, não houve privatizações dos recursos naturais e de empresas estratégicas do Estado. O que ocorreu durante o governo de Estenssoro foi um processo de readequação da economia boliviana para a economia de mercado, que não foi bem recebido pelos setores combativos da sociedade boliviana, como os trabalhadores mineiros e os funcionários públicos que foram despedidos de seus postos de trabalho.

regional perdido em vitrine inesperada do neoliberalismo e de cooperação com o FMI” [Tradução livre nossa].

A burocracia estatal, aliada aos tecnocratas neoliberais, estava a serviço do capital monopolista transnacional, que pode ser considerada a classe que, de fato, tinha em suas mãos o poder de Estado. A burguesia transnacional não estava diretamente sob o comando do poder político, mas as suas demandas eram diretamente referendadas e aprovadas pela burocracia que estava no governo. O capital transnacional vai exercer sua dominação econômica por um largo período de tempo ainda, sendo o governo de Estenssoro a porta de entrada para a dominação burguesa internacional. Através da terapia de choque econômico, a classe trabalhadora boliviana se vê em uma encruzilhada da qual não consegue sair, dado que a pulverização da classe trabalhadora desarticula o sindicalismo combativo que tinha naquele momento como referência a COB.

Desmantelado o eixo organizativo da classe trabalhadora boliviana, o projeto neoliberal encontra a oportunidade para a sua consolidação enquanto modelo econômico. Graças ao rearranjo partidário no governo dividido entre MNR-ADN, o projeto neoliberal não encontra nenhuma resistência, tanto nas ruas como no parlamento. A partir de 1989, o projeto neoliberal entrará em sua segunda etapa: das privatizações das empresas do Estado e da consolidação de um ordenamento jurídico que dá as bases legais à espoliação neoliberal.

1.6 NOVOS PARTIDOS ENTRAM NA CENA POLÍTICA E O GOVERNO DE JAIME PAZ ZAMORA (1989-1993)

As consignas socialistas entram em refluxo a partir da segunda metade da década de 1980 e mais especificamente após o ano de 1989, com a queda do chamado *socialismo real*²³ do leste europeu. O refluxo da perspectiva socialista também ocorreu na Bolívia. Novos partidos entraram na cena política, como a Unidade Cívica Solidariedade (UCS) (fundada em 1988), liderada pelo empresário de grande fortuna do ramo cervejeiro, Max Fernández, e o partido Consciência da Pátria (CONDEPA), liderado por Carlos Palenque. Nesse contexto de refluxo das bandeiras socialistas ante a ofensiva ideológica neoliberal de crise do movimento operário, a democracia pactada vai se consolidando como sistema de governo.

²³ Mesmo não sendo objeto de análise deste trabalho, esclarecemos que não estamos de acordo com a utilização deste termo, pois, para nós, aqueles processos históricos foram, no máximo, um capitalismo de Estado e que, por isso mesmo, estiveram longe de qualquer experiência socialista de fato.

Trata-se, sob o véu da consolidação de uma aparente democracia moderna, de um verdadeiro pacto que exclui os setores populares, indígenas e operários por meio da organização de coalizões parlamentares e governamentais. Surgem novas formações políticas de caráter eleitoral, como o CONDEPA e a UCS, que se somam ao centro político do sistema, mais coeso ideologicamente e concentrado em torno do MNR, MIR e ADN. (ANDRADE, 2007, p. 172)

O governo de Paz Estenssoro acaba em 1989, com as eleições presidenciais de maio. Abaixo, o resultado das eleições daquele ano:

Resultado das eleições de 1989

Partido	MNR	ADN	MIR	CONDEPA	IU	MRTKL	Outros
% de votos	25,65%	25,24%	21,83%	12,25%	8,02%	1,62%	5,39%

Fonte: Tabela retirada da obra de TERÁN: *La economía política del periodo democrático y neoliberal en Bolivia en el orden mundial*. México D.F. Biblioteca FLACSO, 2006.

Pode-se notar a distribuição de votos nos partidos de direita e de centro e de um partido supostamente de esquerda. O eleitorado preferiu dar continuidade aos governos cujos projetos seriam os de manutenção da ordem econômica neoliberal. O candidato do MNR, Gonzalo Sánchez de Lozada, vence as eleições, seguido por Hugo Banzer e Jaime Paz Zamora. Ocorre que, mesmo com a eleição de Goni, abriu-se mais uma vez a possibilidade de alteração dos resultados, através da Corte Eleitoral e do Congresso que escolhem Jaime Paz Zamora (MIR) e Luis Ossio Sanjinés, da Democracia Cristã, como presidente e vice-presidente. O singular desse processo eleitoral é que não foi o segundo colocado o premiado com o cargo de presidente, mas sim o terceiro.

Essa distribuição de votos dá mostras de que boa parcela do eleitorado boliviano optou por dar seguimento a partidos que pouco ou nada mudariam em termos de política econômica, como o MNR, ADN e o MIR, sendo este último, apesar de ser chamado de Movimento da Esquerda Revolucionária, de esquerda nada tinha, já que continua aplicando o receituário neoliberal nos anos seguintes, caracterizando-se como mais um partido que é tragado pela via de mão única do neoliberalismo, passando a servir de apoio majoritário ao MIR. No entanto, o apoio aos partidos que aplicavam ferrenhamente as políticas neoliberais começava a dar mostras de que não era irrestrito, pois segundo Terán (2006, p. 80):

Esta distribución de votos muestra que, a pesar del costo social del programa de estabilización, nuevamente el electorado se inclinó por aquellos partidos que garantizaban el mantenimiento de la estabilidad económica. La votación que obtuvo CONDEPA, por otro lado, evidencia que un porcentaje importante de la población se inclinó por una nueva fuerza que se presentaba como una alternativa a los partidos del sistema político tradicional, lo que implicaba además que el discurso, originado en el katarismo, que denunciaba la discriminación social y cultural en Bolivia empezaba a ampliar su ámbito de recepción. Los votos conseguidos por Conciencia de Patria posibilitaron que por primera vez en la historia boliviana una mujer indígena de pollera (popularmente llamadas "cholas") ingrese al Parlamento. Se trataba de Remedios Loza

O governo de Zamora vai de 1989 até 1992. Segue os rumos econômicos do governo anterior de Paz Estenssoro, porém abrindo ainda mais os mercados, adotando uma política econômica que tinha por objetivo a estabilização monetária e outros interesses contrários ao das classes exploradas. Mesmo com a oposição do MNR encabeçada por Goni, Paz Zamora governa sem maiores empecilhos. Vimos anteriormente que ocorreu, durante o governo de Estenssoro, uma aliança entre MNR-ADN, que se altera durante o governo Paz Zamora.

O MNR vai para a oposição política, sem causar muitos problemas ao projeto político-econômico neoliberal iniciado na década de 1980. A oposição do MNR não coloca em risco os interesses do capital monopolista transnacional. O que chama a atenção na recomposição das alianças na cena política é a aliança entre MIR e ADN, de Banzer. Sabe-se que durante a ditadura Banzer, a esquerda fora perseguida e massacrada, incluindo membros do MIR, partido de Zamora. Em uma declaração que depois foi subitamente “esquecida” por Zamora antes da aliança política entre os dois partidos, na campanha eleitoral de 1989, as seguintes palavras foram ditas por ele (Zamora): “Al MIR y a ADN, nos separan ríos de sangre²⁴.”

O acordo firmado entre MIR-ADN, entre um partido que pelo menos no nome ainda guardava resquícios esquerdistas e um partido que tinha como representante máximo um dos mais cruéis ditadores da história política boliviana, um partido abertamente de direita, teve como princípio bloquear a candidatura de Goni como sucessor de Estenssoro. Esse acordo ficou conhecido na história política boliviana como o *Acordo Patriótico*. O acordo permitiu o estabelecimento de uma coalizão governamental responsável por manter os mesmos termos pleiteados desde o início da democracia pactada. O MNR, desaposado do governo, se não se mantinha no poder, ao menos garantira a manutenção da política

²⁴ LA RAZON: *Al MIR y a ADN nos separan ríos de sangre*. . Disponível em <http://www.la-razon.com/suplementos/especiales/historias_0_1702629818.html>. Acesso em Fevereiro /2013

econômica inaugurada com o Decreto Supremo 21060, mesmo que este mantivesse sua posição de ser contrário a nova coalizão formada entre os dois partidos. Mudam-se os partidos na cena política, mas os interesses do capital transnacional continuam sendo defendidos.

La muy influyente Confederación de Empresarios Privados de Bolivia (CEPB), que había guardado un perfil bajo durante el gobierno de Paz Estenssoro, volvió a salir a la palestra en el de Paz Zamora. Con renovado militancia, comenzó criticando a la nueva administración, para después apoyarla decididamente. La CEPB ha venido insistiendo, con mucha fuerza, alrededor de una lista de condiciones que considera que son necesarias para despertar los «espíritus animales» de los inversionistas. En la lista figuran medidas extremas de reforma económica, siendo la privatización radical y la reforma de la seguridad social los ítems principales. (MORALES, 1992, pp. 140-141)

De acordo com Torres (1996, p. 63)

As forças combinadas da coalizão de governo formada pelo MIR e a ADN [asseguraram a Paz Zamora] a maioria no Congresso; isto permitiu ao Executivo contar com a aquiescência dos legisladores para a formulação de políticas de reforma – como as que autorizavam as *joint-ventures* e as privatizações na mineração e no setor petrolífero – recorrendo a procedimentos constitucionais e pára-constitucionais.

Aproveitando-se do crescimento relativamente satisfatório do produto interno bruto que apresentou uma taxa de elevação de 3,4% se comparado com o crescimento do PIB dos quinze anos anteriores, o governo de Zamora altera a estrutura do mercado exportador, que antes se resumia na exportação de matérias primas como o estanho, zinco, tungstênio, prata e gás²⁵ para depois, nos anos 1990, voltar suas atenções a exportação da soja e madeira²⁶. Assim, as frações ligadas ao capitalismo exportador de recursos naturais são fortalecidas com a entrada da do capital agroexportador.

Mas o preço da “estabilidade” macroeconômica foi altíssimo. Ocorreu, apesar do crescimento do PIB, uma piora na qualidade de vida dos bolivianos, jogando ainda mais a Bolívia para a condição de nação subdesenvolvida. Zamora coloca em marcha um plano de congelamento de salários e ameaça privatizar a COMIBOL. Os setores mais combativos, como a COB e demais sindicatos contrários a política econômica em curso,

²⁵ A partir dos anos 1980.

²⁶ Jaime Paz Zamora. Biografias. In: *Educabolivia*. Disponível em <http://www.educabolivia.bo/educabolivia/micrositios/biografias_y_efemerides/biografias/contenido/personajes/pdf/jaime_paz_zamora.pdf>. Acesso em março/2013

decretaram greve geral e em novembro de 1989, Zamora decreta um estado de sítio. Nesse período, ocorreram prisões e deportações de vários sindicalistas.

Villegas (2006) dá mostras de como o governo de Paz Zamora, que aparentemente relutou em conceder as riquezas do Salar de Uyuni, foi mais além do que o governo de Victor Paz Estenssoro no que diz respeito às privatizações. Em um primeiro momento da ofensiva neoliberal, adota-se uma política econômica de abertura dos mercados para o capital estrangeiro internacional, com a justificativa de combater a hiperinflação daquele período. O governo de Paz Zamora enquadra-se na segunda etapa do neoliberalismo boliviano, que vai de 1990 até 1997.

Esta etapa comprende dos gobiernos, el de Jaime Paz Zamora (1989-1993) y el de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997). Se caracteriza, de una parte, y a diferencia de la anterior etapa, por una legislación intensa y, de otra, por la privatización de las empresas pequeñas en el primer gobierno y de las grandes en el segundo, lo cual constituye el punto culminante del neoliberalismo. La legislación neoliberal de este periodo, que procede a la desregulación del Estado, abarca los siguientes campos: el financiero y sus instituciones; el régimen de recursos naturales y el sometimiento del orden legal boliviano, o su soberanía, a la legislación y acuerdos internacionales. (VILLEGAS, 2006, p. 32)

A primeira tentativa de privatização se dá com a chamada Lei de Privatização Nº 1330, promulgada em abril de 1992. Mas antes, em 1990, decreta-se um novo Decreto Supremo, o Decreto Supremo Nº 22409, que teve como meta não substituir o Decreto 21060, mas sim, atualizá-lo.²⁷ Mas a lei Nº 1330 pode ser bem resumida logo no seu primeiro artigo:

Artículo 1º.- Se autoriza a las instituciones, entidades y empresas del sector público enajenar los bienes, valores, acciones y derechos de su propiedad y transferirlos a personas naturales y colectivas nacionales o extranjeras, o aportar los mismos a la constitución de nuevas sociedades anónimas mixtas.²⁸

O ministro do planejamento da época, Samuel Doria Medina dizia que iria “privatizar uma empresa por semana.” As empresas que começaram a ser privatizadas não eram as empresas grandes e estratégicas do Estado. De início, foram vendidas vinte e oito empresas regionais, dedicadas a serviços pequenos e de manufatura de bens de consumo. Permite-se também que a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos e a Corporação

²⁷ Na íntegra, o Decreto Supremo Nº 22409 está disponível em: <<http://www.bu.edu/bucflp/files/2012/01/Supreme-Decree-No.-22409-creating-a-national-registry-for-NGOs.>>. Acesso em 08/04/2013

²⁸ **Bolivia: Ley de Privatización, 24 de abril de 1992.** Disponível em <<http://www.lexivox.org/norms/BO-L-1330.html>>. Acesso em março /2013

Mineira da Bolívia criem contratos de risco compartilhado (*join venture*) com empresas de capital privado.

Rada (1997) afirma que, durante o governo de Paz Zamora, os partidos maiores (MNR, ADN e MIR) aprovaram a Lei 1243, de 11 de abril de 1991, denominada de “Atualização do Código de Mineração”, que estava em vigor desde o governo ditatorial de René Barrientos, em 1965. O Código de Mineração, de acordo com o ex-ministro do governo Evo, ainda defendia interesses nacionais. Segundo o Artigo 13:

Los Estados y Gobiernos extranjeros, así como las corporaciones y otras entidades que de ellos dependan NO podrán ejercitar actividad minera ni obtener derecho minero alguno, bajo ningún concepto ni título, ya sea directamente o por interpósita persona, no ser admitidos como socios (CÓDIGO DE MINERÍA apud RADA, 1997, p. 75)

O governo do MIR propõe uma reforma que reverte totalmente o artigo 13 do Código.

Las Corporaciones y entidades dependientes de Estados y Gobiernos Extranjeros, con personalidad de derecho privado; los organismos financieros multilaterales y las entidades que de ellos dependan, así como las empresas multinacionales organizadas como consecuencia de Convenios Internacionales suscritos por la República de Bolivia, PODRAN ejercitar las actividades mineras y obtener los derechos contemplados en el presente Código de Minería (CODÍGO DE MINERÍA apud RADA, 1997 p. 75)

Está aberto o caminho para a espoliação dos recursos estratégicos do Estado, ainda que não com tanta ênfase e peso que foram percebidos durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada. Mesmo que o governo esteja nas mãos de um suposto movimento de esquerda revolucionário, é a aliança com a ADN e a maioria constituída no parlamento que dão as cartas para a política econômica neoliberal e privatista, que aprovou no parlamento a Lei de Privatização Nº 1330 e a readequação do Código de Mineração que estava em vigor desde a segunda metade da década de 1960.

No entanto, nesse período aparecem como movimentos combatentes não parlamentares, grupos opositores guerrilheiros, como a *Comissão Néstor Paz Zamora* (CNPZ) e o Exército *Guerrilheiro Tupac Katari* (EGTK)²⁹ que tem ações importantes e apresentam-se

²⁹ El EGTK se constituyó a partir del encuentro en 1986 de dos grupos militantes que se proponían, cada uno por su parte, construir una organización armada. Uno estaba conformado por campesinos aymaras y quechuas y otro por jóvenes mestizos de clase media y obreros. Ambos coincidían en la premisa de sumar al proletariado, particularmente minero, el campesinado indígena, sector mayoritario de la población boliviana que, desde la década anterior, había mostrado una creciente capacidad organizativa y de movilización. En virtud de sus coincidencias decidieron establecer una alianza funcional con un período de prueba y una clara

como empecilhos fora do parlamento ao governo de Zamora. O CNPZ ficou conhecido pelo sequestro do empresário Jorge Lonsdale. Já o EGTK, que contava em seus quadros com Felipe Quispe e o hoje vice-presidente Álvaro García Linera foram responsáveis por inúmeros atos considerados “terroristas” pela direita e pelo governo.

O projeto neoliberal iniciado em 1985 continua a pleno vapor durante o governo de Paz Zamora. Como ressaltado, mesmo com o MNR indo para oposição, não houve alterações significativas na representatividade dos interesses políticos e econômicos dentro do parlamento. O que está por detrás da representação política concretizada na aliança MIR-ADN é o interesse do capital monopolista transnacional, que passa a dominar setores estratégicos do Estado boliviano e a gestão de suas empresas, através da IED (Inversão Estrangeira Direta). Desvendamos aqui, nos governos iniciados da segunda metade da década de 1980, a forma de dominação que estava em curso que, de início, promoveu a abertura dos mercados (governo Estenssoro) para, em seguida, dar ímpeto e força para os processos de privatizações iniciados no governo de Paz Zamora.

La tradición del MIR no era afín al liberalismo. Es más, lo había combatido durante casi toda la década de los 70. Sin embargo, ya a fines de esos años Paz Zamora, adelantándose al partido, declaraba su intención de sacar al MIR de la marginalidad política en que lo encerraba una posición izquierdista. Su planteo consistía en hacer del MIR un partido de «izquierda viable» con una identificación máxima y óptima con la sociedad civil, y eficacia político-electoral y político-gubernamental. El objetivo de hacer del MIR un partido de izquierda moderna y electoralmente fuerte no explica, empero, enteramente, la adhesión de Paz Zamora al neoliberalismo y, aún menos, su alianza con su tradicional enemigo de derecha, la ADN. Para muchos dirigentes del MIR, sobre todo locales, la alianza con la ADN y la aceptación del neoliberalismo ha sido solamente una cuestión de realismo y de oportunidad. Queda la pregunta de si el mismo Paz Zamora no lo cree así. Para la ADN, el liberalismo integra su patrimonio ideológico. Además, el peso de los empresarios en sus instancias de decisión ha sido preponderante desde su fundación. Pocas dudas caben sobre su posición. (MORALES, 1992, pp 138-139)

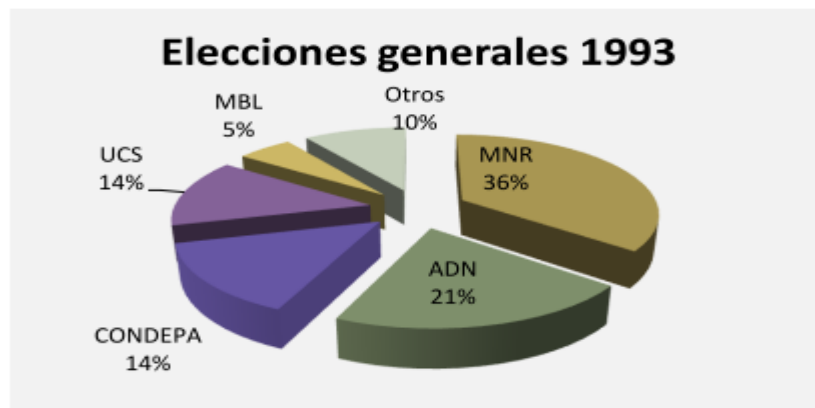
É durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, que se inicia em 1993 e vai até 1997, que a ofensiva neoliberal encontra as condições concretas para suas empreitadas mais agressivas que desmantelam os serviços públicos bolivianos e joga população do país ainda mais na pobreza. É na década de 1990 que entram em gestação os

división del trabajo: los jóvenes mestizos aportarían la conducción del trabajo urbano, la teoría marxista y la logística; y el grupo de campesinos aymaras y quechuas aportarían la conducción de la fuerza rural, portadora de una memoria de rebelión ancestral y un Proyecto Nacional Indio, además de su autoridad y prestigio sobre comuneros aymaras y quechuas y su presencia en el sindicalismo campesino. Con esos recursos se proponían construir en Bolivia la alianza obrero-campesina preconizada por Lenin. (ESCÁRZAGA, Fabiola. *El Ejército Guerrillero Tupak Katari (EGTK), la insurgencia aymara en Bolivia*. In: *Pacarina del Sur: Revista de Pensamiento Crítico Latino-Americano*. Disponível em <<http://www.pacarinadelsur.com/home/oleajes/441-el-ejército-guerrillero-tupak-katari-egtk-la-insurgencia-aymara-en-bolivia>> Acesso em abril/2013)

movimentos populares combativos que vão, futuramente, aparecer como empecilhos ao projeto neoliberal, como o MAS de Evo Morales, surgido em 1995. Mas para entendermos melhor esse processo histórico, façamos mais algumas digressões e vejamos os resultados das eleições gerais de 1993, que levaram Goni à presidência da república e iniciando um novo ciclo governamental pelo MNR, desapossado do governo durante o governo Paz Zamora, mas que manteve intacto o seu projeto inicial inaugurado em 1985.

1.7 O GOVERNO DE GONZALO SÁNCHEZ DE LOZADA (1993-1997)

Em 6 de junho de 1993, ocorreram eleições presidenciais na Bolívia. Os partidos ditos “tradicionais” de direita e centro-direita apresentaram-se, mais uma vez, como os únicos capazes de aglutinar as preferências do eleitorado boliviano. A aliança entre MIR-ADN permaneceu intacta e agora coube ao MIR de Zamora apoiar a candidatura de Hugo Banzer para a presidência. A CONDEPA tem como candidato Carlos Palenque; o Movimento Bolívia Livre (MBL) apresentou como candidato Antonio Quiroga e, por último, Máx Fernández, pela UCS. Abaixo, os resultados e as divisões de votos entre os partidos:



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolívia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

Desta vez, o MNR ascende ao governo sem a necessidade de aprovação parlamentar, tendo como presidente eleito Gonzalo Sánchez de Lozada para seu primeiro mandato. Um fato marcante é que o escolhido para exercer o cargo de vice-presidente foi Víctor Hugo Cárdenas. Cárdenas fundou e militou no Movimento Revolucionário Tupac Katari e, anteriormente, foi um dos fundadores da combativa Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia. Aparentemente, pela sua biografia política ligada

a central sindical operária e ao grupo guerrilheiro indígena, Cárdenas deveria estar na oposição parlamentar ao MNR. Não foi isso o que aconteceu, tendo capitulado à direita.

A chegada de Gonzalo Sánchez de Lozada à presidência marca o ponto de ruptura definitivo entre o processo de abertura econômica iniciado na segunda metade da década de 1980 e o processo de privatizações das empresas estratégicas do Estado boliviano, no que pode ser caracterizado como o período mais duro da ofensiva neoliberal na Bolívia. Entra-se agora na segunda etapa da reestruturação econômica boliviana, que vai até 1997. Seu primeiro passo, segundo Mesa (2007), foi formar uma coalizão que contou com o apoio do MRTKL de Cárdenas e o Movimento Bolívia Livre (MBL). Sánchez de Lozada também teve o apoio da UCS de Max Fernández. Isso tudo significa que essas três forças políticas bolivianas serviam, no legislativo, de guarda-chuva aos projetos do executivo, de aprofundar a espoliação das empresas estatais pela fração dominante do capital monopolista transnacional. Era essa a coalizão partidária burguesa do período 1993-1997, composto por MNR-MBL-MRTKL-UCS.

O programa econômico central aplicado pelo MNR foi o “Plano para Todos” que, ainda segundo Mesa (2007), consistia em: capitalização, participação popular e reforma educativa. A respeito da reforma educativa, foi introduzido no currículo escolar a educação intercultural e bilíngue, que são objetivos que até hoje são perseguidos pelo governo de Evo Morales, com a instauração do Estado Plurinacional, que tem por proposta incorporar as diversas nacionalidades e etnias indígenas no interior do Estado, em uma tentativa de alterar os padrões monoculturais e colonialistas no qual o Estado boliviano, desde a colonização espanhola, estava submetido.

No artigo primeiro “Da educação: bases e fins da educação boliviana” (inciso 3, 4 e 5), pode-se ler que a educação boliviana: É nacional, porque responde as exigências vitais do país em suas diversas regiões geográfico-culturais, buscando a integração e a solidariedade de sua população para a formação da consciência nacional através de um destino histórico comum; É intercultural e bilíngue porque assume a heterogeneidade sociocultural do país em um ambiente de respeito entre todos os bolivianos, homens e mulheres; É direito e dever de todo boliviano, porque se organiza e desenvolve com a participação de toda sociedade sem restrições nem discriminações de etnia, cultura, de região, de condição social, física, mental, sensorial, de gênero, de credo ou de idade.

Mas o que importa analisar aqui são as orientações econômicas que, a despeito da tentativa de inclusão cultural da reforma educativa de 1994, vai orientar os rumos do governo de Sánchez de Lozada e mostrar a quem a coalizão partidária de então (MNR-

MBL-MRTKL-UCS) estava servindo. O executivo propõe, um plano de descentralização administrativa, introduz fundos de pensão geridos por empresas privadas, privatiza as empresas estratégicas através de um processo de divisão da administração das empresas estatais entre capital boliviano e capital estrangeiro, como o europeu e o norte americano.

Esse processo se dá com a Lei de Capitalização de 1994, que pode ser resumida em: autorização do poder executivo a fornecer bens de empresas públicas para o capital estrangeiro, transformando as empresas estatais em novas sociedades de economia mista; autorização e aprovação de acordos requeridos para a transformação em sociedades de economia mista as empresas YPFB, a Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE), a Empresa nacional de Telecomunicações (ENTEL), a Empresa Nacional de Ferrovias (ENFE), Lloy Aéreo Boliviano (LAB) e a Empresa Metalúrgica de Vinto³⁰. Sobre esta última, convém lembrar que ela não era estatal. A empresa foi comprada pelo grupo suíço *Glencore*. A transação foi levada a cabo porque a Vinto pertencia a Gonzalo Sánchez de Lozada

A Lei de Capitalização permitia ao executivo vender 50% dos ativos das empresas públicas a agentes privados e transferir, como num ato de bondade suprema recheado de ironias que não se refletiram em um aumento de riqueza da classe trabalhadora, transferir os outros 50% aos cidadãos que provassem serem maiores de idade. A COMIBOL convida os inversores ligados ao capital nacional e estrangeiro a conseguirem obter direitos de prospecção e exploração de minérios, deixando de ser uma produtora e instância administradora da produtividade da mineração boliviana, passando a ser mera administradora de licitações.

Seguindo as análises de Rivero (2006), o domínio do capital estrangeiro se dá não somente a entrada desse capital no país, através dos contratos de risco compartilhados entre o capital financeiro internacional e o capital boliviano, mas também em atividades ditas produtivas e serviços ligados ao setor dos hidrocarbonetos (gás e petróleo). A abertura econômica iniciada em 1985 e seguida na década de 1990 abre espaço para a chamada Inversão Estrangeira Direta. Para quem não está familiarizado com o termo, convém explicar que Inversão Estrangeira Direta se dá quando ocorre um investimento massivo de capital externo em setores e instalações de outro país, subordinando boa parte desses setores aos mandos e desmandos do capital estrangeiro.

No primeiro governo de Goni, além da Reforma Educativa e da Capitalização (privatização das empresas públicas), são aprovadas leis como a do Sistema de

³⁰ **Bolivia:** Ley de Capitalización, 21 de marzo de 1994. Disponível em <<http://www.lexivox.org/norms/BO-L-1544.xhtml>> Acesso em Acesso em março /2013

Regulação Setorial (SIRESE), que tem por objetivos: regular, controlar e supervisionar as atividades dos setores de telecomunicações, eletricidade, hidrocarbonetos, transportes, água e outros setores, que passaram a ser regulados sob princípios neoliberais, ou seja, abrindo espaço para a privatização destes setores.

Em 1996, o congresso aprova a “Lei dos Hidrocarbonetos”. Quiroga (2003, p. 28) dá uma definição concisa sobre em que consistiu essa lei:

Em 30 de abril de 1996, promulga-se a Lei dos Hidrocarbonetos Nº 1689, que tem referências significativas com relação aos direitos de propriedade dos hidrocarbonetos. Por uma parte, primeiro afirma que o Estado é proprietário das reservas de gás natural quando se encontram no subsolo; por outra, quando são produzidas ou declaradas (as reservas) “campos comerciais”, a propriedade é da empresa transnacional contratante. Também, a empresa contratante tem o direito de construir e operar dutos para o transporte de sua própria produção e de terceiros.

O aspecto mais estranho da lei nº 1689 consiste então na noção de que todos os recursos naturais (gás e petróleo) são, em tese, pertencentes ao Estado boliviano, mas que as empresas transnacionais podem tomá-los já no período produtivo e manter o domínio logístico na exploração, transporte e escoamento da produção. Ou seja, o gás só pertence ao Estado boliviano quando intocado, constituindo-se em um escandaloso processo de espoliação descarada das riquezas naturais que, em princípio, pertencem aos bolivianos, mas que saem das suas mãos graças a manobras jurídicas entre governo e transnacionais que permitem, no aspecto legal, que tal fato ocorra:

Desde la fundación de YPFB, en 1936, y hasta 1996, el dominio de la producción de los hidrocarburos era estatal, unas veces de manera independiente y otras en asociación con empresas extranjeras. En todo este periodo estaba claro que el dueño real de los hidrocarburos era el Estado boliviano. A partir de 1996, la situación cambió con la liberalización del sector de hidrocarburos y la “capitalización” de YPFB. Desde ese momento, la producción de los hidrocarburos pasó a ser de propiedad de las empresas transnacionales. ¿Cómo fue que ocurrió esto? Gonzalo Sánchez de Lozada aprobó la Ley 1689 — actualmente derogada — que permitía dos cosas: primero, restringió las actividades de YPFB convirtiéndola en una oficina administradora de Contratos de Riesgo Compartido; y segundo, ordenó que la explotación de los hidrocarburos sea desarrollada únicamente por las empresas suscriptoras de estos contratos [...]1996 fue el año cuando el Estado perdió sus cinco empresas más importantes, YPFB fue una de ellas. De este modo, el gas y el petróleo de los bolivianos fueron entregados a las transnacionales del sector. En ese entonces, el gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada dijo que la “capitalización” sería un instrumento para el desarrollo y bienestar del pueblo, para superar la pobreza y crear fuentes de trabajo. Sin embargo, aquellos anuncios no pasaron de ser promesas. Desde entonces, dos fuerzas históricamente opuestas se enfrentaron una y otra vez en las calles y las carreteras. Por un lado, el pueblo reclamaba la recuperación de

las empresas nacionales. Por otro, los capitalistas extranjeros, amparados por los gobiernos de turno, resistían por seguir controlando las empresas que les generaban grandes ganancias. Es importante hacer notar que la Ley 1689 burló el artículo 139 de la Constitución Política del Estado que dice: “*los yacimientos de hidrocarburos, cualquiera que sea el estado en que se encuentren son de dominio directo, inalienable e imprescriptible del Estado. Ninguna concesión o contrato podrá conferir la propiedad de los yacimientos de hidrocarburos*”, pues a través de los Contratos de Riesgo Compartido, la producción de los hidrocarburos pasó a ser de propiedad de las empresas transnacionales. (CARTILLA INFORMATIVA, 2005, pp. 8-15)

Para se compreender mais amplamente a privatização dos hidrocarbonetos, no contexto latino-americano vejamos o que diz Portugal (2010, p. 87):

Na década de 1990, todos os países da América Latina e Caribe com reservas significativas de hidrocarbonetos sofreram fortes reformas no setor, com exceção do México. Nos anos noventa, muitos Estados venderam parte das petroleiras estatais as companhias transnacionais, outorgando as concessões para a exploração de campos de petróleo, através da venda direta das empresas públicas. Na Argentina, com o governo de Menem, se vendeu a YPF a REPSOL; no Brasil, a entrada estrangeira na Petrobrás se concretizou durante o governo de Cardoso. Por sua vez, na Venezuela, o executivo de Caldera impulsionou a chamada “abertura petroleira”, que permitia contratos de exploração com as multinacionais.

Também temos a “Lei de Eletricidade”, de 1997, que entrega a ENDE (Empresa Nacional de Eletricidade) à Rede Elétrica Internacional da Espanha, tornando-se uma filial desta última. “A TDE foi fundada em 1997 e possui 73% das linhas de transmissão, segundo sua página oficial na internet na Bolívia. Cerca de 99,94% de seu capital estava em mãos da Rede Elétrica Internacional e 0,06% pertencia aos trabalhadores da empresa”³¹.

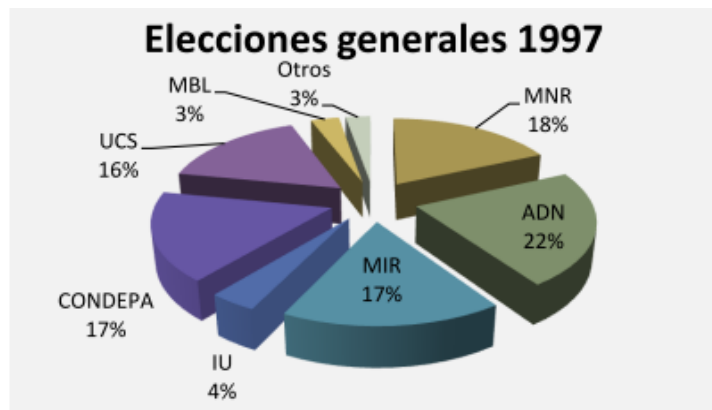
O primeiro governo de Sánchez de Lozada abre mais espaço para o domínio do capital transnacional, com a privatização de empresas públicas e com o aumento das inversões estrangeiras diretas nas empresas, subordinando as empresas estatais aos ditames do capital monopolista internacional. Entrega o petróleo, gás, eletricidade e ferrovias a administração estrangeira e tenta galgar apoio de setores indígenas da população com a reforma educativa. Mas as políticas econômicas neoliberais aplicadas propostas pelo executivo com a aprovação da coalizão parlamentar é que tem crucial importância para se compreender a hegemonia do neoliberalismo boliviano por ainda mais tempo (governo Banzer: 1997-2001) e o segundo governo de Sánchez de Lozada, que vai marcar outros pontos de ruptura: o fim da democracia pactada, a emergência de rebeliões populares de

³¹ Sul 21: *Na Bolívia, Evo nacionaliza companhia de eletricidade espanhola*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/2012/05/na-bolivia-morales-nacionaliza-companhia-de-eletricidade-espanhola/>> Acesso em: dezembro/2013

grande intensidade e a crise do Estado boliviano que acontece entre 2003 e 2005. Mas para isso, vejamos como se deu a transição do governo Sánchez de Lozada para a volta de Hugo Banzer, bem como a composição das coalizões partidárias neste período.

1.8 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1997 E A VOLTA DE HUGO BANZER À PRESIDÊNCIA

Com as reformas estruturais na economia levadas a cabo pelo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, a Bolívia se viu imersa em um contexto que, inversamente do que prometiam as privatizações, não condizia com o idílio prometido pelas reformas neoliberais, dado que a situação social na Bolívia continuava alarmante. Passando por um relativo desgaste, Goni passa a apoiar como candidato à presidência seu ministro da Justiça, René Blattmann. Mesmo com o apoio de Goni, Blattmann renuncia a candidatura em janeiro do mesmo ano, dando espaço para Juan Carlos Durán. Remedios Loza, a primeira indígena de fato a ocupar um lugar no parlamento pela CONDEPA, aparece como candidata. Jaime Paz Zamora do MIR também candidata-se. Acontece nessas eleições um fato inédito: Hugo Banzer vence com a porcentagem mais baixa da história política do país, segundo Mesa (2007). Os resultados ficam da seguinte forma:



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolívia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

A baixíssima votação de Banzer, com 22% dos votos válidos pode ser considerada como um incipiente desgaste político do projeto neoliberal, que já perdura de fato, em 1997, há mais de doze anos. Mas nada significativo e perigoso para a fração da burguesia ligada ao capital transnacional, dado que Banzer opta por prosseguir a política econômica anterior, incluindo uma ampla repressão contra os movimentos populares de então, especificamente, os produtores da folha de coca do Altiplano e uma aliança promíscua com o

imperialismo norte-americano que consistia em uma constante intromissão militar e política no alto escalão do governo Banzerista.

Banzer, como todos os demais presidentes eleitos durante os tempos da democracia pactada, passa por um segundo turno no Congresso boliviano. A composição da coalizão parlamentar durante os anos de 1997-2001 se deu da seguinte forma: Nova Força Republicana (NFR), CONDEPA, UCS e MIR. A UCS era o único partido que fazia parte da coalizão do governo de Lozada. O restante veio da “necessidade” de garantir a governabilidade pactada. Entra-se agora, na terceira etapa do ciclo neoliberal na Bolívia, que dura até o segundo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (2003), quando as empresas do Estado são definitivamente entregues ao capital transnacional. Ainda ocorre a espoliação dos recursos naturais e também, encarniçadas lutas sociais que demonstram que a Bolívia, com a crise do Estado de 2003-2005, ao lado da Venezuela, é o país em nosso subcontinente que dá mostras do acirramento da luta de classes.

O governo Banzer fica marcado, então, por algumas medidas antipopulares que vão agravar ainda mais a situação econômica e social do país, como o aumento de 27% no preço dos hidrocarbonetos, a tentativa de privatização da água (que deu origem a conhecida “Guerra da água”, entre abril e setembro de 2000). Ademais, o governo de Banzer tem que arcar com as dificuldades de uma recessão econômica, que joga por terra o projeto neoliberal e os custos da repressão em cima dos plantadores de coca. Em cima disso, pode-se dizer que começa a se avizinhar uma severa crise do sistema de partidos e da *democracia pactada*, que passam a ser combatidos por partidos de esquerda e movimentos populares. Mas analisemos cada questão a seu tempo, a repressão aos plantadores de coca do Altiplano e a Guerra da água.

1.9 BANZER E O PROJETO DE ERRADICAÇÃO DAS FOLHAS DE COCA

Sabe-se que a coca, uma planta comum na América Latina (sendo cultivada no Peru, Colômbia, Bolívia e Argentina), pode ter duas funcionalidades: pode ser usada pelo narcotráfico como matéria-prima da cocaína e, também, ser usada pelos indígenas como um chá em rituais religiosos, estimulante físico e suas propriedades medicinais ajudam a combater as cambaleantes altitudes da Bolívia. Mas Banzer pouco se importou com o aspecto milenar e tradicional do cultivo da coca e passou a associá-la como elemento central impulsionador do narcotráfico, abrindo as brechas que faltavam para a tentativa de extermínio das plantações da folha como para a repressão dos plantadores de coca.

Os plantadores da folha de coca, que viam no cultivo a possibilidade de seu sustento, migraram para a região dos trópicos de Cochabamba a partir da década de 1980. Com a implementação do neoliberalismo na Bolívia, vários postos de trabalho foram fechados e pessoas ficaram sem emprego, optando por cultivarem a coca nos trópicos.

O movimento dos plantadores de folhas de coca ganha espaço nesse período pós-1985 e passa a incorporar experiências políticas de antigos sindicalistas mineiros e mesmo do movimento katarista. Os confrontos entre os governos bolivianos e os plantadores potencializaram o movimento dos produtores de coca da região do Chapare, que ocupa ao longo da década de 1990 um lugar cada vez mais relevante como pólo de resistência popular, suplantando a hegemonia da COB. (ANDRADE, 2007, p. 172)

A alternativa encontrada pelo imperialismo dos Estados Unidos durante a década de 1980, para justificar sua ingerência na política interna de outros países, foi a suposta “guerra contra as drogas”. Impulsionada por Richard Nixon, no final da década de 1960 e reforçada durante a era Reagan, nos anos 1980, a “guerra contra as drogas” serviu unicamente para que as tropas militares dos EUA, acordadas com o ministério da defesa boliviano, pudessem adentrar o território da Bolívia para supostamente, combater o narcotráfico. Segundo Sóliz³²

Después de dos décadas, en 1997 el dictador Banzer vuelve al poder, esta vez gracias los acuerdos interpartidarios. Durante ese años promueve una iniciativa para sacar a Bolivia del denominado circuito coca - cocaína durante los cinco años de su mandato constitucional. Esa iniciativa fue bautizada con el paradójico nombre de "Plan Dignidad". Esta propuesta incluía teóricamente cuatro pilare: El Desarrollo Alternativo como base de toda la propuesta; La erradicación de los cultivos pertenecientes a los pequeños productores vía participación de las Fuerzas Armadas; La Interdicción; y la Prevención. Pese a que el presupuesto previsto señalaba un monto superior a los 900 millones de dólares y que de ese monto 700 estarían destinados al Desarrollo Alternativo, los hechos demostraron que en realidad que la verdadera política estaba destinada a priorizar la erradicación militarizada, atacando el eslabón más débil de la cadena: los pequeños productores. Después de los cinco años de ejecución del eufemista plan, menos de 200 millones de dólares llegaron a nuestro país destinados para el Desarrollo Alternativo y mucho de ese dinero quedó estancado en la burocracia parasitaria de los organismos nacionales e internacionales dedicados al asunto. Los informes independientes sobre el Desarrollo Alternativo concluyen que este fue un fracaso y donde existe sólo puede ser tomado en cuenta como proyectos piloto con una incidencia menor en la vida de los productores pobres.

³² *La guerra contra las drogas en Bolivia.* Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/ftaa/noticias_nl/guerradrogas.htm>. Acesso em abril /2013

O projeto articulado por Bolívia-EUA foi uma catástrofe para os produtores de coca, desencadeando grande repressão por parte do aparato repressivo do Estado boliviano contra os *cocaleros*. No entanto, a resistência ao projeto foi encabeçada por movimentos populares que contavam com o apoio de boa parte da população que via na coca um elemento milenar e cultural pertencente ao corpo das tradições dos índios bolivianos. Em 1997, Evo Morales Ayma, dirigente do MAS – IPSP (Movimento ao Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos), era deputado. Por ter sido uma das poucas vozes discordantes dentro do parlamento em relação ao extermínio do cultivo da coca, foi processado por falta de decoro parlamentar.

Os governos neoliberais, principalmente os de Banzer e Lozada (que foi reeleito presidente em 2002), começam a sofrer alguma oposição parlamentar, mas nenhuma ainda coloca em risco a democracia pactada nesse período. As coisas começaram a mudar de forma significativa quando se nota que a oposição de esquerda não consegue formar um bloco se apresentasse como freio dos interesses burgueses dentro do parlamento.

É nesse contexto que as lutas se deslocam para as ruas, jogando a Bolívia na esteira de sucessivas possibilidades revolucionárias que não se concretizam de fato, mas mostram as primeiras fissuras no projeto político neoliberal legitimado pelo ordenamento jurídico aprovado pela coalizão partidária da direita neoliberal instalada no legislativo, que servia de base de sustentação e aprovação das propostas do executivo. A “Guerra da Água” serve como ponto inicial da decomposição da política neoliberal e da democracia pactada nos anos 2000. Vejamos como ela se deu.

CAPÍTULO 2

AS REVOLTAS ANTINEOLIBERAIS: CRISE DO NEOLIBERALISMO NA BOLÍVIA E O COLAPSO DA DEMOCRACIA PACTADA

2.1 A “GUERRA DA ÁGUA”

A América Latina pode ser considerada uma zona estratégica no mundo por suas imensas reservas hídricas. Contando com 12% da população do mundo, a região recebe, em média, 72% das chuvas que caem sobre a Terra. Chile, Argentina, Venezuela, Brasil e Bolívia são considerados países “ricos” em relação aos recursos hídricos. Longe de qualquer conotação apocalíptica que diga que uma nova guerra mundial poderia acontecer por causa da água, a análise da “Guerra da Água” boliviana pode ser enquadrada como uma batalha entre interesses espoliadores *versus* meios de produção pertencentes ao Estado e a totalidade da população boliviana. (GONÇALVES, 2006)

Dado que a água é um bem imprescindível para a sobrevivência humana, o capital transnacional dá mostras de sua sanha acumuladora, especificamente na Bolívia. O conceito de *acumulação por espoliação* do geógrafo marxista David Harvey se faz útil na análise da privatização da água em Cochabamba. A *acumulação por espoliação* é uma reatualização da acumulação primitiva³³ (tendo em vista o processo de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, ainda mais em setores periféricos e dependentes do sistema como a Bolívia).

Segundo Harvey, a acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos: mercantilização da terra e expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns (partilhadas); a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos ; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com o monopólio da violência, tem papel fundamental no apoio a esses processos. Harvey diz

³³ Ver: *O Capital*, capítulo XXIV: A Chamada Acumulação Primitiva

(2004, p. 121) que “todas as características da acumulação primitiva permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias”.

Dito isso, a espoliação ou a tentativa (que fora revertida) de espoliação da água foi marcante nesse período. Somados aos descontentamentos populares em relação à política neoliberal adotada de 1985 em diante, que aumentaram os lucros da burguesia transnacional e pioraram a vida da população boliviana em geral, a “Guerra da Água” marca o início de um ciclo de instabilidade política e social na Bolívia. Havia, em Cochabamba, um consórcio que fora firmado em 1999 entre as empresas *Aguas del Tunari* com empresas estrangeiras, como *Water Limited* de Londres, *Bechtel Enterprises* (Califórnia), *Edison* (Itália) e a espanhola *Abengoa*. Essas três empresas juntas controlavam a maior parte das ações.

La empresa norteamericana cambió su dirección legal de las Islas Caimán a Holanda a finales de 1999, cuando ya había firmado el contrato de concesión con el Estado boliviano, debido a la existencia de un Tratado Bilateral de Inversiones entre Holanda y Bolivia que le permitía proteger su inversión, acuerdo que después utilizaría. Por supuesto, la población de Cochabamba no sabía que compraban agua de una compañía económicamente controlada por capitales estadounidenses, administrativamente manejada por gerentes ingleses en consorcio con ingenieros españoles e italianos, con una participación minoritaria de empresarios bolivianos y con residencia legal en una casilla postal en Ámsterdam (KRUSE *apud* PORTUGAL, 2010, p. 98).

Nota-se uma sofisticada teia de domínio capitalista repartida entre holandeses, espanhóis, italianos, ingleses e norte-americanos para controlarem a quase totalidade das ações da *Aguas del Tunari*, que antes da firma do consórcio se chamava Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba (Semapa). Nesse contexto, “novos” sujeitos históricos entraram em cena e passaram a encabeçar a luta nas ruas da Bolívia. Sabendo depois que o controle da água de Cochabamba estava nas mãos de empresas estrangeiras, que elevaram os preços a níveis estratosféricos, a “Coordinadora del Agua” passou a exigir a volta da administração da água pelo Estado. Surpreendidos pelo aumento de 100% nas tarifas, a “Coordinadora” ganha o apoio da CSUTCB, que bloqueia estradas e pontos de acesso aos centros urbanos em boa parte do país. A luta transpassa os limites de Cochabamba e irradia-se pela Bolívia de setembro de 1999 a abril dos anos 2000.

O regime neoliberal boliviano, depois de privatizar os recursos públicos estatais, empresas mineiras, petroleiras, de telecomunicações e outras empresas públicas, começou, a partir de 2000, a afetar os recursos públicos não estatais, como o sistema de água.

O neoliberalismo passou da privatização do público estatal ao público comunitário, segundo Linera (2010). Somado a isso, o governo Banzer decreta um Estado de sítio “por noventa dias, intensificando a repressão, que resultou na morte de 6 pessoas, em 74 feridos e 92 presos.” (Bandeira, 2002, p. 140). A característica primordial do segundo governo de Hugo Banzer foi a repressão irrestrita aos movimentos populares anti-sistêmicos, tanto dos *cocaleros* quanto dos que tinham por bandeira a defesa dos recursos naturais.

Banzer, por mais que se apresentasse como “democrata” nos tempos em que as baionetas, em teoria, não tinham a última palavra, mostrou seus notáveis traços ditatoriais, demonstrando que a burguesia poderia muito bem reprimir seus opositores políticos da mesma forma que em tempos de ditadura. Agora, a repressão estava travestida de manutenção da ordem pública. Tudo para garantir a produção e reprodução do modo de produção capitalista neoliberal. Mesmo com a rebelião popular, a “Coordinadora del Agua” não conseguiu se tornar uma empresa de caráter auto gestor, sob o comando dos trabalhadores organizados entre si. Os recursos hídricos voltaram a ser administrados pela antiga empresa estatal (SEMAPA), instituição restringida para atender as necessidades básicas do campo e da cidade.

Mas Banzer teve que renunciar em julho de 2001. Acometido por um tumor maligno no pulmão, saiu de cena e foi buscar tratamento de sua doença em um hospital nos Estados Unidos. De lá, em 28 de julho, renuncia ao cargo de presidente, passando o governo da Bolívia para as mãos de Jorge Quiroga Ramírez, seu vice. A partir da sua renúncia e da presidência de Quiroga Ramírez, a *democracia pactada* começou a sofrer sua degenerescência política. Se aproximam severas crises nos partidos tradicionais da burguesia que serviram de base, desde 1985, a governabilidade do país. Governabilidade que pode ser entendida como sinônimo de concordância irrestrita no que se refere ao modelo político-econômico dominante desde a flexão do nacional-desenvolvimentismo para o neoliberalismo dos partidos ditos tradicionais (MNR-ADN-MIR). Novas forças políticas surgem, fazendo frente aos partidos burgueses de larga trajetória, como por exemplo, a Nova Força Republicana (NFR), o MAS (Movimento ao Socialismo)³⁴ e o MIP³⁵ (Movimento Indígena

³⁴ O Movimento ao Socialismo (MAS) é uma organização político-eleitoral liderada pelo indígena Evo Morales. Fundada inicialmente com o nome de Instrumento Político para a Soberania dos Povos (IPSP), como resolução do Congresso Nacional sobre Terra e Território de várias confederações e comunidades e sindicatos camponeses, essa organização começou a participar localmente das eleições municipais de 1995, e conseguiu importância significativa nos municípios do Chapare, lugar de presença dos sindicatos de produtores de folha de coca. (LINERA, , 2006, p. 750)

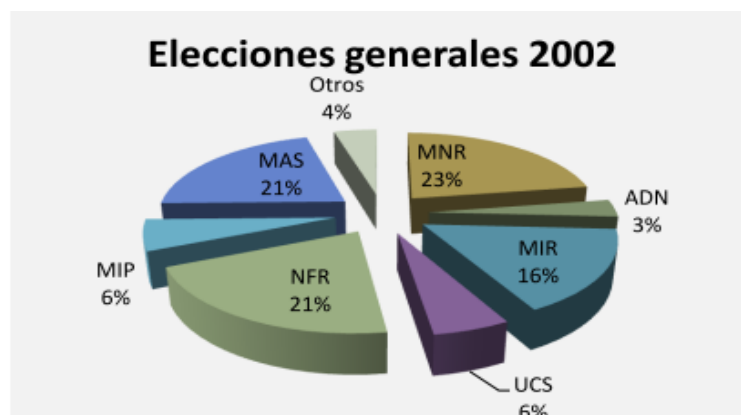
³⁵ Fundado em 2000, imediatamente após as grandes revoltas e bloqueios de estrada protagonizados por camponeses em outubro do mesmo ano, o MIP tem sua força eleitoral nas comunidades indígenas aimarás do planalto, onde o discurso indianista tem maior enraizamento. Do mesmo modo que o MAS, sua capacidade

Pachakuti), que passaram a reordenar a cena política boliviana, aparecendo como empecilho, em hipótese inicial, à dominação neoliberal que assolara o país.

Esses partidos começam a desequilibrar a hegemonia neoliberal já nas eleições presidenciais de 2002, durante ainda o governo de Quiroga Ramírez. O MAS, como veremos adiante, não consegue vencer as eleições daquele ano. No entanto, já aparece como a segunda força eleitoral na cena política boliviana, tendo o seu principal líder, Evo Morales, sido eleito deputado em 1997. As eleições de 2002 foram o último alento e respiro da *democracia pactada*. A seguir, veremos o motivo.

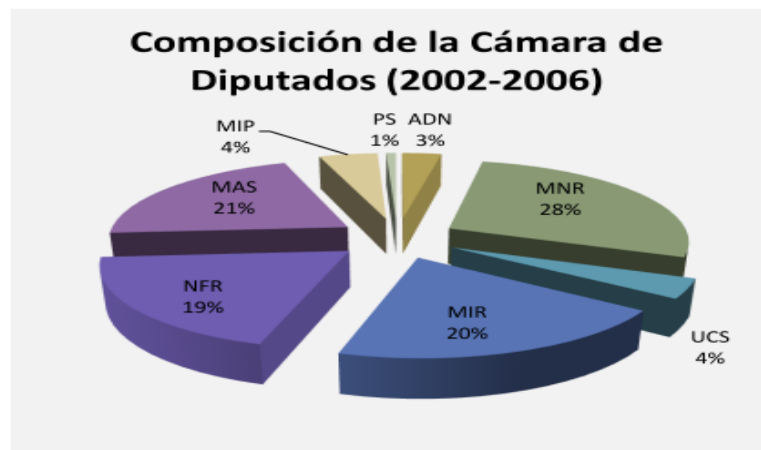
2.2 AS ELEIÇÕES DE 2002 E O SEGUNDO GOVERNO DE GONZALO SÁNCHEZ DE LOZADA

As eleições de 2002 marcam um ponto de ruptura da *democracia pactada*. Entre os anos de 2002 e 2003, a Bolívia passa pelo ciclo mais intenso de rebeliões populares. Como ressaltado anteriormente, apareceram novas forças políticas, como a Nova Força Republicana, com a candidatura do ex-prefeito de Cochabamba, Manfred Reyes Villa e seu candidato a vice, Ivo Kuljis. Gonzalo Sánchez de Lozada concorre pelo cambaleante Movimento Nacionalista Revolucionário, tendo como candidato a vice, Carlos Mesa. Jaime Paz Zamora tenta voltar à presidência, concorrendo pelo MIR e tendo como candidato a vice, Carlos Saavedra. Evo Morales e Antonio Peredo concorrem pelo Movimento ao Socialismo e Felipe Quispe candidata-se com Esther Balboa pelo Movimento Indígena Pachakuti. Os resultados ficaram da seguinte forma:



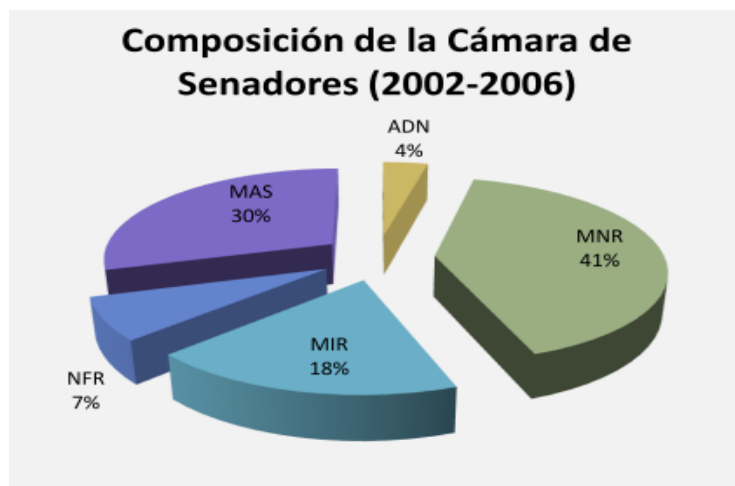
Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolívia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

Observa-se que Gonzalo Sánchez de Lozada venceu as eleições, mas há um equilíbrio entre as novas forças políticas que cresceram de forma vertiginosa. Embora o MNR tenha obtido a vitória, nota-se que ocorre um refluxo nas forças políticas burguesas sustentadoras da *democracia pactada*, como a ADN e o MIR. Mais uma vez, não alcançando a maioria absoluta dos votos válidos, Lozada precisa da legitimação congressional para ser oficializado como presidente.



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

Ocorre um novo equilíbrio na composição partidária parlamentar, rompendo com a maioria pactada entre MNR-ADN-MIR, que sofreu pouca ou nenhuma oposição entre 1985-1997. A cena política boliviana agora tem novas forças políticas, que começam a surgir por entre as rachaduras da coalizão inaugurada a partir do Acordo Patriótico. O mesmo fenômeno acontece no Senado, com a exceção da Nova Força Republicana, que não obtém a representatividade expressiva que teve na Câmara.



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

Agora, a *democracia pactada* aparece se não agonizante, ao menos no limite tênue de sua dissolução. Sem a possibilidade de fazer acordos partidários que permitissem a governabilidade nos limites da democracia burguesa, o MNR se vê entre ele e suas circunstâncias, que não são nada alentadoras, dada a crescente mobilização social tanto dos partidos opositores do espectro da esquerda como dos movimentos populares anti-sistêmicos e aglutinadores das demandas mais radicais da população. Mesmo com a Nova Força Republicana em cena, esta se vê incorporada na nova coalizão partidária. Assim, a aliança sustentadora das políticas neoliberais dá entre MNR-MIR e NFR.

Os problemas começam a aparecer fora do âmbito parlamentar. Nas ruas, uma crise social decorrente das políticas de ajuste estrutural e posterior privatização das empresas estatais começa a enfurecer setores populares combativos. A demanda pela recuperação dos recursos naturais, principalmente gás e petróleo, vão dando as tintas das revoltas subsequentes. Tenta-se, durante o governo de Sánchez de Lozada, mais uma rodada de privatizações, que são rechaçadas. A questão dos hidrocarbonetos é a unificadora dos protestos que se inicia em 2003, com a chamada “Guerra do Gás.”

O contexto econômico e social neste momento da Bolívia é aterrador. O país, mesmo com todas as riquezas provenientes de seus recursos naturais, como a exploração de minérios, do gás e seu inestimável potencial agrícola, no período anterior à eleição de Evo Morales, definhava cada vez mais na miséria. Segundo informações do sítio *Rebellion.org*, entre os anos de 1998 e 2003, o número absoluto de pobres aumentou 16%, alcançado neste período 5,8 milhões de pessoas, crescimento de 800 mil, relativos aos anos anteriores, ou seja, a década de 1990. No ano de 1988, a população que vivia na pobreza alcançava 5 milhões de

peças, que representavam em torno de 62% da população: um a cada de três bolivianos, segundo informações do mesmo site, que cita notas da Unidade de Análises de Políticas Econômicas (UDAPE) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) passava fome. Na comparação entre cidade e campo, pode-se afirmar que o aumento da pobreza não tem sido tão vertiginoso, embora a sua intensidade e amplitude seja superior nas cidades. No período entre 1998-2003 a população em situação de pobreza aumentou em 300.000. Esse crescimento desigual da pobreza tem permitido que sejam as cidades que concentrem maior quantidade de pobres. Hoje, o exército urbano de pobres já é de três milhões de pessoas, 200 mil a mais do que nas áreas rurais. Em termos percentuais, a pobreza alcança 53,5% dos domicílios urbanos e 82,1% dos domicílios rurais.³⁶

Além da pobreza urbana, a pobreza das populações residentes nos vales bolivianos também era expressiva. Dados oficiais demonstram que sete entre dez famílias do Altiplano estavam mergulhadas na pobreza. Segundo o mesmo site, a precariedade se tornou tão extrema, que boa parte da população, nesse contexto, sobrevivia com menos de oitenta centavos de dólares por dia. Na área rural, a situação era ainda pior, pois boa parte da população vivia com menos de sessenta centavos de dólar ao dia. Ou seja, sem nenhuma condição salarial de obter o mínimo de alimentos necessários para a sobrevivência cotidiana.

Frente à calamitosa situação social boliviana, os ímpetos privatistas pareciam não dar trégua. Em setembro de 2003, o presidente chileno Ricardo Lagos e Gonzalo Sánchez de Lozada acordaram um projeto de venda do gás, via litoral chileno para a Califórnia. A produção do gás estava, nesse período, controlada por três companhias transnacionais, como a *British Gas*, *Repsol-YPF* (em uma união do capital privado espanhol e argentino) e pela norte-americana *Pan American Energy*. Como afirma Hage (2008, p. 104), “Negociando sob bases contra o interesse nacional, Lozada continuaria a clássica transferência de riqueza de um país pobre ao hemisfério norte.”

Para uma maior inserção da Bolívia na cadeia produtiva, discutia-se que a Bolívia deveria exportar LNG (gás natural liquefeito). Para tanto, o país necessitaria de um porto de processamento deste hidrocarboneto do estado gasoso para o líquido. Sánchez de Lozada defendia que o mais viável é que este porto se assentasse em território chileno, país que os bolivianos guardam ressentimentos. (VITTE, 2007, p. 46)

³⁶ REBELLION. ORG: *Cada hora 18 bolivianos se hunden en la pobreza*. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=7204>>. Acesso em junho/2013

Mesmo a Bolívia tendo uma reserva imensa em gás natural, em torno de 49 trilhões de pés cúbicos, o Estado não possuía controle direto sobre a sua exploração, dado que, entre 1992 e 1996, os campos de gás foram privatizados. “A privatização, longe de ampliar o mercado interno, converteu-se na perda do maior excedente econômico dos últimos cinquenta anos (os hidrocarbonetos) e na estrangeirização acelerada das débeis poupanças sociais. (LINERA, 2010)

Quiroga (2004) acentua que, em relação aos hidrocarbonetos e às lutas sociais de setembro-outubro de 2003, surgiram duas posições antagônicas. A primeira apareceu como principal bandeira dos movimentos populares, que pautava suas reivindicações na urgência de se nacionalizar os hidrocarbonetos (gás e petróleo) para, assim, industrializar esses recursos. Já a oposição, ligada às transnacionais, defendia a exportação do gás natural via portos chilenos, com a remota possibilidade de transferir parte da renda obtida com a exportação ao Tesouro Geral da Nação (TGN).

Não demorou muito para que Lozada sentisse o peso das mobilizações populares e a *democracia pactada* entrasse, definitivamente, em colapso. Em meio à fúria dos movimentos populares entre setembro e outubro de 2003, Felipe Quispe, do MIP, convoca a população organizada a bloquear as saídas de Oruro e de La Paz. A COB decreta greve geral, contando com apoio dos camponeses, estudantes e aposentados. El Alto, cidade próxima a La Paz, agrega os conflitos mais encarniçados entre o aparato repressivo do Estado e a população organizada. Outros movimentos populares de suma importância que combateram na Guerra do Gás foram a CSTUB, a Central Operária Regional da cidade de El Alto (COR) e a “Federación de las Juntas Vecinales” (FEJUVE) também de El Alto. Sobre a Fejuve, um acréscimo: Reunindo associações de bairros da cidade circulante a La Paz, o movimento, fundado em 1954, reúne, segundo Linera (2006, p. 203), “a maioria dos 700 mil vizinhos predominantemente indígenas (80%) e de recente migração rural que vivem atualmente nessa cidade.”

En este sentido, la experiencia de Bolivia resulta excepcional pues, mucho más que en otros países de América Latina, y en un contexto marcado por la crisis de los viejos partidos, las organizaciones y movimientos sociales desarrollaron una importante capacidad de “autorrepresentación” político-social. (SVAMPA, 2007, p. 7)

Com a Guerra do Gás, se fortalecem os sentidos de identidade não só classista, mas de etnia, o que pode ser entendido como a junção de dois elementos que, somados, confluem em um componente explosivo que deu as cores das revoltas da Bolívia de

2000 em diante: a identidade étnica e a identidade de classe. Não que o étnico se sobreponha às classes sociais, categoria fundamental para se entender a divisão do trabalho na sociedade capitalista, mas a somatória dos dois elementos surge como forças motrizes das rebeliões. Segundo Iamamoto (2011, p. 58)

A Guerra do Gás, contudo, traz uma dinâmica diferente de reivindicação do controle público dos recursos. O gás, recurso natural com significado menos vital do que a água, representava um futuro de desenvolvimento e industrialização que era negado pelas políticas dos governos neoliberais. Assim, a luta pela nacionalização e pela industrialização do gás se conectava a uma reivindicação de modernização e melhoria das condições de vida da população.

A Guerra do Gás pode ser considerada o ponto máximo de revoltas até então acumuladas, que se iniciaram poucos anos antes, com a Guerra da Água. O conflito uniu todos os movimentos populares na defesa de um recurso nacional, perpassando os limites das territorialidades e do localismo, como foi a Guerra da Água, que apesar de ter irradiado a luta, ficou relativamente restrita, de início, aos limites de Cochabamba. A rebelião popular aparece como resistência à espoliação privatizadora, a execução das políticas neoliberais e como rebelião contra o ajuste estrutural e suas consequências agravantes. A consequência das mobilizações populares foi a renúncia de Gonzalo Sánchez de Lozada, em 17 de outubro de 2003. Após a sua renúncia, Carlos Mesa, seu vice, assume o governo, prometendo atender os clamores populares. Por trás de tudo, um saldo de centenas de mortos.

Segundo Kohl (2006, p. 304)

On 17 October 2003, as 500,000 protestors marched in La Paz, Bolivian President Gonzalo Sanchez de Lozada, popularly referred to as “Goni”, resigned from office and fled to Miami. The country was in the throes of the “gas wars” that had left 81 dead and hundreds injured. The demonstrators, representing a broad coalition of social groups, challenged Goni’s plan to allow international firms to build a pipeline from southern Bolivia through Chile to transport natural gas destined for US markets. They took to the streets chanting slogans such as “Gas for Bolivians, not for multinationals” and “Death to neoliberalism”. When Vice-president Carlos Mesa assumed the presidency, he announced that he would reconsider aspects of the country’s 20-year commitment to neoliberalism and Washington Consensus policies. The hundreds of thousands of Bolivians who drove Goni from office made it clear that they would accept nothing less. World Bank and US embassy officials, however, were quick to warn Mesa of the costs and consequences of changing the policy direction of South America’s poorest country.³⁷

³⁷ “Em 17 de outubro de 2003, 500.000 manifestantes marcharam em La Paz. O presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, popularmente conhecido como "Goni" renunciou ao cargo e fugiu para Miami. O país estava no meio das "guerras do gás" que deixaram 81 mortos e centenas de feridos. Os manifestantes, representando uma ampla coalizão de grupos sociais, desafiou o plano de Goni de permitir que empresas internacionais

O governo elaborou um referendo sobre a estatização dos hidrocarbonetos e apresentou uma lei com essa finalidade. A lei apresentada pelo presidente foi amplamente criticada, tanto pela esquerda, que a considerava insuficiente como pela direita, que a considerava “inviável” e “perigosa”. (GUTIÉRREZ *apud* GOMES e SOUZA, 2009, p. 5)

Passa-se um tempo e novos protestos tomam conta da Bolívia, dessa vez em 2005, culminando na renúncia de Carlos Mesa. Mais uma vez, a nacionalização dos hidrocarbonetos apareceu como elemento unificador das lutas populares no país andino, pois as novas mobilizações referem-se à recusa do então presidente em assinar uma nova lei dos hidrocarbonetos que revertesse a privatização, bem como a negativa em não dar abertura a um processo de Assembleia Constituinte. Mesa, acuado pelos protestos, renuncia em 2005. A presidência passa para as mãos de Eduardo Rodríguez Veltzé, presidente da Suprema Corte de Justiça, que governa de junho de 2005 até janeiro de 2006. A situação de crise estatal, no entanto, não virou uma crise revolucionária. Cito abaixo, uma pergunta feita ao ex-dirigente da COB, Jaime Solaris, em entrevista concedida em janeiro de 2013:

- Você disse durante a guerra do gás: “Nem tampouco Felipe Quispe e Evo e nós dirigimos essa rebelião. Esse conflito, por desgraça, não tem uma direção unitária. Os trabalhadores bolivianos tiraram do poder o assassino Goni.” A falta de direção unitária nas mobilizações de 2003 me pareceu um erro fatal. A Bolívia perdeu o trem da revolução socialista nesse período?

Jaime Solaris: - “Nos faltava um instrumento político para a revolução socialista. Os trabalhadores chegaram até a Praça Murillo, mas não pudemos entrar no palácio do governo para tomar o poder”³⁸.

Eis o derradeiro fim da democracia pactada, sistema político acordado entre partidos de centro e de direita que permitiram a sustentação da democracia burguesa sem oposição partidária consistente. A democracia pactada, em última instância, permitiu que os interesses do capital transnacional prevalecessem por exatas duas décadas, com as coalizões partidárias entre MNR-ADN-MIR servindo de salvaguarda dos interesses da burguesia monopolista transnacional. Sob a égide da democracia pactada, observamos que, com a eleição de Victor Paz Estenssoro, em um primeiro momento, a economia boliviana se abriu

construísem um gasoduto entre o sul da Bolívia e o Chile, para transporte de gás natural destinado ao mercado dos EUA. Eles saíram às ruas gritando slogans como "O gás para os bolivianos, não para as multinacionais" e "Morte ao neoliberalismo." Quando o vice-presidente Carlos Mesa assumiu a presidência, ele anunciou que iria reconsiderar aspectos do compromisso do país em relação ao neoliberalismo e as políticas do Consenso de Washington no país. As centenas de milhares de bolivianos que tiraram Goni do cargo deixaram claro que não aceitariam menos. O Banco Mundial e funcionários da embaixada dos EUA, no entanto, foram rápidos em alertar Mesa dos custos e consequências da mudança de direção política no país mais pobre da América do Sul” [Tradução livre nossa].

³⁸ SOLARIS, Jaime. *A COB sob o governo Morales*. Entrevista concedida na sede da Central Obrera Boliviana. La Paz, janeiro/2013

para o capital externo. O tipo de Estado nacional-desenvolvimentista sai de cena, pois este não garantia mais a expansão do capital transacional. Cabe dizer também que a burguesia, sendo nacional ou transnacional, vive da mão-de-obra trabalhadora e da exploração de sua força de trabalho.

O que nesta primeira parte da dissertação tentamos mostrar é que, após a introdução do neoliberalismo a partir da promulgação do decreto 21060, o nacional-desenvolvimentismo cede lugar ao modelo de acumulação neoliberal. A burguesia pode jogar a cartada do desenvolvimentismo quando este lhe assegura as margens suficientes de lucro, bem como pode jogar as cartas do neoliberalismo, subordinando a economia aos ditames do capitalismo internacional se este, por sua vez, lhe for indispensável para garantir a reprodução do capital em escala ampliada (e globalizada). O Estado tem papel decisivo na manutenção do ciclo de reprodução do capital.³⁹Tendo então este papel decisivo, foi preciso, a partir de 1985, um reordenamento econômico, com vistas a transformar o modelo de acumulação nacional-desenvolvimentista em um modelo de acumulação neoliberal, onde frações da burguesia transnacional notaram possibilidades de vultosos lucros, tendo os partidos burgueses durante a democracia pactada servido de cães de guarda dos interesses capitalistas estrangeiros.

O caso específico, refere-se ao entendimento de que a democracia pactada e a coalizão parlamentar formada por MNR-MIR-ADN, a burocracia e tecnocratas neoliberais que desenharam e legitimaram os projetos de abertura econômica e espoliação dos recursos naturais e empresas estatais foram necessárias para assegurar os interesses da fração ligada ao capital transnacional, que tinha seus interesses assegurados pelos representantes no interior do Estado boliviano. Sem a democracia pactada, a possibilidade de governabilidade dentro de uma formação social dependente e repleta de rebeliões e convulsões sociais poderia fazer com que o capitalismo boliviano sobrevivesse, mas com empecilhos vários, como a crise de governabilidade burguesa.

Para que os ajustes estruturais macroeconômicos obtivessem êxito, era preciso reordenar as forças parlamentares e impedir qualquer oposição ao neoliberalismo. O papel do Estado foi modificado em obediência ao esgotamento do modelo de acumulação nacional-desenvolvimentista para consolidar o projeto neoliberal. A ideologia neoliberal invadiu os aparelhos de Estado, que tem por função reproduzir a ideologia dominante.

Aillón (2006) nos dá elementos de grande importância para a compreensão dos interesses em jogo durante os tempos da democracia pactada e dos setores dominantes, como a emergência de uma burguesia subordinada ao capital financeiro internacional, junto a

³⁹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

qual controlou os principais negócios privados do comércio, do sistema bancário e da produção de minerais na Bolívia. A dominação exercida pelas frações ligadas ao capital financeiro internacional chegou ao seu ápice a partir de 1985⁴⁰. Segundo Lavaud⁴¹, os governantes bolivianos, que ascenderam a partir de 1985, eram representantes diretos de interesses privados, proprietários ou acionistas de negócios importantes ou responsáveis por associações patronais. Um exemplo disso é a ascensão de Gonzalo Sánchez de Lozada, que fora um empresário e que, em 1993, assume o governo.

A vinculação entre empresários, transnacionais e a burocracia estatal é essencial para se compreender a reforma neoliberal iniciada na segunda metade da década de 1980. Essa vinculação entre tais setores é a estrutura íntima que explica o “modelo neoliberal” da democracia pactada. O “jogo democrático” consistia, como já dito, na rotação de distintos governantes que legitimavam a estrutura básica de poder: a coalizão de burocratas e empresários ligados aos negócios das transnacionais. Foram esses setores que controlavam o governo e agiam como garantes não só dos interesses transnacionais, como também de seu modelo de reprodução política e econômica. Vejamos a seguir se a eleição de Evo Morales e a ascensão do MAS ao governo teve força suficiente para reverter a situação em seus dois mandatos, bem como se houve alterações nas forças políticas parlamentares e na representatividade dos interesses do grande capital transnacional.

2.3 AS ELEIÇÕES DE 2005: O FIM DA DEMOCRACIA PACTADA

A base da sustentação política dos tempos da democracia pactada, desde a fuga de Gonzalo Sánchez de Lozada e da renúncia de Carlos Mesa, entrou em colapso. Os partidos do pólo da direita neoliberal entram em evidente refluxo a partir de então. Tal refluxo teve como consequências as rebeliões populares de largo alcance, como a “Guerra da Água” dos anos 2000 e a “Guerra do Gás”, de 2003. Já nas eleições de 2002, o MNR, MIR e ADN conseguem uma pífia votação se comparado com tempos atrás, onde os três partidos reinavam quase que absolutos na cena política boliviana, aplicando o receituário neoliberal. Essa crise política é reflexo da crise da ideologia neoliberal. Crise política articulada com a crise ideológica do neoliberalismo e com a crise das políticas econômicas neoliberais. A fração burguesa dominante dos tempos neoliberais eram os capitalistas ligados às empresas

⁴⁰ AILLÓN, Lorgio Orellana. *Nacionalismo, populismo y régimen de acumulación en Bolivia*. CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario). La Paz, 2006.

⁴¹ LAVAUD, Jean Pierre, *L'instabilité politique de l'Amérique Latine. Le cas de la Bolivie*, Paris : L'Harmattan, 1990.

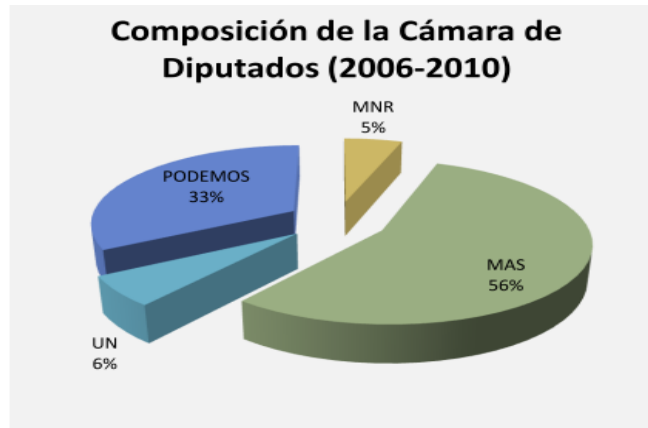
transnacionais, que tinham garantido a salvaguarda de seus interesses durante a democracia pactada, graças ao estabelecimento de representantes na burocracia estatal.

Las insurrecciones populares de octubre de 2003 y de mayo-junio de 2005 – contra el gobierno neoliberal de Sánchez de Lozada y por la nacionalización sin indemnización de los hidrocarburos, respectivamente– pusieron en cuestión la naturaleza clasista y racial del Estado oligárquico, gobernado por representantes criollos-mestizos de fracciones de la burguesía nativa y subordinadas al capital transnacional. Por su orientación política, aquellas insurrecciones se dirigían a la ruptura de la estructura de poder del capital monopolista, encarnado en Bolivia por las empresas transnacionales, las fracciones capitalistas locales, representadas por los denominados “partidos tradicionales”, fuerzas sociales y políticas que estabilizaron durante dos décadas su dominio mediante un conjunto de instituciones y políticas de Estado de orientación neoliberal. (CEDLA, 2006, p. 4)

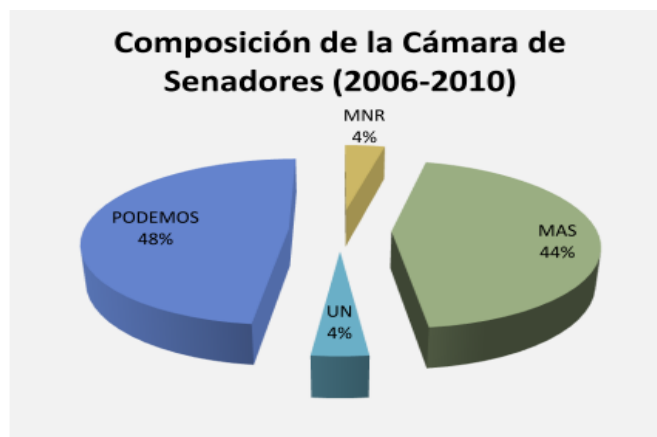
Segundo Linera (2006, p. 195), pode-se afirmar que esse momento caracteriza-se com a queda de um tipo de *unipolaridade multipartidária de grupos de direita*. E é nesse contexto de colapso da democracia pactada que Evo Morales é eleito em dezembro de 2005, pelo MAS, vencendo o oponente Jorge Quiroga, que concorreu pelo PODEMOS (Poder Democrático e Social). O resultado ficou da seguinte forma:



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

O uso constante de tais gráficos pode deixar a exposição temática um pouco cansativa, mas eles são necessários para se notar que tanto no Executivo, quanto no Legislativo, a divisão do poder entre PODEMOS e MAS dá mostras concretas que a democracia pactada encontrou seu fim a partir de 2005, tendo o poder de dominação dos partidos tradicionais diminuído drasticamente, por conta da ascensão de uma força partidária hipoteticamente contra-hegemônica, como o MAS, que controla o Executivo, a Câmara dos Deputados, mas não obtém o controle do Senado. A oposição ao MAS é mínima, podendo ser encontrada na agremiação PODEMOS e no quase irrelevante MNR.

O governo de Evo Morales triunfa baseado em duas forças hegemônicas tidas como revolucionárias: o nacional-popular e o indigenismo (ou indo-americanismo), que se mesclam em um país de maioria indígena. O nacionalismo boliviano é resgatado a partir das premissas da “agenda de outubro” numa tentativa de transformação social pela via democrática que, dentre outras demandas buscava a reversão das privatizações através da nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembleia Constituinte, reforma agrária e “cidadanização” das massas indígenas. Em um contexto latino-americano, a questão do nacionalismo tem sido resgatado como resposta ao processo de mundialização da economia ou até mesmo como uma integração entre os governos que emergiram na última década no subcontinente. (AGUIAR, 2012, p. 4)

Evo foi eleito com a promessa de construir um novo modelo econômico, baseado na retomada dos hidrocarbonetos, no apoio ao empresariado, no respeito à propriedade privada⁴², na recuperação da “soberania” nacional e na garantia de preservação da estabilidade macroeconômica.⁴³ O MAS chegou ao governo em um contexto de crise política das classes dominantes, caracterizada pela divisão interna de sua fração local, pela ação das massas que colocava em questão o destino do poder político e pela profunda agitação das classes médias. Evo também propôs a convocatória de uma Assembleia Constituinte⁴⁴ e uma nova Constituição, com a intenção de transformar a Bolívia em um Estado de caráter Plurinacional. Veremos se tais propostas foram concretizadas durante os mandatos de Evo (2006-2010) e (2011-2012)

⁴² Na Constituição aprovada em 2008, o direito à propriedade privada está garantido na Sessão IV – Artigos 56 e 57: *Artículo 56. I. Toda persona tiene derecho a la propiedad privada individual o colectiva, siempre que ésta cumpla una función social. II. Se garantiza la propiedad privada siempre que el uso que se haga de ella no sea perjudicial al interés colectivo. III. Se garantiza el derecho a la sucesión hereditaria. Artículo 57. La expropiación se impondrá por causa de necesidad o utilidad pública, calificada conforme con la ley y previa indemnización justa. La propiedad inmueble urbana no está sujeta a reversión.*

⁴³ BOLPRESS. *Evo: ¿Comienza la nueva historia de Bolivia?*. Disponível em <<http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2005121836>>. Acesso em maio/2013

⁴⁴ Com a expressão Assembleia constituinte se designa um órgão colegiado, representativo, extraordinário e temporário, que é investido da função de elaborar a Constituição do Estado e de pôr – em outros termos – as regras fundamentais do ordenamento jurídico estatal. (LIPPOLIS, 2010, p. 61)

CAPÍTULO 3

A ASCENSÃO DO MOVIMENTO AO SOCIALISMO: PRINCIPAIS FEITOS, AVANÇOS E RECUOS

3.1 O PRIMEIRO GOVERNO DE EVO MORALES E GARCIA LINERA (2006-2009)

Evo Morales apareceu na cena política boliviana em 1997. Longe de qualquer análise personalista, cabe ressaltar que Morales é fruto direto das organizações populares mais combativas da história recente boliviana, como a dos *cocaleros* e que sua posição de liderança deve-se muito ao fato de ele ter sido líder sindical. Mas sua ascensão à presidência da Bolívia é consequência de um fenômeno político que Linera (2006) denominou como “evismo”, segundo o qual, é uma projeção que busca a auto-representação dos próprios movimentos populares nas estruturas do poder, rompendo com as estruturas partidárias que não representavam suas demandas.

A segunda característica que compõe o fenômeno do “evismo” é o núcleo articulador discursivo entre a identidade e a presença indígena nas estruturas do poder. Essa articulação entre a identidade e a presença indígena no poder se estendeu a todos os sindicatos camponeses e a outros movimentos sociais. Seu componente ideológico não se restringe ao “nacionalismo” característico e decorrente do processo revolucionário de 1952, mas sua diferença em relação a este pode ser encontrada não na ideia de nação, onde as classes médias burguesas e pequeno-burguesas, letradas e colonizadas, fazem com que seu projeto homogeneizador e monocultural recaia sobre o restante da população, não levando em conta o caráter multicultural da sociedade boliviana.

Lo interesante es que la reconstrucción de la identidad indianista en la que participa el MAS coincide con un develamiento general que también se da en la sociedad boliviana en estos últimos veinte años. Y este proceso lo promueve el MAS aprovechando notablemente las luchas que le antecedieron: el katarismo de las décadas del setenta y el ochenta, el indianismo radical de Felipe Quispe en la década del noventa, e incluso el katarismo moderado de Víctor Hugo Cárdenas. La identidad indianista que Evo Morales y los sindicatos cocaleros logran reconstruir es flexible. Heredan la producción discursiva de los sindicatos indígenas y de los ayllus del altiplano, y la matizan con el indianismo más negociador de las comunidades indígenas de tierras bajas. Más concretamente, el indianismo radical aymara termina proponiéndose como excluyente respecto de cualquier otra forma de entender la indianidad, y su horizonte es centralmente político (LINERA, 2006, p. 27).

Talvez por isso Morales tenha sido eleito, por catalisar os anseios de mudança de uma população há muito explorada pelas classes dominantes, que além da exploração econômica, mantinha a dominação baseada em critérios étnicos, quando o governo estava repartido entre os ricos (brancos), em detrimento dos indígenas, e os demais setores representativos da população. Daí vem a necessidade de se construir um suposto novo tipo de Estado, que abrangesse as demandas de representação até então inexistentes no interior do Estado boliviano, monopolizado étnica e economicamente por brancos e incluindo, nas esferas decisórias, os indígenas. Mas o fenômeno do “evismo” explica muito, mas não explica tudo.

A vitória do MAS significou a esquerda reformista no governo, não centrada especificamente nas organizações partidárias de corte classista (operário). A ascensão do MAS inscreve-se em um contexto mais amplo, de flexão do subcontinente latino-americano à esquerda, iniciado concretamente a partir de 1999, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela. A partir de então, governos ditos “progressistas” que se não implementaram o socialismo, ao menos representaram uma guinada, em maior ou menor grau, fora da órbita do consenso neoliberal imperante por estas plagas por três décadas, em um contexto crescente de resistência mundial ao neoliberalismo. Quijano (2004, p. 16), seguindo na análise do contexto no qual emergiram governantes de esquerda na América Latina diz:

[...] la creciente marejada de resistencia mundial contra los efectos de la neoliberalización del capitalismo y de la reconcentración del control imperialista de la autoridad estatal también tiene en América Latina uno de sus espacios más activos. Y la ahora continuada movilización popular contra la situación actual y contra los regímenes políticos responsables de haberla producido ha llevado a una deslegitimación universal del neoliberalismo, no sólo en su condición de eje de control de las políticas del estado y del movimiento de la economía, sino también como lo que virtualmente había llegado a ser, una suerte de sentido común hegemónico para el conjunto de la existencia social. Esa deslegitimación ideológica y política del neoliberalismo plantea ahora un debates obre las opciones de orientación de las políticas económicas, sobre las perspectivas inmediatas y futuras de acción, y respecto de las más graves consecuencias sociales del prolongado dominio del capitalismo neoliberalizado: el creciente desempleo y la expansión del número de pobres y de la extrema pobreza.

Precisamos, neste ponto, caracterizar o Movimento ao Socialismo. Não se trata, como dito anteriormente, de um partido de corte operário clássico, como por exemplo, o POR (Partido Obrero Revolucionario). A composição de seus quadros políticos, em princípio, é rural e indígena. As suas organizações originais constituem-se em cocaleros do Chapare e dos Yungas, dos colonizadores, camponeses e professores do campo.

Mas a base social na qual se alicerça o MAS não ficou restrita unicamente a esses setores. Com o passar do tempo, principalmente a partir da disputa eleitoral de 2002, incorporaram-se setores pequenos burgueses (pequenos proprietários rurais e urbanos) e das classes médias assalariadas.

Os aimarás do altiplano, os *cocaleros* de Los Yungas e do Chapare, os ayllus de Potosí e Sucre e os indígenas do Leste tomaram o protagonismo social dos sindicatos operários e organizações populares urbanas. E, apesar do caráter regional ou local de suas ações, compartilham uma mesma matriz identitária indígena que interpela o núcleo invariante do Estado boliviano há 178 anos: sua monoetnicidade. O Estado boliviano, em qualquer de suas formas históricas, caracterizou-se por ignorar os indígenas como sujeitos coletivos detentores de prerrogativas governamentais. E o fato de que hoje eles apareçam de maneira autônoma como principal força de pressão reivindicadora, põe em questão a qualidade estatal, herdada da colônia, de concentrar a definição e o controle do capital estatal em blocos sociais culturalmente homogêneos e diferenciados das distintas comunidades culturais indígenas que existiram antes que houvesse a própria Bolívia e que ainda hoje constituem a maioria da população. (LINERA, 2010, p. 284).

Mas, qual é o projeto que o Movimento ao Socialismo oferece para, supostamente, derrotar o neoliberalismo e fazer um governo que, como apregoa a sigla, leve a Bolívia ao socialismo? Quais as propostas apresentadas pelo MAS? Uma análise do programa de governo do MAS-IPSP de 2005, intitulado *Por una Bolivia Digna, Soberana y Productiva para vivir bien* é útil para o entendimento das propostas governamentais que foram aplicadas por Evo Morales de 2006 em diante.⁴⁵

O Programa de Governo de 2005 parte do diagnóstico da aplicação do neoliberalismo nos últimos vinte anos e da exclusão do Estado do controle do aparato produtivo. Para adentrar em uma nova era estatal, é preciso recuperar os recursos naturais renováveis e não renováveis e industrializá-los, criando um modelo de exploração destes recursos baseados em uma exploração sustentável, fazendo com que os benefícios da industrialização cheguem à população boliviana. Como base do desenvolvimento econômico, o documento propõe a construção de uma matriz produtiva capaz de gerar inversão, emprego estável, renda e produção destinada aos mercados externo e interno. Esses objetivos só se darão através de um controle soberano do excedente econômico, aliados a preponderância do empresariado pequeno e médio, bem como do micro empresariado urbano e pequenos produtores rurais, inseridos na produção calcada nas unidades familiares produtivas do campo. Vejamos literalmente:

⁴⁵ Evidentemente que uma análise profunda e séria de qualquer processo político não pode e não deve se restringir aos programas de governo, no plano dos discursos, mas, evidentemente, às suas práticas concretas. Estes podem ser um ponto de partida, mas a análise permanecerá artificial se restrita a eles.

La presentación del Programa de Gobierno comienza con un diagnóstico resumido de la aplicación de los 20 años del modelo neoliberal y la exclusión del Estado del control del aparato productivo. Planteamos ingresar a una nueva era estatal, recuperando e industrializando los recursos naturales renovables y no renovables, definiendo una explotación sostenible y sustentable de estos recursos, buscando que los beneficios lleguen directamente a la población boliviana. Trazamos, como base del desarrollo económico del país, la construcción de una matriz productiva con capacidad de generar ahorro e inversión, empleo estable e ingresos y producción destinada al mercado interno y externo. Todo esto en base al control soberano del excedente económico y el protagonismo de los actores económicos sociales nacionales, en especial pequeños, medianos y microempresarios en el ámbito urbano y pequeños productores, campesinos y unidades familiares en el área rural. (PROGRAMA DE GOBIERNO MAS-IPSP, 2005, p. 1-2)

O Estado a ser construído deve ser um Estado solidário e produtivo, que permita a convivência com as empresas privadas, em torno dos objetivos de um **novo padrão de desenvolvimento** e aplicação de **uma estratégia de desenvolvimento que permita a construção de uma economia solidária, complementarária e comunitária**.

Asimismo, proponemos la conformación de un Estado solidario y productivo que permita la convivencia con las empresas privadas, en torno a la materialización de los objetivos del nuevo patrón de desarrollo y la aplicación de una estrategia de desarrollo que permita la construcción de una economía solidaria, complementaria y comunitaria. En el área social, formulamos un nuevo sistema de seguridad social a largo y corto plazo, bajo los principios de solidaridad y universalidad, para evitar un creciente déficit fiscal que fue ocasionado por la reforma de pensiones. Asimismo, en el campo de educación, sustituiremos la actual reforma educativa que no ha logrado sus objetivos.(PROGRAMA DE GOBIERNO MAS-IPSP, 2005, p. 5)

O novo projeto estatal surge como resposta às políticas neoliberais, que se estruturaram nos seguintes elementos: consolidação de um padrão de desenvolvimento econômico primário exportador; privatização da geração e do uso do excedente econômico e desestruturação produtiva. São esses os eixos gerais no qual o governo Morales passa a alicerçar-se.

Os sujeitos deste programa de mudança são os pequenos produtores, a empresa privada nacional e estrangeira, cuja convivência seria possibilitada por um Estado solidário, forte e produtivo. Neste sentido, o MAS propõe deixar de conceber as relações entre empresários privados nacionais e estrangeiros como antagônicas e excludentes e passa a concebê-las como complementarárias e equitativas. (CEDLA, 2005, p. 5)

O governo Morales-Linera aparece como resposta às rebeliões populares iniciadas a partir dos anos 2000. A ascensão do MAS ao governo se inscreve em uma conjuntura de crise do neoliberalismo e aparece como possibilidade concreta de sua superação. Evo Morales e o MAS se veem confrontados com medidas a serem tomadas de modo urgente, como a realização das demandas levantadas com a Agenda de Outubro⁴⁶ (nacionalização dos hidrocarbonetos), na superação do neoliberalismo e na realização de uma Assembleia Constituinte, que tem por objetivo reformar a Constituição Política boliviana para adequar e conformar um novo corpo jurídico que incluísse novas leis, para democratizar e abrir o Estado às demandas dos povos indígenas.

No entanto, o governo Morales, em seus dias iniciais, deu mostras claras de que respeitaria a propriedade privada. A seguridade jurídica estaria garantida para que as empresas nacionais e estrangeiras pudessem operar livremente no país. Em um encontro ocorrido por ocasião do 75º aniversário da Câmara Municipal de Indústrias, em 2006, Morales convocou os empresários nacionais para se somarem ao projeto político *masista*. Segundo o periódico virtual BOLPRESS:

Morales convocó a los empresarios privados de Bolivia a ser socios del Estado para construir la nueva Bolivia con respeto a la seguridad jurídica. Durante el acto, el Presidente informó que las Reservas Internacionales Netas registraron un crecimiento -entre enero y agosto de 2006- de 1.700 millones de dólares a 2.800 millones gracias al esfuerzo de la empresa privada y el pueblo boliviano. "Si así está la economía nacional por qué no hacer un esfuerzo juntos, empresarios y pueblo, para bajar la pobreza en nuestro país y por eso con mucho respeto los invito a que sean parte del desarrollo del país", declaró Morales. "Quiero expresarles que queremos contar con aliados, con socios, pero en vez de buscar fondos privados en el exterior de transnacionales yo quisiera contar con empresario bolivianos para que sean nuestros socios del Estado y no estar apelando a la empresa extranjera", dijo. "Si como bolivianos hablamos de seguridad jurídica estamos en la obligación de garantizar la seguridad social a través de inversión para la generación de fuentes de empleos permanentes, garantizando mercados para nuestros productos internos y externos. Quisiéramos de verdad tener a empresarios como ustedes para cambiar Bolivia", aseguró Morales.⁴⁷

⁴⁶ Los dos pilares fundamentales de la agenda de octubre eran la nacionalización de los hidrocarburos junto con la industrialización y una nueva constitución política del estado. En la primera, solo fueron una modificación de los contratos y, con ello, el Estado pudo tener mejores regalías y compró acciones de [empresas](#) como las distribuidoras. O sea, el reparto de la torta se hizo un poco más beneficioso para el Estado pero dejando a las empresas transnacionales seguir sacando jugosas ganancias. No obstante a eso se lo llamo "nacionalización". CAMACHO, Martin. *¿Socialismo "comunitario" o Capitalismo de Estado?* Disponível em: <<http://sobbolivia.blogspot.com.br/2010/02/significado-del-estado-plurinacional.html>> Acesso em 13 /12 /12

⁴⁷ BOLPRESS: *Evo Morales ofrece todas las garantías a la propiedad privada*. Disponível em <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2006100401>. Acesso em novembro/2013

Mas tomemos em consideração o alerta dado por James Petras (2007). Muitos acadêmicos⁴⁸, políticos e jornalistas caracterizam o regime de Evo Morales como “revolucionário” e parte de um hipotético “bloco antiimperialista”. Estão ausentes, nas análises destes simpatizantes ou, como ele os denominou, “entusiastas”, o estudo empírico de sua trajetória e as políticas públicas e socioeconômicas durante seu mandato. Analisemos, tomando o cuidado necessário, algumas realizações levadas adiante pelo governo Morales-Linera, como a “nacionalização” dos hidrocarbonetos, as alterações constitucionais feitas em 2007 e a nova política econômica do governo, que tem como horizonte o desenvolvimento do capitalismo andino-amazônico.

3.2 ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E A NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO: TENSÕES ENTRE OCIDENTE E ORIENTE

Logo após as eleições, o governo Morales se via em um embate parlamentar com a bancada opositora do PODEMOS (Poder Democrático e Social). O motivo desse embate era a convocatória para se criar uma Assembleia Constituinte que tinha por objetivo realizar um referendo sobre as chamadas autonomias departamentais e, também, criar uma nova constituição, que elaborasse um novo corpo jurídico capaz de abrir espaços representativos aos povos indígenas, subjugados e excluídos pelo Estado desde os tempos da colonização espanhola. Na Bolívia, 62% dos habitantes se declaram pertencentes a algum povo indígena. Majoritariamente, os grupos indígenas bolivianos estão divididos entre os *aimarás* e os *quíchuas*, sendo os debates sobre as demandas indígenas extremamente necessários.

A demanda por uma reforma constitucional através de uma Assembleia Constituinte é debatida há muito tempo na Bolívia. Desde o início da década de 1990, organizações e movimentos dos povos originários das Terras Baixas já pediam uma reforma estatal. Durante o primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, a Constituição Boliviana foi modificada. Ocorreu a substituição do artigo primeiro da constituição promulgada em fevereiro de 1967, durante o governo do general René Barrientos, que dizia: “*Bolívia livre, independente e soberana, constituída em República Unitária, adota seu governo a forma democrática representativa.*” A mudança constitucional de 12 de agosto de 1994 passou a considerar (no artigo primeiro) que “*Bolívia livre, independente e soberana, multiétnica e*

⁴⁸ Petras inclui nesta lista Noam Chomsky, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Heinz Dietrich, Martha Hanecker e Immanuel Wallerstein.

pluricultural, constituída em República Unitária, adota para seu governo a forma democrática, representativa, fundada na união e na solidariedade de todos os bolivianos". [grifos nossos]. Esse reconhecimento que a Bolívia é multiétnica e pluricultural não resultou em abertura estatal para o reconhecimento das demandas indígenas da Bolívia.

A Assembleia Constituinte preconizava, então, uma reforma constitucional que revertesse, no plano formal, o *colonialismo interno* e desse um fim ao monopólio étnico da estrutura macro do Estado boliviano, a fim de consolidar o reconhecimento das comunidades culturais das regiões indígenas. Para isso, segundo Linera, exige-se simultaneamente a esses processos de construção autonômicos, uma redistribuição de competências entre o Estado e o governo autonômico e uma presença real e proporcional das comunidades indígenas na composição do sistema de instituições e poderes que regulam a comunidade superior do Estado boliviano. (LINERA, 2010).

O objetivo da nova constituição seria então, “descolonizar” o Estado. Acontece que o governo deixa de ser monopolizado simbolicamente por brancos. A repartição dos cargos governamentais, baseado em critérios étnicos tomou outra forma: passou a ser repartido com o conjunto da população boliviana através de tais concessões de aspecto democrático-formais, que não alteravam em nada a economia do modo de produção capitalista.

Juntamente com o debate sobre a promulgação de uma nova constituição se deu o debate sobre um referendo para resolver a questão das autonomias departamentais. A Bolívia é territorialmente dividida em nove departamentos: Chuquisaca, Cochabamba, Beni, La Paz, Oruro, Pando, Potosí, Santa Cruz e Tarija. Um ponto que é importante ressaltar é que, com a vitória eleitoral do MAS, ocorreu uma fragmentação territorial da burguesia interna ligada às transnacionais estrangeiras e a setores agroindustriais exportadores de soja, que passaram a governar os departamentos considerados o reduto da direita que viam em Morales um inimigo de seus negócios. Mas as tensões acerca das autonomias departamentais ecoaram mais gravemente em 2008, quando a burguesia da “media luna” tentou dar um golpe de Estado em Morales. Para que o leitor entenda melhor o que acabamos de expor, o mapa abaixo é bastante ilustrativo:⁴⁹

Fonte:<http://1.bp.blogspot.com/_6y6ovRpomEs/SCuaNo4VIHI/AAAAAAAAAC4/J6GIhYxhaVY/s400/t_boli_via_4provincias_111_p.jpg>



A “media luna”, região rica da parte oriental, defende a autonomia departamental frente ao governo central e propõe a criação de um sistema de impostos próprios, de uma polícia própria, descentralização fiscal e uma nova forma de partilha das rendas provenientes da exploração dos hidrocarbonetos. Isso lhes daria um poder de Estado independente. As razões para isso são várias, pois as classes dominantes orientais se veem em um processo de enfraquecimento do seu poderio econômico, ao constatar que as políticas do MAS, ao redistribuir de forma equânime os recursos financeiros com a totalidade da nação, golpeariam profundamente seus privilégios. Essa luta de caráter regionalista e separatista, guiada por capitalistas locais, organizados nos chamados “Comitês Cívicos” é uma luta em defesa de interesses econômicos desse bloco burguês que foi destronado do controle político central. (AGUDELLO, 2008)

Além do mais, essa clivagem territorial entre Ocidente e Oriente tem conotações terrivelmente racistas. Um exemplo simples, mas muito elucidativo do racismo oriental pode ser encontrado na fala da *Miss Bolívia*, Gabriela Oviedo. Em 2004, ela proferiu a tenebrosa declaração:

Desafortunadamente, la gente que no conoce mucho sobre Bolivia, piensa que todos somos indios del lado oeste del país. Es la Paz la imagen que refleja eso, esa gente pobre, de baja estatura e india. Yo soy del otro lado del país, del lado este, que no es frío, es muy caliente. Nosotros somos altos y somos gente blanca y sabemos inglés y ese concepto erróneo de que Bolivia es sólo un país andino está equivocado.⁵⁰

⁵⁰ Aporrea.org: “No todos somos indios...” *Declaraciones racistas de Miss Bolivia causan revuelo*. Disponível em <<http://www.aporrea.org/actualidad/n16894.html>>. Acesso em novembro/2013

Mas vejamos outras medidas importantes tomadas em seguida, ainda no primeiro ano do governo de Morales.

3.3 A “NACIONALIZAÇÃO” DOS HIDROCARBONETOS

Os hidrocarbonetos são de extrema importância no contexto geopolítico global, pois o petróleo e o gás natural são as matérias-primas necessárias para o funcionamento da economia mundial. Em março de 2003, o governo de George W. Bush inicia uma invasão contra o Iraque, passando por cima do Conselho de Segurança da ONU e apoiado por potências-apoio do imperialismo, como Itália, Espanha e Austrália. Invasão e guerra motivadas pela necessidade imperialista de se apossar da segunda reserva mundial de petróleo (o Iraque fica atrás da Arábia Saudita neste quesito). Como os hidrocarbonetos são moeda cobiçada no mercado mundial, as transnacionais têm interesse grande em intervir e se apossar dos territórios que são agraciados por esses recursos naturais.

A Venezuela é o país com a maior reserva de gás e petróleo da América do Sul. A Bolívia vem logo atrás, porém, com a diferença de que as reservas de gás são maiores do que as de petróleo. Localizada no “coração” do subcontinente, e tendo como vizinhos fronteiriços Argentina e Brasil, os gasodutos que ligam a Bolívia a esses países faz com que o país seja cobiçado por interesses estrangeiros. A disputa pelo controle dos hidrocarbonetos paira na dicotomia entre nacionalização e redistribuição do excedente gerado *versus* posse transnacional, tendo as antigas coalizões atuado como meros garantes e representantes dos interesses do capital monopolista transnacional.

Como vimos anteriormente, a propriedade dos hidrocarbonetos, até 1996, pertencia ao Estado boliviano, que decidia os preços e detinha o controle sobre a produção, escoamento, pessoal técnico e equipamentos. Durante o segundo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, a YPFB perdeu os monopólios da exploração do gás e do petróleo em 1996, durante a ofensiva da chamada “capitalização” das empresas públicas, o controle produção dos hidrocarbonetos passa para as mãos de empresas estrangeiras, com a Lei. 1689.

En el caso específico de la industria petrolera, con la Ley de Capitalización se inicia el proceso de fraccionamiento de la cadena productiva hidrocarburífera. Este proceso permite la entrega de las actividades de exploración, explotación (producción) y transporte a empresas extranjeras. Para hacer posible este proceso, y con la finalidad de atraer capital extranjero e inducir a la competencia posterior, la estrategia de capitalización de YPFB consistió en la creación de tres unidades: dos unidades de exploración y producción (Chaco y Andina) y una unidad de transporte (Transredes) (QUIROGA, 2004, p. 68).

A *Transredes* era subsidiária da norte-americana *Enron* e da inglesa *Shell*, sendo esta última a detentora dos monopólios do transporte. O capital norte-americano e o inglês não foram os únicos a dominar o setor hidrocarbúífero boliviano. O Brasil foi peça importante nesse processo de dominação econômica e de transferência financeira do excedente boliviano para o país com a entrada da Petrobras, que começou a explorar os hidrocarbonetos a partir de 1995 e que, ainda hoje, apesar da “nacionalização” de 2006, opera em campos de gás no país. A Petrobras, a partir da entrada em solo boliviano, comprou as refinarias *Gualberto Villarroel* (em Santa Cruz de La Sierra) e da *Elder Bell* (em Cochabamba). Outras empresas compartilhavam a dominação dos hidrocarbonetos na Bolívia. Além da Petrobras, a *British Petroleum*, a empresa francesa *Total*, *REPSOL-YPF* e *Exxon-Mobil*, *Dong Wong* (Coreia do Sul), empresas que foram relativamente afetadas com a “nacionalização” de 2006, mas que não foram expropriadas.

3.4 O DECRETO Nº 28.701 “HEROES DEL CHACO”.

A medida mais impactante do governo de Evo Morales se deu em 1º de maio de 2006, com a oficialização do Decreto Supremo Nº 28.701, denominado com o título simbolicamente forte “Heroes del Chaco⁵¹.” Tal medida esteve em conformidade com a proposta do programa de governo do MAS, *Bolivia Digna, Soberana y Productiva* (2005, p. 19), em relação aos hidrocarbonetos, que dizia:

Planteamos como objetivos nacionales: 1) Soberanía energética: Ejercicio efectivo de la soberanía energética para optimizar la riqueza generada por la explotación de los hidrocarburos. 2) Estado instrumento: Control y participación efectivos del Estado en el sector hidrocarbúífero. 3) Rentabilidad Social: Distribución de la riqueza generada por la explotación de hidrocarburos para el desarrollo social con equidad. 4) Industrialización: Utilización de los hidrocarburos para el desarrollo productivo del país. Para conseguir estos objetivos, es necesaria la acción de un Estado y un gobierno fuerte y la decisión colectiva de todos los ciudadanos bolivianos (campesinos, naciones originarias, obreros, empresarios, gremiales, mineros e intelectuales y todos los actores políticos y sociales) para cambiar el rumbo de Bolivia. Un Estado y un Gobierno fuerte permitirán a Bolivia enfrentar a los grandes poderes e intereses transnacionales, regionales e internacionales. Un gobierno que represente y canalice la voluntad del pueblo boliviano expresada en las jornadas históricas de octubre 2003 y julio del 2005, será un gobierno fuerte.

⁵¹ Referência aos mortos na Guerra do Chaco, que durou de 1932 até 1935

O Decreto Supremo estabeleceu a recuperação por parte do Estado da propriedade dos recursos hidrocarburíferos, alijados do povo boliviano desde a privatização das empresas públicas, especificamente da YPFB. A medida foi acompanhada pela ocupação das refinarias de petróleo por tropas do exército boliviano, causando histeria em setores burgueses mais reacionários, principalmente dos meios de comunicação dominantes que só faltaram pedir que o Brasil, que teve a Petrobrás ocupada, invadisse o país vizinho.

Os principais artigos do Decreto (1, 2, 3 e5) definem que

Artigo 1. En ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo el mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos hidrocarburíferos del país. El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos.

Artigo 2. A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos –YPFB, toda la producción de hidrocarburos; YPFB, a nombre y en representación del Estado, en ejercicio pleno de la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país, asume su comercialización, definiendo las condiciones, volúmenes y precios tanto para el mercado interno como para la exportación y la industrialización.

Artigo 3. Sólo podrán seguir operando en el país las compañías que acaten inmediatamente las disposiciones del presente Decreto Supremo, hasta que en un plazo no mayor a 180 días desde su promulgación, se regularice su actividad, mediante contratos, que cumplan las condiciones y requisitos legales y constitucionales. Al término de este plazo, las compañías que no hayan firmado contratos no podrán seguir operando en el país; Para garantizarla continuidad de la producción, YPFB, de acuerdo a directivas del Ministerio de Hidrocarburos y Energía, tomará a su cargo la operación de los campos de las compañías que se nieguen a acatar o impidan el cumplimiento de lo dispuesto en el presente Decreto Supremo.

Artigo 5. El Estado toma el control y la dirección de la producción, transporte, refinación, almacenaje, distribución, comercialización e industrialización de hidrocarburos en el país. El Ministerio de Hidrocarburos y Energía regulará y normará estas actividades hasta que se aprueben nuevos reglamentos de acuerdo a Ley. (DECRETO SUPREMO 28.701, 2006, pp. 102-103)

Stefanoni (2006) interpreta a nacionalização mediante a ocupação militar dos poços de petróleo como evidência de vínculos entre o nacionalismo indígena de Morales com o velho nacionalismo clássico. Evo Morales propõe um novo pacto militar-camponês,

mas que agora incorpora as Forças Armadas não como um elemento que coopte os camponeses, mas sim, articulado por um governo considerado “indígena-popular” que incorpore as forças armadas ao processo nacionalista em curso. Partindo das contribuições de Cepik e Carra (2006), as razões da nacionalização tiveram dois elementos que devemos levar em consideração: Evo Morales foi eleito em 2005 como liderança considerada pelas classes populares como capaz de reverter o neoliberalismo, que não cumpriu suas promessas de trazer crescimento econômico ao país. A segunda razão tem a ver com o alinhamento de Evo Morales com o presidente Venezuelano Hugo Chávez, como meio de concretização da Alba (Alternativa Bolivariana por las Americas).

La reivindicación por la nacionalización de los hidrocarburos, que realiza Morales, nació en su campaña electoral del 2005, coincidente con la política energética del presidente de Venezuela, Hugo Chávez, aunque con una concepción diferente. El discurso de Chávez se relaciona con el culto al Libertador Simón Bolívar como “ un elemento unificador y de transformación política”, combinado con la religiosidad cultural popular expresada en la fe en Dios, al cual cita frecuentemente. En cambio, Morales no cree en Dios, sólo en la Pachamama (Madre Tierra) y en su discurso destaca a líderes indígenas como Tupak Katari y Bartolina Sisa antes que a Bolívar. Ambos mandatarios coinciden en las críticas al neoliberalismo y en dirigir su interés a los segmentos más empobrecidos de la sociedad (PORTILLO, 2011, pp 93,94).

A nacionalização pode ser entendida como um elemento crucial para alavancar uma alteração significativa nos rumos econômicos da Bolívia, uma forma de golpear o que Álvaro Garcia Linera chamou de *bloco neoliberal de poder*. Bloco neoliberal de poder composto por empresários privados ligados ao setor petrolero transnacional, da mineração e da burguesia agroindustrial territorialmente localizada na parte oriental do país (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija). Golpear o bloco neoliberal de poder poderia fazer com que a Bolívia entrasse em um novo período de desenvolvimento econômico, de caráter nacional produtivo, o que se evidencia na proposta econômica governista, chamada de *capitalismo-andino amazônico*.

A questão relevante, na análise da nacionalização dos hidrocarbonetos, é se a nacionalização foi real ou formal. Distinguir o real do formal é importante, pois nacionalização é sinônimo de estatização. Ocorreu, de fato, a expropriação das transnacionais? A pergunta que cabe é se petroleras transnacionais ainda estão operando na Bolívia. A resposta é taxativa, pois a nacionalização foi realizada sem a referida expropriação.

O Estado boliviano não se apropriou concretamente das empresas transnacionais, graças a uma série de fatores.

Devido às heranças da era neoliberal, o governo não conseguiu, de início, reorganizar sob bases nacionais o setor dos hidrocarbonetos, pois faltava pessoal técnico, tecnologia e capital necessários para a retomada da YPF. Por esse motivo, o governo de Evo Morales se viu obrigado a adaptar sua política levando em conta as pressões do capitalismo regional e estrangeiro e das empresas petroleiras. Sua nacionalização foi de caráter moderado, pois preconizava um aumento de ganhos para o Estado, mas não confiscou os ativos das companhias, fazendo com que estas passassem a ser consideradas “sócias”, repartindo os ganhos obtidos entre as empresas e o Estado.

A administração de Morales firmou acordos baseados na consigna de que “queremos sócios, não patrões”, como disse o presidente ao se encontrar com o rei da Espanha, Juan Carlos, em 2009. Neste encontro, Morales deu mostras de caráter moderado das “nacionalizações” ao afirmar que as portas estão abertas a todas as empresas públicas ou privadas que desejem investir na Bolívia e explicou que o país “necessita de inversão estrangeira para explorar recursos como o lítio e também ressaltou as boas relações de seu país com a petroleira espanhola REPSOL-YPF”. (Nuevo Diario, 2009).

El presidente Evo Morales es inteligente, es tremendamente inteligente para saber que la manera que hizo la nacionalización [de admitir socios] era probablemente la única manera de hacerla y de que funcionara. Probablemente, si hubiera nacionalizado de manera radical, la nacionalización hubiera fracasado otra vez. Sería la tercera nacionalización fracasada de Bolivia. Todavía no es un éxito, pero ya hubiera podido fracasar. (MAGELA apud PORTILLO, 2011, p. 126).

Como observou Puento, (2008, p. 104):

[...] el discurso de Evo no se caracteriza por su radicalidad; por el contrario, él se ha esmerado siempre en afirmar que el proyecto que él encabeza no es excluyente, que en él habrá siempre un lugar para todos, que los pueblos indígenas no son revanchistas, que se respeta y respetará la propiedad privada y se garantizará la seguridad jurídica a las empresas privadas. Que Bolivia necesita socios, ¡pero no jefes!, es de ahí que su nacionalización de los hidrocarburos no haya conllevado a una confrontación con las empresas extranjeras, ni se haya tenido la más mínima intención de expulsarlas del país. Y últimamente, si en algo se esfuerza Evo, es en afirmarse permanentemente abierto al diálogo.

Tudo isso significa que, embora tenha ocorrido um relativo incremento da participação estatal na administração dos hidrocarbonetos, não há controle real e efetivo sobre tais recursos naturais, pois a relação de dependência tecnológica, oriunda de um atraso da modernização capitalista boliviana, impediu que as empresas do Estado tomassem a dianteira desta modernização. Entregando por décadas a administração das empresas estatais de caráter estratégico e de suma importância no desenvolvimento econômico do país para as mãos de administradores privados, a retomada das estatais iniciadas a partir de 2006 não obtém êxito completo, devido à técnica alienada e concentrada nas mãos de operadores capitalistas neoliberais. As nacionalizações não podem ainda ser concretizadas em sua totalidade, o que faz com que o governo de Evo Morales ainda seja refém das transnacionais que operam em forma associada com o Estado, os campos de gás e petróleo do país. Mas, porque tanto interesse das transnacionais nos hidrocarbonetos?

Porque son recursos naturales muy importantes dentro de la economía mundial. Como dijimos antes, los hidrocarburos –el petróleo y el gas natural- hacen que el mundo y su economía se muevan. Sin estos recursos naturales el mundo entero se paralizaría. Como los hidrocarburos son muy escasos se pueden negociar fácilmente. Por ejemplo, el petróleo y sus derivados tienen un mercado asegurado en cualquier parte del mundo. Por esta razón, las transnacionales tienen tanto interés en invertir en este sector. Asimismo, el gas natural es una fuente de energía muy importante para todos los países y se calcula que dentro de algunos años el gas natural remplazará al petróleo porque éste se agotará pronto. En el caso de Bolivia, el problema está en que las transnacionales exportan el gas natural y el petróleo sólo en forma de materia prima. (CARTILLA INFORMATIVA, 2005, p. 32)

Este é um primeiro obstáculo não resoluto da gestão *masista* que ascendeu ao governo em 2006, mas não mudou, em seus primeiros momentos, a forma de Estado que continua sendo dependente, em grande proporção, dos interesses transnacionais. Segundo Cecilio González, da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, não houve nacionalização efetiva. Em entrevista concedida no início de 2013, afirmou: “Nessa conjuntura, não. Estamos descobrindo as estratégias do governo, estamos descobrindo suas verdadeiras astúcias. Seguimos dependendo das transnacionais. Só ocorreram renegociações dos contratos. Para nós não ocorreu nacionalização.”⁵²

Mas a nacionalização dos hidrocarbonetos, mesmo que não tenha sido feita com expropriação das transnacionais, serviu para direcionar as rendas obtidas a programas sociais. Até o ano de 2006, o país era considerado um país de baixa renda. Alguns fatores

⁵² GONZÁLEZ, Cecilio. *A relação entre os trabalhadores mineiros e o governo Evo*. Entrevista concedida na sede da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia. La Paz, janeiro/2013

contribuíram para que essa situação se modificasse, como a conjuntura econômica externa mais favorável devido ao aumento nos preços das matérias primas, que culminaram no crescimento dos recursos com as exportações de gás natural, minerais, soja. As rendas obtidas através das nacionalizações serviram para o governo investir em programas sociais. Um ano depois das nacionalizações, 91% do gasto público social da Bolívia vinham diretamente dos montantes acumulados no Tesouro Geral da Nação. (MORALES, 2010). A primeira política social implementada pelo governo Evo financiada com os recursos obtidos pelo Estado depois das nacionalizações é o *BonoJuancito Pinto*.

O “bônus” equivalente a Bs 200 (duzentos bolivianos) por estudante é dado ao aluno que matriculado nas unidades escolares bolivianas, mediante a frequência de 80% comprovada. Algo parecido, em parte, com o programa Bolsa Família brasileiro. Existe também o *Bono Juana Azurduy*, criado em abril de 2009, a partir do Decreto Supremo 066. Este é um bônus de 1.820 bolivianos dado para mulheres grávidas de baixa renda. Especificamente, é voltado para servir de acompanhamento nutricional para as mães e seus filhos recém-nascidos, até dois anos de idade.

3.5 A NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

No final de 2007, a Assembleia Constituinte aprovou uma nova Constituição. A sua aprovação ocorreu em meio a protestos da oposição, já que ela não esteve presente nas discussões finais, o que deu margens ao questionamento da legitimidade do processo constituinte, denunciando supostas fraudes. Para que a nova Constituição fosse oficializada, em janeiro de 2009, ocorreu um referendo no qual 61% da população votou pela sua aprovação. A nova carta estabeleceu que a Bolívia, a partir de agora, passou a ser “*un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país*”⁵³. Esta Constituição passou a ser aplicada a partir do segundo mandato de Morales, iniciado em 2010, quando o Estado Plurinacional foi “fundado”. A introdução do pluralismo em todas as suas consequências afetará a concepção de Estado e de

⁵³ *Nueva Constitución Política del Estado Versión oficial aprobada por la Asamblea Constituyente - 2007 y compatibilizada en el Honorable Congreso Nacional – 2008.* Disponível em <<http://www.patrianueva.bo/constitucion/>>. Acesso em maio/2013

sociedade. A modificação do papel do Estado que tem sido chamado de descolonização e de democratização é uma plena democratização dos aparatos estatais. (CAMACHO, 2010)

Mas podemos tomar de empréstimo a crítica de Javo Ferreira (2010), referente às limitações dessa concepção culturalista de “descolonização” e de “democratização” dos aparatos estatais. Hoje, atrás do discurso de tom indigenista do governo do MAS, o objetivo fundamental de alcançar a “modernidade” se mantém, mas sobre as bases do reconhecimento *formal* das diferenças culturais, lingüísticas e nacionais dos povos originários, incluindo-lhes na reorganização política, institucional e jurídica de um Estado que não mudou o seu caráter de classe burguês. Do ponto de vista das necessidades e demandas nacional-indígenas, segundo o autor, isto significa que a “inclusão” remove um dos aspectos que considera mais “irritantes” das velhas formas de dominação, mas as bases materiais nas quais se nutrem a opressão, o racismo e a discriminação se mantêm intactas: a propriedade privada dos meios de produção, o latifúndio e a subordinação ao capital estrangeiro. Acabar com a opressão dos povos originários, que já dura séculos, significa não só desmontar os mecanismos para facilitar a “inclusão” e o reconhecimento “cultural” e simbólico” dos indígenas, mas destruir as fontes materiais desta opressão, quebrando as bases das relações sociais de exploração capitalista.⁵⁴ O *Partido Obrero Revolucionario* considera que as propostas do governo Morales podem ser localizadas no espectro do pós-modernismo:

Para el postmodernismo la explotación capitalista ha perdido centralidad en la configuración de la sociedad y de sus contradicciones, quedando ahora tan solo un universo contingente, no determinado, compuesto por una infinidad de identidades que “se hacen” en base al discurso que asumen, estas “identidades” no tienen ningún asiento objetivo en la estructura económico-social. La izquierda pequeño burguesa se indigestó de la teoría postmoderna para combatir decididamente a la tradición revolucionaria y plantearnos una propuesta de adaptación a la miseria material del capitalismo barbarizado pretendiendo maquillarlo con una supuesta “radicalización” de la democracia burguesa. (EL POSTMODERNISMO INDIGENISTA DEL MAS, 2009, p. 3)

Concordamos com Tapia (2007) quando afirma que a crise estatal pela qual passou a Bolívia e que terminou na criação do Estado Plurinacional tem várias facetas. Partindo de suas contribuições conceituais, podemos estabelecer as linhas dessa crise : Primeiramente, ao analisar historicamente os componentes da crise estatal, temos como primeiro elemento a *crise fiscal*, decorrente do processo de privatizações das empresas que

⁵⁴ FERREIRA, Javo. *Comunidad, indigenismo y marxismo*. El Alto (Bolivia): Ediciones Palabra Obrera, 2010

exploravam os recursos naturais e que foram vendidas sob o argumento de que eram “ineficientes”

O segundo elemento tem a ver com uma *crise de representação*, que pode ser entendida como resultante de um processo que vinha sendo gestado desde as décadas de oitenta e noventa. Durante esse período, ocorreram algumas reformas eleitorais que produziram uma configuração política estritamente monoclassista (a democracia pactada). O terceiro elemento é a *crise de legitimidade*, reflexo de um alto grau de corrupção encontrado na estrutura política no final do século XX, responsável pelos conflitos como a guerra da água, bloqueios de estrada do altiplano, mobilizações a favor de uma assembleia constituinte. Todos esses fatores andaram juntos com a crítica ao sistema de partidos burgueses. Por último, há uma *crise de correspondência* entre o Estado boliviano, a configuração dos poderes, o conteúdo de suas políticas por um lado e, por outro, o tipo de diversidade cultural existente dentro da composição populacional boliviana. Essa é uma concessão democrático-formal dada por Morales, que no aspecto simbólico parece representar um avanço.

O que nos interessa neste momento é questionar o seguinte: por trás da nova composição das forças políticas no parlamento que se estruturaram de 2006 em diante, que mudanças ocorreram, de fato, na representação de classe dessas forças? A que interesses o governo do MAS serve? Apesar da proposta do governo de nacionalizar os hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), havia no horizonte a proposta de nacionalizar as empresas estratégicas pertencentes ao Estado, que passaram para as mãos das transnacionais, como por exemplo a Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE), a Empresa Nacional de Telecomunicações (ENTEL), a Empresa Nacional de Ferrovias (ENFE), a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e demais empresas entregues durante a ofensiva neoliberal iniciada em 1985.

Em certa medida, as realizações do governo *masista* se inscreveram dentro da ordem capitalista, sem qualquer vestígio de ruptura revolucionária. Talvez pelo fato de o MAS não ser um partido revolucionário, a aposta pela via eleitoral se deu como a única possibilidade de tomada do governo, no ano de 2005. O MAS defende mudanças dentro da ordem burguesa. Não propõe mudanças radicais, tomada do poder de forma violenta e outros métodos de ruptura que não os estabelecidos dentro do jogo formal da democracia burguesa. O MAS defende que seu governo está fazendo uma revolução democrática e cultural no país. Segundo os membros desse partido, Santos Ramírez e Antonio Peredo (2008, P. 136),

En base a nuestros principios, en base a nuestro fundamento político, ideológico y programático, determinamos que es una revolución, pero esta vez es una revolución en democracia. Decimos que es una revolución porque hemos venido a cambiar las estructuras políticas, económicas, culturales y sociales del estado boliviano, a liquidar el estado corrupto, el estado neoliberal y construir un estado plurinacional. Y es una revolución democrática porque hemos aceptado las reglas de la democracia [...] la palabra revolución siempre se ha asociado con confrontación violenta, yo no niego el carácter violento de la confrontación, pero hemos demostrado que, a través de las reglas del juego impuestas, el pueblo puede ganar, y que la violencia, es una violencia en que se están midiendo ideas, hasta este momento. Cultural porque se trata de un país en el que las culturas mayoritarias siempre estuvieron fuera del contexto político del país. La cultura dominante estuvo siempre por encima de las culturas mayoritarias del país. Ya no se trata de etnias que son minorías a las que hay que respetarles sus derechos, como puede ocurrir en Argentina o en Brasil. Acá hablamos de las formas de vida de la mayoría de la población, las que fueron siempre rechazadas por una sociedad que se quiso cultivar dentro de esquemas extraños al país... Bolivia es un país que tiene que comenzar, está comenzando a reconocerse como país, a realizar una revolución cultural. Eso es lo que le cuesta entender a la derecha. Por supuesto, es corto el tiempo para que lo entiendan.⁵⁵

Notam-se algumas medidas de relativo impacto econômico, como a “nacionalização” e o direcionamento das rendas obtidas pela exploração dos recursos naturais para programas sociais de características distributivistas. Na visão governista, o primeiro mandato Morales-Linera ficou marcado pela demolição do racismo nas esferas estatais:

Durante los últimos 5 años, se han comenzado a demoler rápidamente los mecanismos racializados de las decisiones estatales que marginaban a las mayorías indígenas. Se ha derrotado al neoliberalismo recuperando el control social y estatal de la riqueza pública, anteriormente enajenada a manos privadas extranjeras. Igualmente se ha puesto fin a décadas de denigrante subordinación de las decisiones gubernamentales a la Embajada norteamericana y a los organismos financieros internacionales. Hoy, como nunca en la historia colectiva de la Patria, indígenas y mestizos compartimos las decisiones del Estado y tenemos las mismas oportunidades en la toma de decisiones públicas.. (LINERA, 2011, p. 2)

O primeiro governo Morales foi um governo de mudanças econômicas tímidas. Podemos descrevê-lo como um governo de contenção de massas, porque, a partir do ponto de atuação burguês e da institucionalidade burguesa (corrida parlamentar, respeito à propriedade privada), “pretende frear e desviar o crescimento das massas que tem definido o

⁵⁵ FUENTES, Federico; HARNECKER, Marta. *MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento Político que surge de los movimientos sociales*. Entrevista colectiva con Santos Ramírez, Lino Villca, Isabel Ortega y Alejandro Colanzi. Entrevistas individuales a Leonilda Zurita, Antonio Peredo, Ramiro Llanos y Rafael Puente. La Paz, 2008.

cenário político boliviano desde o início da década passada.” (El pos tmodernismo indigenista del MAS, 2009). Como afirmou Ferreira⁵⁶ (2013)

O regime inaugurado por Evo Morales é um regime de frente popular, um regime de crise que intenta conter o movimento de massas, ou utilizando as palavras de Gramsci, passivizar a ação de massas. Essa passivização consegue se produzir através de muitas concessões democráticas-formais. Evo Morales passiviza a ação direta das massas sobre a base de importantes concessões democráticas formais.

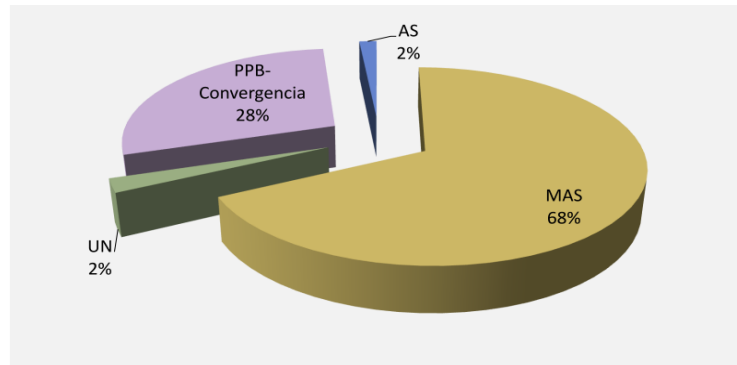
Analisamos os elementos mais notórios até então do primeiro governo, caracterizado por: uma coalizão parlamentar distinta da coalizão abertamente neoliberal; reformas econômicas que objetivaram maior papel do Estado no manejo da economia capitalista dependente do país; concessões democrático-formais aos indígenas com a nova Constituição, o Estado Plurinacional e as políticas sociais distributivas. Deter-nos-emos agora sobre o projeto econômico definitivo em marcha na Bolívia, denominado capitalismo andino-amazônico.

3.6 O SEGUNDO GOVERNO DE MORALES-LINERA (2010-2012)

Em dezembro de 2009, Morales é reeleito presidente, com 63,2% dos votos válidos, com mandato válido até 2015. Seus oponentes, Manfred Reyes Villa, do PP-B (Plano Progresso Bolivia), ficou com 24,1% e Samuel Doria Medina, concorrente pela UN (Unidade Nacional), obteve apenas 7,7 % dos votos. Morales consegue uma votação ainda mais expressiva do que a primeira, consolidando o projeto político do MAS, pois conta com uma oposição política desmantelada desde 2006 e que não consegue se reconstruir e aparecer como alternativa política.

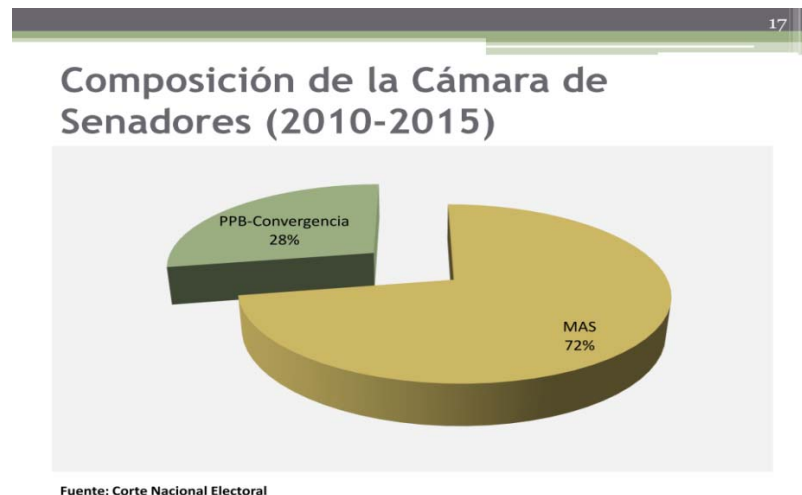
No parlamento, composição na Câmara dos Deputados ficou da seguinte forma:

⁵⁶ FERREIRA, Javo. *Caracterização do governo Evo-Linera*. Entrevista concedida na sede da Central Obrera Bolivia: La Paz, janeiro de 2013.



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

A composição do Senado repete o padrão de hegemonia do MAS:



Fonte: MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

O que podemos notar é que o MAS é, até o presente momento, o partido hegemônico no Parlamento, que detém posição política expressiva dentro do Senado boliviano, se comparada com a posição na Câmara dos Deputados. Detendo 68% das cadeiras na câmara e 72% das cadeiras no Senado, o partido de Morales tem, à sua frente, o caminho para consolidar suas propostas de governo no período 2010-2015.

Consolidado um modelo de governo de caráter timidamente reformista, com concessões democrático-formais às classes populares, sem nenhuma mirada revolucionária e sem a perspectiva de destruição do Estado (como ficou evidenciado no primeiro governo

(2006-2009), qual o projeto governamental para o segundo mandato de Evo e Linera e legitimado pela composição partidária parlamentar com maioria exercida pelo MAS?

3.7 O “SOCIALISMO COMUNITÁRIO”, CAPITALISMO ANDINO-AMAZÔNICO E NEO-DESENVOLVIMENTISMO

Segundo Linera, com o advento do MAS, a Bolívia está se constituindo basicamente em um modelo pós-neoliberal e de transição pós-capitalista. Em suas próprias palavras:

Recuperamos o controle dos recursos naturais, que estava em mãos estrangeiras, para colocá-lo nas mãos do Estado, dirigido pelo movimento indígena: gás, petróleo, parte dos minérios, água, energia elétrica. Outros recursos, como a terra, o latifúndio e os bosques, passaram ao controle de comunidades e povos indígenas e camponeses. Hoje, o Estado é o principal gerador de riqueza do país, e essa riqueza não é valorizada como capital: é redistribuída à sociedade através de bolsas, rendas e benefícios sociais diretos, além do congelamento das tarifas de serviços básicos, combustíveis e subsídios à produção agrícola. Tentamos priorizar a riqueza como valor de uso, mais do que como valor de troca. Nesse sentido, o Estado não se comporta como um capitalista coletivo, figura própria do capitalismo de Estado, mas como um redistribuidor de riquezas coletivas entre as classes trabalhadoras e um facilitador das capacidades materiais, técnicas e associativas dos modos de produção camponeses, comunitários e artesanais urbanos. Nesta expansão do comunitário, agrário e urbano, depositamos nossa esperança de transitar pelo pós-capitalismo sabendo que se trata de uma obra universal, e não de um só país.⁵⁷

No aspecto formal, o controle dos recursos naturais estão efetivados, recursos que antes estavam nas mãos das transnacionais. O Estado é o principal gerador de riqueza do país. Essa riqueza não é valorizada como capital, mas redistribuída à sociedade boliviana em forma de bolsas e programas sociais. O Estado não aparece mais como um capitalista coletivo, mas sim como um garante da redistribuição das riquezas consideradas coletivas. (LINERA, 2012).

Na Bolívia atual, durante o segundo mandato de Evo, aparecem novas formas de se pensar o desenvolvimento econômico do país. Entre estas formas, estão o neoextrativismo, reflexo de uma política desenvolvimentista que tem denominações várias, como “Modelo Econômico Nacional Produtivo”, “Salto Industrial Boliviano”, “Capitalismo

⁵⁷ *A Bolívia pelos olhos do vice*. Por Luis Hernández Navarro, do La Jornada | Tradução: Tadeu Breda. Extraído do site Outras Palavras. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/mundo/america-latina/a-bolivia-pelos-olhos-do-vice/>> Acesso em 13-11-2012

Andino” etc, mas que tem como elemento comum a intencionalidade de desenvolver o país sob bases pós-neoliberais, que façam com que as empresas públicas não sejam subordinadas ao capital transnacional, ou seja, que os consórcios transnacionais não sejam mais os “patrões”, mas sim, sócios das empresas bolivianas.

Alguns dados são importantes para se observar que a Bolívia teve um razoável crescimento econômico durante o primeiro governo *masista*. Utilizemos aqui as informações de Fornillo (2010). Durante o primeiro governo Morales, o PIB cresceu em um ritmo de 5,2% ao ano, enquanto as exportações subiram 2.867 milhões de dólares em 2006 para 5.366 milhões em 2009. A economia boliviana se viu, até o momento, segura diante da crise econômica mundial, que espreita as economias mundiais desde 2008. As reservas cambiais aumentaram de 1.714 milhões de dólares em 2005 para mais de 9.730 milhões de dólares no final de 2010, graças ao superávit fiscal. As constantes intervenções estatais fizeram com que os ganhos fossem maiores que as perdas. A pobreza diminuiu de 60,6% a 49,6% nos últimos anos. (FORNILLO, 2010). Um mérito relevante da gestão *masista* foi a da luta contra o analfabetismo e que obteve resultados satisfatórios.⁵⁸

⁵⁸ Sobre a erradicação do analfabetismo na Bolívia através da metodologia utilizada em Cuba “*Sí, yo puedo!*”, cito aqui o documento do Conselho Executivo da Unesco, publicado em Paris em 15 de abril de 2009, onde estão relatadas as conquistas referentes à erradicação do analfabetismo: Sobre el tema solicitado por Bolivia, Venezuela, Cuba y República Dominicana a tratarse como un punto inscrito en el orden del día de la 181ª reunión del Consejo Ejecutivo “Resultados de la República de Bolivia en la erradicación del analfabetismo como experiencia de utilidad en los esfuerzos de la UNESCO en el Decenio de las Naciones Unidas para la Alfabetización” El Presidente de Bolivia, Su Excelencia Evo Morales Ayma, visitó la Sede de la UNESCO el 17 de febrero de 2009 para presentar los resultados alcanzados por la República de Bolivia en la erradicación del analfabetismo. El sistema educativo en Bolivia ha sido reformado para convertir a la educación en un proceso incluyente, sin discriminación y de cobertura total, con identidad cultural y participación comunitaria en el proceso educativo. El analfabetismo en el mundo está asociado a causas como la pobreza extrema, la marginalidad, la discriminación cultural y otras. El 13 de abril de 2006, por Decreto Supremo N° 28675, fue creado el Programa Nacional de Alfabetización de la República de Bolivia, como una prioridad nacional y una política de Estado. Ese programa es también un ejemplo de cooperación Sur-Sur y solidaridad internacional, reflejada en los acuerdos que a partir de 2007 se desarrollan en el ámbito del ALBA-TCP, mediante los Proyectos GRANNACIONAL ALBA-Educación. Desde finales de 2006 hasta mediados de 2007, con la participación de las organizaciones sociales, autoridades locales y entidades nacionales presentes en los municipios, como las Fuerzas Armadas, magisterio, Policía Nacional, iglesias y otras, se realizó un levantamiento preciso de la población iletrada. Ese ejercicio reveló que 823.256 personas podrían ser consideradas iletradas en todo el territorio boliviano, que equivale al 13,7% de la población nacional mayor de 15 años. La nueva Constitución Política de Bolivia reconoció, en su Artículo 84, el deber del Estado y de la sociedad de erradicar el analfabetismo a través de programas acordes con la realidad cultural y lingüística de la población. En el marco constitucional de un Estado Plurinacional se reconoció, por lo tanto, el derecho de los pueblos indígenas al uso de sus idiomas nativos en la educación. El Plan Nacional de Alfabetización abrió la posibilidad de utilizar el alfabeto no sólo en español, sino también en aimara y quechua, dentro de un esfuerzo por proteger el patrimonio lingüístico y cultural de los pueblos indígenas, posibilitando el afianzamiento de su identidad. El Presidente Evo Morales, en su visita a la UNESCO, señaló que para vencer ese desafío ineludible ha sido necesario recurrir a la cooperación Sur-Sur, así como a todos los recursos disponibles. El PNA fue concebido no sólo como un esfuerzo alfabetizador, sino como un gran esfuerzo integrador, en una geografía vasta y difícil, junto a la población más pobre y marginalizada. Luego de 33 meses de esfuerzos, se declaró a Bolivia Libre de Analfabetismo en la Ciudad de Cochabamba, el 20 de diciembre

Basicamente, eis a visão governista do chamado “proceso de cambio” pelo qual passa a Bolívia, expressa nas palavras do vice-presidente Álvaro García Linera. Em sua percepção, está em curso um processo de superação do neoliberalismo, que vingou na de forma mais enfática entre 1985 até 2005, um modelo de transição que articula o pós-neoliberalismo em consonância com a transição capitalista. O papel do Estado boliviano se alterou, segundo essa hipótese. Não mais age como o Estado pós-1952, mas sim como um Estado que, dado o seu novo caráter, age como distribuidor das riquezas coletivas geradas com a retomada do papel estatal na intervenção em setores estratégicos do ponto de vista econômico.

Esse modelo trazido pelo governo evista que primeiro recebeu o nome de “capitalismo andino” e posteriormente de “socialismo comunitário”, resgataria (ao menos em discurso) o poder nacional-indígena para a política boliviana, ensaiando a formação de um novo bloco no poder estabelecido no plano político e refletido no econômico. (AGUIAR, 2012, p. 2)

De acordo com o Plano de Governo 2010-2015 do MAS-IPSP advoga que o “proceso de cambio”, iniciado em 2006, refundou o país ao dar as bases de sustentação do

de 2008. Ese esfuerzo alcanzó a 819.417 personas, de las cuales 24.699 se alfabetizaron en lengua aimara y 13.599 en quechua. Durante este acto solemne, el representante de la UNESCO expresó que “la experiencia de Bolivia es ejemplar y seguramente va a inspirar a otros países a seguir con iniciativas similares”. Esa experiencia boliviana puede ser útil para otros países en América Latina, en África y otras regiones. Las Naciones Unidas se comprometieron a reducir a la mitad el analfabetismo en el mundo hasta el 2012. Sin embargo, 774 millones de personas, sobre todo mujeres, aún permanecen analfabetos, el 80% de los mismos en sólo 20 países. Como reconoce el Informe de Seguimiento de la EPT en el Mundo (2009), “... todavía queda un largo camino por andar, ya que en numerosas naciones se progresa a un ritmo demasiado lento y de forma muy desigual”, y añade además que “hoy en día, se corre claramente el peligro de no alcanzar algunos de los objetivos más importantes”. El Marco de Acción de Dakar expresa que “todos los niños, jóvenes y adultos, en su condición de seres humanos, tienen derecho a beneficiarse de una educación que satisfaga sus necesidades básicas de aprendizaje”, y que “La educación... es un medio indispensable para participar en los sistemas sociales y económicos del siglo XXI”. Además, el Director General, en la II Reunión Ministerial del Comité Intergubernamental del PRELAC, expresó que “... la UNESCO se propone ... la promoción de la educación como derecho humano fundamental”. Los ministros de educación latinoamericanos señalaron en este foro la necesidad de “promover una educación intercultural y bilingüe para los pueblos originarios en todos los niveles educativos”. Así, la difusión y proyección de los sistemas de educación pública basados en los principios y acuerdos internacionales que tienen por objetivo la defensa y promoción de la Educación Para Todos, sin exclusiones, conducen a hacer de la educación un derecho individual y social inalienable, coherente con los baluartes de la paz y los valores de la diversidad cultural. Es recomendable, por lo tanto, reconocer y estimular las buenas prácticas en educación y alfabetización aplicadas en cualquier lugar del mundo, como referencia para tratar de alcanzar los Objetivos del Decenio de las Naciones Unidas para la Alfabetización y los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM). En América Latina y el Caribe se llevan a cabo esfuerzos por parte de todos los gobiernos para alcanzar las Metas de Dakar sobre Educación, voluntad ratificada en la Cumbre Latinoamericana y Caribeña de San Salvador de Bahía, Brasil. (UNESCO, 2009, pp.1-2). A repercussão positiva foi tão grande, que até a imprensa burguesa brasileira se rendeu, como foi o caso do portal UOL que pertence ao suspeitíssimo jornal *Folha de S. Paulo*: “Bolívia vence o analfabetismo e dá testemunho ao Paraguai e Nicarágua”. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2008/12/21/ult1766u29154.jhtm>. Acesso em 12/12/12.

Estado Plurinacional, que fez com que os bolivianos se reconheçam, pela primeira vez, em igualdade de condições. As tarefas urgentes, como a Assembleia Constituinte, a nova Constituição, a Nacionalização dos Hidrocarbonetos e de empresas que antes estavam sob domínio estrangeiro, o fim do analfabetismo, a reforma agrária, foram realizações efetivadas no primeiro governo. Agora, reorganizado o setor produtivo e contidas as massas, o Programa de Governo define que para que a Bolívia se torne um país líder, outra série de reformas deverão ser feitas.

Com base nessas propostas para o período de 2010-2015, Morales foi reeleito. A proposta mais emblemática que norteia o segundo governo Morales-Linera é a da construção do denominado *socialismo comunitário*, que é um eufemismo que camufla a verdadeira natureza do projeto *masista*, que é a construção de um capitalismo de Estado que foi batizado pelo vice-presidente de *capitalismo andino-amazônico*, que pode ser compreendido da seguinte forma: Fortalecimento estatal na economia, expansão de uma economia que preconize a industrialização e que transfira os excedentes econômicos à vaga “comunidade”, para dar ímpeto e incremento às formas de organização e de desenvolvimento mercantil com as características andino-amazônicas.

Durante todo el primer periodo de gobierno (2005-2009) se habló del 'Capitalismo andino-amazónico' para denominar al proyecto económico. En realidad se buscó dotar de un lado humano y respetuoso de la naturaleza al sistema capitalista, tan incompatibles como agua y aceite. En realidad se trataba de un modelo de desarrollo que atrajera a los empresarios nacionales y las inversiones extranjeras. El capitalismo con apellido que se le ponga, no puede proteger lo que ha destruido en muchos espacios, a saber, las sociedades de trabajo comunitario, las redes de cooperación y reciprocidad y ni se digan los sistemas de economía alternativos. Desde el primer gobierno del MAS, varios intelectuales en América Latina cuestionaron oportunamente el rumbo del país, en lo que se inclinaba, en sus palabras más parece un neoliberalismo con rostro andino, o sea el impulso del capitalismo colonial para un nuevo momento histórico (HERRERA, 2010, p. 73)

O modelo de capitalismo de Estado, de matiz claramente desenvolvimentista herdada da Revolução de 1952, é criticado por Linera. O modelo estatal pós-1952, segundo o vice-presidente, em uma entrevista concedida a Pablo Stefanoni, não seria o modelo ideal a ser seguido. Nas suas palavras:

Estamos pensando en una modernización pluralista, no de una única vía como en los años '40 y '50. Hay distintas dinámicas de modernización: la de la economía moderna industrial, la de la microempresa familiar urbana y la de la economía campesina comunitaria. [Isso se dará, segundo Linera,] ampliando la base obrera, con un rol muy fuerte del estado en el desarrollo de nuevas industrias, apoyando formas de economía comunitaria. No creo, como la izquierda arcaica y vanguardista, que el socialismo se impone por decreto o por puro voluntarismo, sino por el movimiento real de la sociedad. A eso me refiero con el concepto de "capitalismo andino" como una etapa de transición. Puede ser frustrante para las lecturas radicales e idealistas pero es teóricamente honesto. (LINERA, 2007, p. 1).

O capitalismo andino-amazônico prevê a transição ao socialismo como algo lento, gradual e não imediato, onde não a classe trabalhadora, mas sim, o Estado seria o construtor da “revolução”. Podemos tomar de empréstimo a crítica pertinente feita por Michael Lebowitz, quando este considera que o socialismo do século XXI não pode ser reduzido ao *estadismo*, onde as decisões se imponham de forma vertical para toda sociedade e onde toda a iniciativa e ação partam, unicamente, dos quadros e funcionários do governo. Uma sociedade dominada por um Estado forte não gera seres humanos capazes de implantar o socialismo.⁵⁹

Considerando que o socialismo não se instauraria por decreto, Linera tem um entendimento de que mudanças radicais na economia não são possíveis, pois é preciso desenvolver o capitalismo por etapas⁶⁰. O que aparece como possibilidade de perigo é que, partindo desta concepção, o Estado será o feitor da revolução.

⁵⁹ Crítica presente na obra *Construyámoslo ahora. El socialismo para el siglo XXI*. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2006.

⁶⁰ A discussão da revolução por etapas foi ponto de polêmicas dentro das teorizações marxistas sobre a América Latina. Partindo das contribuições de Löwy (1999), podemos distinguir três fases na história do marxismo latino-americano: 1) um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação prática mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e antiimperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria de revolução por etapas, de Stalin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática; 3) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referências comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara. (*Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina*. In: *O marxismo na América Latina*. Michael Löwy (org). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999. 2ª edição ampliada, 2006.)

Esto es pura simbología en el discurso pero que hoy con más fuerza se esta escuchando. La cosa es querer disfrazar lo que podría ser un mayor reparto de las riquezas –que no deja de ser reparto de miseria- sin llegar a expropiar nada considerable ni echar a ninguna trasnacional con la “implantación del socialismo” (o sea, que los medios de producción pasen a manos de los trabajadores). Esto jamás lo puede regular el Estado capitalista. Todos estos discursos de “socialismo” puestos en las manos del Estado son como decir “quédense tranquilos que nosotros desde acá arriba los llevaremos por el buen camino”...⁶¹

Linera arma-se para o debate e para as críticas a sua concepção do capitalismo andino-amazônico e se propõe a rebater as críticas de que não houve mudanças significativas durante o “proceso de cambio” na produção capitalista. Ele defende a atual política econômica governista da seguinte forma:

Pero ustedes dirán, “evidentemente ha cambiado la estructura de propiedad de los medios de producción y de la riqueza pública, y también se ha transformado la estructura distributiva del excedente económico, pero no se ha modificado el modo de producción”. Pues claro que en lo fundamental no se ha modificado. ¿Cómo esperar que un país pequeño se defienda cotidianamente de la contrarrevolución, organice la unificación de una sociedad profundamente fragmentada y corporatizada, lleve adelante la revolución política más importante de su historia, cambie la estructura de propiedad y distribución económica, y encima en 6 años —sí, sólo en 6 años— cambie de forma aislada un modo de producción que tardó más de 500 años en instaurarse y que hoy todavía sigue expandiéndose? ¿Pedir eso, en ese lapso de tiempo, no es acaso un despropósito intelectual, además de que muestra una falta de ubicación histórica básica? ¿No es más sensato discutir qué tipo de tendencias se están impulsado en Bolivia para promover una transformación del modo de producción, en sintonía con los cambios que cada uno de nosotros estamos haciendo en otros países con el mismo objetivo? (LINERA, 2012, p. 11).

O Decreto Supremo N° 29792, portador do Plano Nacional de Desenvolvimento, dá mostras de que a estatização propagandeada pelo MAS não passa de retórica. Segundo o Decreto

⁶¹ CAMACHO, Martin. *¿Socialismo "comunitario" o Capitalismo de Estado?* Disponível em: <<http://sobbolivia.blogspot.com.br/2010/02/significado-del-estado-plurinacional.html>> Acesso em 13 /12 /12

La programación del desarrollo económico del país se realizará en ejercicio y procura de la soberanía nacional. El Estado formulará periódicamente el plan general de desarrollo económico y social de la República, cuya ejecución será obligatoria. Este planeamiento comprenderá a los sectores estatal, mixto y privado de la economía nacional. Que en virtud del mandato social conferido al Gobierno Nacional, existe la necesidad imperiosa de articular la implementación de políticas económicas y sociales en el marco del Plan Nacional de Desarrollo, que se viene ejecutando, a través de un nueva concepción del desarrollo de políticas y estrategias económicas, que establecerán un nuevo patrón de desarrollo; un nuevo enfoque social y comunitario; una nueva matriz productiva y la inserción internacional, promoviendo la participación efectiva de las organizaciones sociales, comunitarias, ciudadanas y productivas, para erradicar la pobreza y la exclusión social.(PND, 2007, p. 1)

O que se evidencia na proposta do *capitalismo andino-amazônico* é o caráter nitidamente de corte neodesenvolvimentista⁶², com grandes projetos de infra-estrutura e uma articulação entre o estímulo de diversas formas e convivência dos setores estatal, misto e privado, caracterizando-se como um processo onde a propriedade privada está longe de ser aniquilada. Ao contrário, a propriedade privada faz parte do circuito da complementaridade entre as diversas formas de propriedade, em coexistência com o modo de produção capitalista

Este gobierno, ha propuesto y está concretizándolo al pie de la letra, una gestión gubernamental en la que se haga ciertas reformas en el marco de la democracia burguesa. Las más importantes son: la compra de acciones en YPFB para convertir al estado en “socio” de las transnacionales, la redacción de una nueva constitución que define al estado boliviano como “plurinacional y autonómico” y el pago de bonos a determinados sectores de la población que significaría, según ellos, una política de “redistribución de la riqueza”. Postulados como el “capitalismo andino-amazónico” del vicepresidente García Linera podrían servir, aparentemente, como referente teórico de la política del gobierno, ya que sostiene la necesidad del desarrollo de las fuerzas productivas en el marco del capitalismo (aunque de una manera singular, porque se trata de una vía de desarrollo capitalista en el que conviven recíprocamente la propiedad privada -grande, mediana y pequeña- con los restos de la propiedad comunitaria agraria) para poder “soñar” (sic.) con el socialismo. (EL POSTMODERNISMO INDIGENISTA DEL MAS, 2009, p. 6.)

⁶² Este termo foi tomado de empréstimo de Armando Boito Jr (2006, p. 12) que, a despeito de não pesquisar o caso boliviano, contribui para compreendê-lo do seguinte modo: O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. [...] O novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e antiimperialista. O neodesenvolvimentismo é um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor – o desenvolvimentismo – e, além disso, é a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.

Alcoreza (2008, p. 1) mostra que um discurso parecido com o do capitalismo andino-amazônico apareceu em vários momentos históricos e suas justificativas são as mais variadas.

Varias veces, distintas versiones de populismos han planteado la posibilidad de otro capitalismo, distinto al que efectivamente se ha dado en la historia. Se ha hablado del capitalismo nacional, haciendo hincapié en la posibilidad del desarrollo nacional a través de la sustitución de importaciones. El objetivo de este desarrollo nacional era salir del circuito de la dependencia a través de la industrialización. Esta estrategia del capitalismo nacional, basado en la creación de una burguesía nativa se sustentaba, en el horizonte de un Estado interventor, en el formato del Estado de bienestar del modelo económico keynesiano. Con menos sustento que estas políticas nacionales se llegó a hablar después del capitalismo con rostro humano. En el decurso de estas variaciones figurativas, también se habló de un capitalismo popular, incluso de un capitalismo democrático.

Segundo Aillón (2006, pp 47-48)

Ideológicamente, la noción de desarrollar un “capitalismo andino-amazónico” de industrializar el país, y en consecuencia de fomentar una burguesía andina y amazónica, lo cual en Bolivia equivaldría a decir una burguesía nacional, se dirige hacia dichas fracciones de clase. Tal consigna resignifica de modo capitalista, nacional e indígena las expectativas de una heterogeneidad de sectores medios, campesinos pobres, pequeños propietarios de las ciudades y comunidades indígenas, a quienes se busca fortalecer con la ayuda de un Estado fuerte llamado a redistribuir una mayor parte del excedente que hoy es controlado por las empresas transnacionales. La tesis del “capitalismo andino-amazónico” actualiza aquella antigua narrativa burguesa que promovía la transformación del pequeño productor en capitalista y la transformación de una sociedad de pequeños productores en una sociedad capitalista, ideas ciertamente legitimadas por un fuerte discurso indigenista de identidad cultural que se ha convertido en el distintivo de lo nacional y lo popular en Bolivia durante los últimos años.

Tendo o desenvolvimentismo aliado ao extrativismo, o governo Morales distanciou-se da chamada política do *Suma Qamaña*, do “bem viver” indígena,⁶³ que se baseia na proteção irrestrita à mãe natureza. Esse talvez seja o conflito mais latente do governo Morales, pois essa política desenvolvimentista sofreu dura oposição de boa parte dos movimentos populares anti-sistêmicos que apoiaram o MAS, como a CONAMAQ. Quando

⁶³ O “Viver Bem”, nas palavras do chanceler boliviano David Choquehuanca (2010, p. 87) significa “viver em igualdade, em irmandade e especialmente em complementaridade. Aonde não existam nem explorados nem exploradores, onde não existam excluídos nem que exclua, onde não existam marginalizados [...]. Mentir, roubar, atentar contra a natureza possivelmente nos permita viver melhor, mas isso não é viver bem. Ao contrário: viver bem não é o mesmo que viver melhor, ou viver melhor que o outro. [...] Viver melhor é viver sem egoísmo.”

por ocasião da construção de uma estrada, financiada com recursos do BNDES brasileiro no *Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore* (TIPNIS), projeto herdado dos tempos da IRSA⁶⁴, foi convocada uma Marcha Pelo Território e Dignidade, em 2011, como forma de reverter a construção da estrada. A “Marcha” foi duramente reprimida, o que demonstra que o aparato repressivo estatal não mudou a sua função de servir aos mandos governistas, agora no caso as próprias bases sociais que deram apoio ao MAS e ao governo.⁶⁵

A dura repressão à Marcha desatou uma crise sem precedente no governo de Evo Morales. Até o momento a crise já derrubou os ministros Sacha Llorenti, da Segurança; Cecilia Chacón, da Defesa; Marcos Farfán, vice-ministro do Interior. O movimento indígena pede ainda a renúncia de Carlos Romero (ministro da Presidência), de Walter Delgadillo (ministro de Obras Públicas) e de David Choquehuanca (chanceler). A crise chegou ainda ao Movimento Ao Socialismo (MAS), partido de Evo Morales. Cinco deputados declararam que abandonariam o partido. A indignação contra a brutal repressão à Marcha indígena reuniu operários, indígenas, vizinhos do El Alto e estudantes e colocou em dúvidas a simbologia da mudança na figura de Evo Morales e seu Estado Plurinacional e pluriétnico. “*Si éste es el cambio/el cambio es una mierda*”, gritavam milhares de manifestantes nas ruas de La Paz.⁶⁶

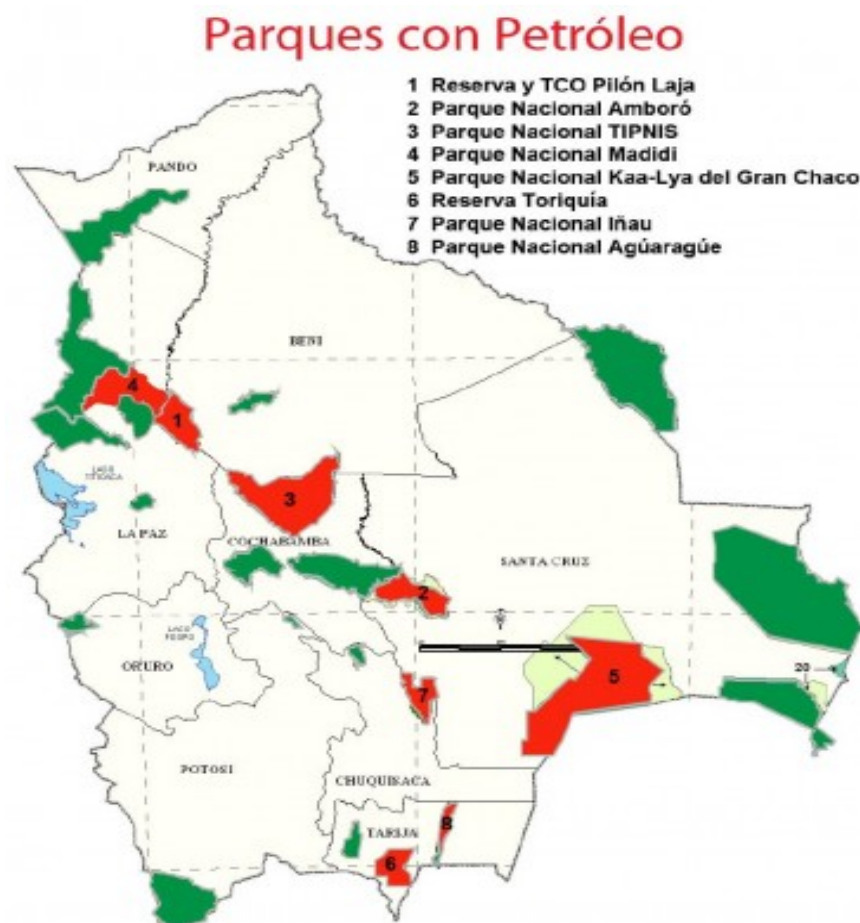
É possível dizer que estamos diante de um momento político-econômico contraditório cuja gênese está na incapacidade do modelo desenvolvimentista em responder às necessidades das populações atingidas por seus projetos.” (MORAES, 2012). O movimento indígena, bem como setores ambientalistas se mostram perplexos com a atual política “neo-desenvolvimentista” que está sendo arquitetada na Bolívia. Atualmente, oito áreas protegidas por forte legislação ambiental podem estar na mira das empresas extrativas de hidrocarbonetos. Seis das oito áreas são moradas indígenas, que habitam as chamadas “terras comunitárias” (TCO). Entre as localidades ameaçadas estão os parques

⁶⁴ A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), lançada por Fernando Henrique Cardoso e pelos governos neoliberais do final dos anos 1990, para integrar a região à globalização capitalista, com enormes investimentos em energia, transportes e comunicações, foi retomada pela União de Nações Sul-americanas (UNASUL) sob o nome de Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) em 2011, sob a liderança do BNDES. O BNDES é o banco estratégico para a constituição de oligopólios e da internacionalização das corporações brasileiras (Odebrecht, Andrade Gutiérrez, OAS, entre outras). Em 2010, pagou R\$ 162 bilhões, mais do que a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, juntos.

⁶⁵ Em 1990, o Estado boliviano reconheceu o Parque Nacional Isidoro Sécore como Território Indígena dos Povos Chiman, Mojeño e Yuracaré. Depois disso, TIPNIS tornou-se uma considerável área ambiental protegida por lei. Nos idos de 2009, Evo Morales e o então presidente brasileiro, Lula da Silva, firmaram um acordo para construir uma estrada que passaria no centro do Parque Nacional, protegido ambientalmente. A construção dessa estrada foi rechaçada pelos povos indígenas que, em uma marcha até La Paz, sofreram fortíssima repressão policial.

⁶⁶ *Conjuntura da Semana. Bolívia - Governo plurinacional e pluriétnico em crise*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501470-conjuntura-da-semana-bolivia-governo-plurinacional-e-plurietnico-em-crise>>. Acesso em janeiro/2014

nacionais (além de TIPNIS) *Amboró, Kaa-Iya, Madidi, Aguarangue e Iñaño* e também as reservas de *Tariquía e Pilon Lajas*. Essas reservas têm debaixo de suas terras petróleo e o governo parece não relutar em pôr em marcha seu projeto de desenvolvimento, mesmo que isso apresente perigos às reservas ambientais e aos direitos dos povos indígenas. Abaixo, um mapa dos parques ecológicos ameaçados:



67

Fonte: DESINFORMEMONOS: *Bolivia: Anuncian exploración de hidrocarburos en áreas protegidas* » parques: Disponível em: <<http://desinformemonos.org/2013/07/boliviaanuncian-exploracion-de-hidrocarburos-en-areas-protegidas-270713-servindi/parques/>>. Acesso em dezembro/2013

Tudo isso aparece como uma contradição do princípio constitucional que deseja o respeito à “Pachamama”

Plantear un capitalismo andino-amazónico, después de seis años de luchas sociales, en la reciente historia, después de un periodo prolongado de luchas populares por la soberanía, considerando el ciclo mediano de la historia nacional, después de una duradera y reiterativa guerra indígena contra las formas polimorfos del colonialismo, mirando el ciclo largo de la historia, es volver a plantear una nueva forma de colonialismo interno. Se trata del proyecto de un desarrollo nativo del capitalismo, cuyo despliegue depende de la destrucción comunitaria, la decodificación cultural, la colonización de los cuerpos, en los contextos de una patria restringida. No se puede concluir de esta premisa, que este proyecto ideológico de un capitalismo andino-amazónico puede fortalecer las organizaciones indígenas, las instituciones indígenas, las formas comunitarias y colectivas. Esta no es una conclusión, es una contradicción insostenible. (ALCOREZA, 2006, p. 1)

⁶⁷ **Fonte:** DESINFORMEMONOS: *Bolivia: Anuncian exploración de hidrocarburos en áreas protegidas* » parques: Disponível em: <<http://desinformemonos.org/2013/07/boliviaanuncian-exploracion-de-hidrocarburos-en-areas-protegidas-270713-servindi/parques/>>. Acesso em dezembro/2013

Sobre a IIRSA, convém explicar que se trata de um pacote econômico constituído por 514 mega-projetos infra-estruturais que objetivam a construção de hidrelétricas, estradas, portos para o escoamento do gás, financiados com fundos também do Banco Santander e da União Europeia. Estes mega-projetos são parte do estratagema de consolidação hegemônica brasileira para a conquista e colonização da Amazônia Continental, que já fora desenhada pelas ditaduras militares e que hoje, sob o governo atual, é chamado de PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). O capital brasileiro detém o controle de 50% da inversão direta na América do Sul e gera processos de despojo e proletarização de nossos povos de modo tão funesto como o imperialismo dominante dos Estados Unidos.

Quem se beneficia dos “investimentos” na região são as construtoras transnacionais, como a *Andrade Gutiérrez, Camargo Correa, Tractebel e Abengoa*. A iniciativa desenhou um novo mapa sul-americano, baseado nos seguintes eixos: eixo de integração Peru – Brasil – Bolívia; Eixo de Integração do Amazonas; Eixo de Integração do Capricórnio; Eixo de Integração do Sul; Eixo Andino; Eixo Hidroviário Paraguai – Paraná; Eixo Interoceânico Central; Eixo Mercosul Chile; Eixo Andino do Sul. Todo esse mega-conjunto estrutural está sobreposto onde se encontra a maior concentração de minérios, hidrocarbonetos, bosques e água. (KOMADINA, SOTO e REGALSKY, 2011). Como definiu Laure (2012), o programa IIRSA representa uma maneira de melhorar os negócios burgueses regionais e transnacionais centrados na articulação de estradas e outro tipo de infra-estrutura.

O capitalismo andino-amazônico nada mais é que uma pomposa denominação do extrativismo predatório, ou do “neo-extrativismo” aliado a um (neo) desenvolvimentismo que está em marcha na América Latina com os governos ditos “progressistas.” Esse neo-desenvolvimentismo preserva a restrição monetária, ajuste no plano fiscal, mais ênfase nas exportações e aumento gradativo dos subsídios estatais para as indústrias. (KATZ, 2006).

Convém, pois, rapidamente, definir o significado do extrativismo: trata-se de uma palavra usada para classificar uma forma de organizar a economia de um país e está baseado na extração em larga escala de recursos naturais (renováveis ou não), como baixo processamento e valor agregado e destinado para sua venda para os países estrangeiros através de exportações. Ou seja, é um modelo produtivo característico das economias primário-exportadoras. No aspecto geral, podemos distinguir formas de extrativismo, as quais: **a)** O extrativismo baseado na extração de recursos naturais não renováveis (gás, petróleo e

minerais) **b**). O que se baseia na extração de recursos agrícolas (renováveis), como soja, madeira etc.)⁶⁸.

Tomemos aqui, como elemento necessário para a compreensão do “neo-extrativismo”, a contribuição de Gudynas (2010): o extrativismo abarca a exploração mineral e dos hidrocarbonetos (gás e petróleo). A partir da extração das matérias-primas, se constroem as correntes exportadoras que desempenham papel importante nas economias nacionais há tempos. Não há país que não tenha sua indústria extrativa. Mas a extração dos recursos naturais não acontece de forma não destrutiva, pois tal modelo é extremamente prejudicial à natureza. Há um neo-extrativismo de caráter progressista, que destoa do extrativismo clássico. O neo-extrativismo conta com o apoio estatal para prosseguir sua marcha, diferentemente do extrativismo neoliberal, que orientava os excedentes ao exterior.

Na Venezuela de Chávez, no Equador de Rafael Correa ou no Brasil de Lula(2003-2010) e de Dilma Roussef (2011-____), a aposta pelo neo-extrativismo é significativa, pois tais países investem pesado na exploração de recursos naturais não-renováveis (gás e petróleo). Partindo dos dados da CEPAL, citados por Gudynas, a porcentagem de produtos primários referentes às exportações totais ultrapassa a barreira dos 90% na Venezuela, Equador e Bolívia e em torno de 80% no Chile e Peru e 51% no Brasil. Nestes países, esses números se devem a exploração dos minérios e hidrocarbonetos. Observa-se que em países sob a égide de governos de esquerda e centro-esquerda(Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela), há uma retomada da intervenção estatal que busca realocar os excedentes gerados pela exploração proveniente dos recursos extrativos. O neo-extrativismo pode ser entendido como a exploração orientada pelo Estado, que retomando parcela dos ganhos obtidos com a exploração, reorienta o excedente econômico e o direciona para o financiamento de políticas sociais redistributivas, que amenizam e “apaziguam” as lutas sociais.

⁶⁸ COLECTIVO CASA: *Extractivismo, dependencia y desarrollo*: Disponível em <http://www.colectivocasa.org.bo/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=140&Itemid=124>. Acesso em maio/2013

Durante buena parte del siglo XX, la izquierda clásica miró con desconfianza a sectores como la minería y el petróleo, al estar bajo el dominio de empresas transnacionales y políticos cómplices, enquistados en economías de enclaves y sin generar un desarrollo genuino. La nueva izquierda, si bien alienta el extractivismo, no repite aquel abordaje neoliberal y, en cambio, despliega varias novedades. Hay una mayor presencia del Estado, lo que permitió incrementar sustancialmente la tributación y las regalías, se promueven mejores controles y hay un regreso de las empresas estatales. Por medio de estos y otros mecanismos, el Estado capta una mayor proporción de los excedentes. [...] por otro lado, las empresas transnacionales regresan a escena bajo diferentes convenios, asociaciones, licitaciones y acuerdos de todo tipo. La orientación exportadora mantiene el esquema clásico de inserción comercial internacional subordinada, donde nuestros países son proveedores de materias primas, dependen de los mercados compradores y son incapaces de fijar los precios internacionales. Se acepta la institucionalidad de la gobernanza global, expresada por ejemplo por la Organización Mundial de Comercio (OMC) y todos desean aumentar sus exportaciones. (GUDYNAS, 2010, pp. 136-137)

A retomada da intervenção estatal, em um marco de reordenamento do modo de produção capitalista foi defendida pelo ministro da economia, Luis Arce Catacora, no encontro anual organizado pelo FMI e pelo Banco Mundial, em 2013, em Washington. Ao analisar a crise econômica global iniciada em 2008, o ministro afirma:

The volatile dynamics of the global economy is now taking its toll on emerging market economies as United States' monetary policy is getting close to a turning point. Capital outflows, currency depreciation, turmoil in equity markets, higher sovereign risk premiums and, more importantly, more volatile growth rates are present, while some countries are facing risks of recession. Developing countries that follow the neoliberal policies and are closely linked to emerging markets may suffer a great deal if downside risks materialize, while other countries, like Bolivia, that have chosen other models to conduct macro and development policies are likely to stand better against such turmoil, but they may still resent the effects of a recession. We are still concerned that policies in developed countries are engendering multiple vulnerabilities which are extending the span of low growth. We claim that our new approach to conduct the economy in which the state takes lead of the economic development and applies policies towards stability and a more equal income distribution and poverty reduction is the right path to withstand the effects of international crises and maintain confidence among the people. Also, control of natural resources and strategic sectors of the economy, along with significant expansion of public investment, is key for economic development. (CATACORA, 2013, pp. 1-2)⁶⁹

⁶⁹ “A dinâmica volátil da economia global está agora mostrando seus efeitos sobre as economias de mercado emergentes, como também nos Estados Unidos, que está passando por um momento de transição. Saída de capitais, desvalorização da moeda, turbulência nos mercados de ações, o risco elevado, e o mais importante, as taxas de crescimento voláteis estão presentes, enquanto alguns países estão enfrentando riscos de recessão. Os países em desenvolvimento que seguem as políticas neoliberais e estão intimamente ligados aos mercados emergentes e podem sofrer muito se os riscos de deterioração se concretizarem, enquanto outros países, como a Bolívia, que optaram por outros modelos de conduzir políticas macroeconômicas e de desenvolvimento, tem

Ainda persiste na Bolívia o controle das transnacionais que operam sob a lógica neo-extrativista, que seguem tendo o controle da produção mineira e hidrocarburífera. A *Petrobras*, até 2008, representou 61,5% da produção de hidrocarbonetos. O projeto Mineiro de San Cristobál⁷⁰, ligado a empresa japonesa *Sumitomo Corporation*⁷¹, produziu 51% de zinco e 49% da prata boliviana. Ainda mais: A mineira San Cristobál, considerada a maior beneficiária da mineração na Bolívia, exportou, entre 2010 e 2012, US\$ 541 milhões a sua matriz japonesa. (LORA, 2013). Isso se constituiu na transferência dos excedentes financeiros de um pólo dependente a o outro dinâmico do capitalismo mundial, que é o Japão. A empresa estatal de Huanuni representou, na produção geral, somente 7% da produção. (GUACHALLA, 2010)

Nas chamadas “Terras Baixas”, três empresas transnacionais dominam a mineração, as quais: *Orvana* (canadense), *Votorantim* (brasileira) e *GloboSyk* (inglesa). Nessas localidades, a COMIBOL, que deveria controlar (se as transnacionais tivessem passado por uma nacionalização efetiva) e manter o monopólio da produção mineira, controla apenas 4% da produção. As concessões estatais a essa mineradoras transnacionais giram em torno de 49%, sendo o restante redistribuído entre empresas médias e pequenas. (SORUCO, 2011)

Existem outros contratos firmados entre as transnacionais e o governo Morales, como o projeto mineiro San Vicente (que está sob controle da *Pan American Silver*, originária do Canadá), o projeto de San Bartolomé (que está sob controle da norte-americana *Coeur d’Alene Mines Corporation*). O Salar de Uyuni está sob a mira de poderosíssimos consórcios transnacionais, como as firmas *Bolloré*, *Eramet*, *Mitsubishi* e *LG*, que têm manifestado seu interesse em explorar as imensas reservas de lítio existentes do deserto de sal da localidade.

Tudo isso porque, a partir da década de 1970, o desenvolvimento da tecnologia voltada para as telecomunicações e energias renováveis (estimuladas pela expansão do capital financeiro e o eminente esgotamento dos combustíveis fósseis) encontrou

a tendência de se saírem melhor em relação à turbulência econômica, mas estes países ainda podem sofrer os efeitos de uma recessão. Nós ainda estamos preocupados com as políticas dos países desenvolvidos, que estão gerando múltiplas vulnerabilidades que se refletem em baixo crescimento. Afirmamos que nossa nova abordagem para conduzir a economia, onde o Estado assume a liderança do desenvolvimento econômico e aplica políticas para manter a estabilidade e uma distribuição de renda mais igualitária com redução da pobreza é o caminho certo para suportar os efeitos da crise da economia mundial e manter a confiança entre as pessoas. Além disso, o controle dos recursos naturais e dos setores estratégicos da economia, juntamente com a expansão significativa do investimento público, é fundamental para o desenvolvimento econômico” [Tradução livre nossa].

⁷⁰ A empresa mineira San Cristobál demanda, para o seu funcionamento, a utilização de 50.000 metros cúbicos de água por dia, o que causa grande dano ambiental.

⁷¹ Empresa que trabalha na prospecção e exploração de metais. Anteriormente, esteve sob posse do mega-investidor George Soros.

na industrialização do lítio⁷² uma nova possibilidade de lucro. Nesse contexto, as transnacionais da química básica e dos Estados de seus países de origem empreendem uma estratégia global de provisão de insumos estratégicos, em sua busca para reduzir os custos da produção. (NACIF, 2013). Além das empresas mineradoras, as petroleiras continuam agindo de forma tranquila na Bolívia. *Petrobras*, *Repsol* e *Total British* controlam em torno de 80% da produção de gás e petróleo. Os outros 20% são designados para a YPFB. Também existe uma associação orgânica na empresa *Andina* entre YPFB e *Repsol*, onde a empresa nacional controle 51% das ações e a *Repsol* controla o resto.

Além das transnacionais que continuaram exercendo sua dominação com o aval do governo boliviano no campo dos hidrocarbonetos, cabe ressaltar também o domínio transnacional no agronegócio boliviano e a articulação da burguesia agroindustrial das regiões orientais da Bolívia. De acordo com um estudo publicado pela Fundación Tierra⁷³, na América Latina, as empresas transnacionais como *Bunge*, *Cargill*, *Dreyffus* e *Amaggi*, *Monsanto* e *Syngenta* são as dominantes no setor do agronegócio. A atividade do capital transnacional agroindustrial adapta suas demandas aos preços das chamadas *commodities*, entendidos como bens primários flexíveis que têm como destino a alimentação humana e animal e também a produção de combustíveis e fibras para tecido. Por apresentar um retorno econômico a curto prazo, os países latino-americanos optaram por essa via, mesmo que a natureza seja destruída. É certo que em alguns países, segundo o estudo, escolheram em maior ou menor grau a mercantilização absoluta da terra para sustentar a exportação das *commodities*.

Segundo o estudo, a Bolívia encontra-se, ainda, à margem deste processo de ofensiva do agronegócio. O Brasil, por exemplo, planta 29 milhões de hectares de soja, enquanto a Argentina planta 20 milhões, Paraguai três milhões, Uruguai 1,5 e a Bolívia um milhão de hectares. Houve uma mudança significativa no eixo da produção alimentícia do país. Segundo o estudo publicado no relevante trabalho “*Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y Caribe: concentración y extranjerización*”⁷⁴, há duas décadas, a produção alimentar de boa parte da Bolívia estava nas mãos dos pequenos produtores rurais. Em duas décadas, o eixo produtivo alimentar passou a se concentrar no Departamento de

⁷² O lítio, graças as potencialidades inerentes, é a matéria-prima de baterias elétricas, recarregáveis ou não, de celulares, aparelhos de som e computadores. A primeira empresa que utilizou o lítio no feitiço de baterias foi a Sony.

⁷³ FUNDACION TIERRA: *La expansión del agronegocio en Bolivia*. Disponível em <http://www.ftierra.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17066:la-expansion-del-agronegocio-en-bolivia&catid=159:sa&Itemid=239>. Acesso em 05/11/2013

⁷⁴ Publicado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), em 2012.

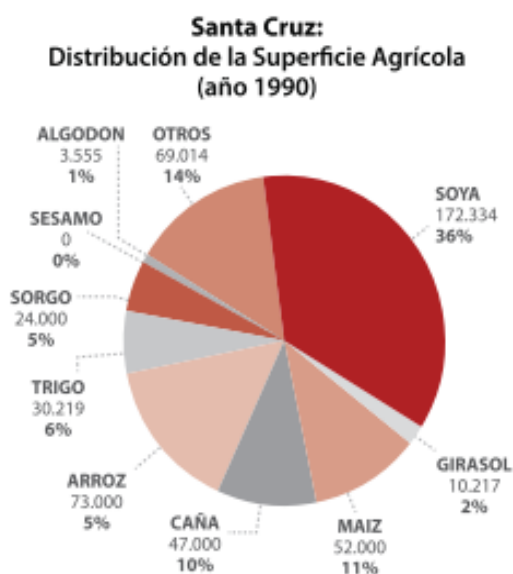
Santa Cruz. Tal concentração, segundo o estudo, pode ser observada no crescimento cumulativo da economia do departamento, que alcançava as taxas de 5%, enquanto o restante do país cresce, desde 2008, as taxas de 4%. Crescimento que, em grande parcela, teve como alicerce três elementos norteadores, como a agropecuária, a agroindústria e o comércio exterior, dado que Santa Cruz, depois do departamento de Tarija, é o segundo departamento que mais tem relações com o capitalismo estrangeiro.

La campaña internacional del MAS, iniciada inclusive antes de posesionarse en el gobierno, se ha centrado en la búsqueda de nuevos mercados para las exportaciones de la agroindustria cruceña, fundamentalmente del complejo sojero. Conviene recordar que durante su gira por varios países en su calidad de presidente electo, Evo Morales privilegió el tema de la producción de soya en su agenda de negocios. Al retorno de su gira, informó que tanto China como Venezuela y Cuba estaban dispuestas a comprar importantes volúmenes de soya y de sus derivados producidos en Bolivia. En el caso del primer país se contempla la venta de un millón de toneladas de soya; para Venezuela, el incremento de los volúmenes de soya y aceite de soya; y en el caso de Cuba, la venta de aceite de soya y de girasol. Es importante reiterar que la cadena agroexportadora sojera se caracteriza por la importante participación de capitales extranjeros en la producción de grano, en su transformación y comercialización. Se estima que un 40% del cultivo de soya es concentrado por capitalistas brasileños, un 30% por colonizadores menonitas y japoneses, y el resto por productores nacionales grandes medianos y pequeños. Por otro lado, entre las industrias y empresas exportadoras que conforman el complejo sojero es posible advertir la presencia de dos importantes transnacionales norteamericanas, como Archer Daniels Midlands (ADM) y Cargill, así como la gran multinacional Monsanto, que comercializa el paquete tecnológico para la producción de soya transgénica. Algunas de estas empresas extranjeras como Adm-Sao, Gravelal S.A. e Industrias de Aceites S.A., otorgan financiamiento en insumos (semillas, diesel, agroquímicos, transporte) y dinero en efectivo para garantizarse el acopio del grano de soya, fundamentalmente entre los pequeños productores nacionales con base en garantías hipotecarias y con altas tasas de interés. Esta forma de articulación entre los productores directos y el capital extranjero, conocido con el nombre de “cadena productiva”, se asienta en el establecimiento de distintas formas de expoliación del trabajo campesino por el capital, a través de los créditos y el acopio del grano de soya.(CEDLA, 2006, pp. 9-10)

As exportações que alimentam a taxa de crescimento econômico de Santa Cruz são de óleos, açúcar, madeira, algodão e seus derivados. A concentração da propriedade da terra está estritamente ligada à estrangeirização observada neste departamento, o que acarreta o fortalecimento do rentismo das classes sociais ligadas a ele.

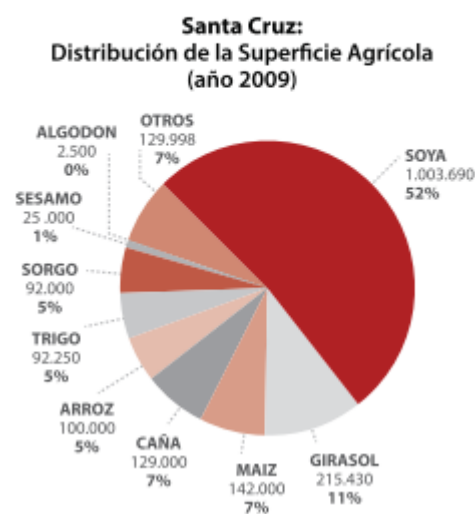
La territorialización de una burguesía puede ser beneficiosa para su crecimiento económico en la etapa inicial, pues tiene un cónclave donde desarrollarse, controlando por ejemplo los conflictos de clase; sin embargo, para su plena realización debe necesariamente “transregionalizarse”, diversificando sus espacios de generación de excedente al resto del país y conquistando mercados internacionales que siempre requieren políticas estatales de fomento. Es decir, el conflicto que se establece por la otredad del Estado frente a “su” proyecto, sólo podría resolverse plenamente cuando la burguesía encarne al Estado. (SORUCO, 2008, p. 90)

Nos últimos vinte anos, a superfície cultivada teve um relevante aumento nas chamadas terras baixas orientais. De 1990 em diante, a superfície cultivável de Santa Cruz passou, segundo o estudo, de 413.420 hectares para 1.821.631 em 2007. O cultivo da soja perpassa mais de 1.000.000 de hectares e o restante, ou seja, 821.631 das terras cultiváveis são destinadas ao cultivo de trigo, arroz, açúcar e algodão. Os seguintes gráficos são importantes para melhor entendimento do que estamos falando:



Fonte: FAO: *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y Caribe: concentración y extranjerización*, 2012, p. 72

Gráfico N° 2
Expansión de la frontera agrícola y cambios en el uso del suelo Departamento de Santa Cruz



Fonte: FAO: *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y Caribe: concentración y extranjerización*, 2012, p. 72

Fica demonstrado assim que o departamento de Santa Cruz concentra em torno de 66% das terras cultiváveis na Bolívia, em comparação com outras regiões do país e que o cultivo da soja é majoritário. Observa-se uma reorientação da estrutura produtiva agropecuária, largamente concentrada na parte oriental do país. Apesar disto, a Bolívia, entre os anos de 2006 e 2010, precisou importar alimentos. A importação de alimentos, em 2009, por exemplo, beirou 600 mil toneladas, o que demonstra que a produção nacional de alimentos ainda é ineficaz e há uma dependência da supressão da demanda alimentar via importação, causando uma relação de dependência quase absoluta da produção exterior e fazendo do país refém das classes dominantes que controlam o agronegócio. Não tendo outra saída no horizonte, resta ao governo estabelecer uma articulação com o empresariado privado do agronegócio, por conveniência e para manter as bases da governabilidade, dado que as classes dominantes de Santa Cruz já arquitetaram e por pouco não deram um golpe de Estado em Morales em 2008.

Es preciso remarcar que lo que el gobierno considera verdaderamente importante en el plano de la producción agrícola, según al vicepresidente García Linera, es consolidar una alianza estratégica entre lo Estado y los agroindustriales que permita a estos ampliar la frontera agrícola “por lo menos 8 millones de hectáreas”, pues, como se ha visto, cuentan con las tierras suficientes para ello. Esta será, entonces, la efectiva orientación de la política agraria gubernamental ya que, como señala esta autoridad del gobierno, “la prioridad del Estado nos es competir con el empresariado, sino invertir en grandes obras de infraestructura para potenciar y ayudar a los productores privados”.⁷⁵

O reflexo disso é o fortalecimento da clivagem regional entre ocidente e oriente boliviano, de caráter racista e separatista. O controle econômico exercido pela burguesia *cruceña* e sua fração articulada com o agronegócio tem em mãos o poder político regional, como prefeituras e governos departamental, graças ao domínio do poder econômico agroindustrial. Não é objetivo deste trabalho entrar nos pormenores de uma análise sobre o neo-extrativismo latino-americano e do agronegócio no país. Procuramos evidenciar o caminho traçado pelo segundo governo Morales. Não se pode recortar o segundo mandato e dar um tratamento específico a ele sem levar em conta que o que está em curso é resultante de uma política econômica desenhada de 2005 em diante, no programa de governo que norteou o primeiro mandato, ou seja, que as rupturas e continuidades fazem parte do processo histórico iniciado com a entrada do MAS no governo

A teia de contradições nas quais o projeto *masista* está inserido é amplo, mas destaquemos alguns: o governo boliviano precisa exportar minérios, produtos agrícolas, gás. Exportar para ter dinheiro em caixa e financiar seus programas sociais que objetivam diminuir a pobreza. Para isso, é necessário manter uma política (neo) desenvolvimentista, subordinada ao (neo) extrativismo. Além do mais, a relação do governo Morales com setores fortes da economia capitalista mundial não dá mostras de ter encontrado fim.

Em 2012, nas imediações da belíssima e histórica cidade pré-incaica de Tiwuanaku, nas proximidades de La Paz, Morales encontrou-se com o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina, Hasan Tuluy. Nesse encontro, ficou acordado que o Banco Mundial investiria dinheiro nas áreas rurais, centrados no financiamento e assistência técnica aos produtores do campo. Segundo as palavras do próprio governo, que considerou o acordo benéfico, “ya es hora de dar el poder económico a movimientos sociales especialmente

⁷⁵ CEDLA: *Hasta el momento el sector económico empresarial agroexportador sería el mayor beneficiario de la política agraria del Estado Plurinacional*. Disponível em: <<http://cedla.org/content/3365>>. Acesso em 06/11/2013

en las áreas rurales donde históricamente hemos sido abandonados”⁷⁶. Tului tentou justificar a bondade do Banco Mundial, que sempre atuou como aliado do Fundo Monetário Internacional e que, graças às suas políticas de “ajuda” financeira, endividaram boa parte dos países por onde atuaram, da seguinte forma: “Quiero mostrar que el Banco Mundial es un socio confiable para el Estado Plurinacional de Bolivia en temas de su desarrollo y sus objetivos de reducción de la pobreza”.

El Estado boliviano depende del financiamiento de los organismos multilaterales para financiar sus gastos, cubrir su déficit y sus inversiones. El flujo de financiamiento ha estado condicionado a que se asegure a las empresas transnacionales altas tasas de ganancias, obtenidas mediante la sobreexplotación de la fuerza de trabajo y de los recursos naturales, aprovechando la ausencia de controles por parte del Estado. El gobierno de Evo Morales ha ingresado rápidamente en esta lógica de mantenimiento de flujos financieros vía crédito, comprometiéndose a mantener las políticas económicas de estabilidad de precios, el régimen de explotación privada de los recursos naturales y un sistema financiero con tasas de ganancia extraordinarias. El hecho de que el gobierno haya señalado que ya no es necesaria la firma de un nuevo convenio con el Fondo Monetario Internacional (FMI) no es más que una declaración que busca un efecto político, pero que no provoca ningún cambio en la orientación anteriormente descrita. La suscripción de acuerdos de crédito con la Corporación Andina de Fomento (CAF), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Banco Mundial, permite al gobierno mantener el nivel de financiamiento necesario para desarrollar obras de infraestructura vial y programas sociales paliativos de carácter micro productivo, que permitirían aminorar la demanda social y continuar con las políticas macroeconómicas. (CEDLA, 2005, p. 5)

A propósito, o Fundo Monetário Internacional, em um informe de 18 de novembro de 2013, não economizou nos elogios à Bolívia. O ministro da economia Luis Arce Catacora e o presidente do Banco Central, Marcelo Zabalaga, encontraram-se com membros da equipe do FMI, dentre os quais Ana Camacho, que chefiava a comitiva do Fundo. Segundo Ana Camacho:

⁷⁶ *Evo Morales y el Banco Mundial confirman su alianza para el desarrollo*. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=154854>>. Acesso em 04/11/2013

Since the mid-2000s, Bolivia's macroeconomic performance has been very strong. Macroeconomic stability and social policies have contributed to a significant increase in average personal incomes and have helped to reduce poverty and income inequality. Prudent macroeconomic policies have allowed safeguarding a portion of the revenues from the boom in international hydrocarbon prices, thus improving the economy's capacity to weather external shocks. As a result, the Bolivian economy was one of the few in Latin America to record positive growth during the 2008-2009 global crisis and to maintain that resilience throughout the following years. For 2013, the IMF mission expects the Bolivian economy to grow by around 6.7 percent, the highest growth rate in the past decade, driven primarily by higher volumes of exports of natural gas and a strong contribution from public investment. For 2014, the economy is expected to grow at a more moderate pace owing to slightly less favorable terms of trade. However, there are regional and global factors that pose a downside risk, two of the most important being a sharp drop in international prices for hydrocarbons or a slowdown in trade with neighboring countries. Nevertheless, Bolivia's ample international reserves should allow the authorities to mitigate the adverse effects of external shocks if they materialize. Also, the efforts underway to industrialize the commodities sector and increase the value added of exports could help stimulate potential growth and economic diversification.⁷⁷

As previsões para o presente ano (2013) são de que a Bolívia, ao lado do Peru, são os países andinos que apresentariam maior taxa de crescimento do PIB. De acordo com o informe do FMI “Perspectivas económicas globales”, o PIB da Bolívia crescerá em torno de 5,4%, diferente do prognóstico realizado em abril de 2013, que previa um crescimento de 4,8%. A taxa de inflação ficaria em torno de 4,8% e o desemprego, em torno de 6,4%, um ponto percentual a mais do que o prognóstico anterior, que previa 6,3%.⁷⁸. Cabe ressaltar ainda que as previsões gerais do FMI para a América Latina detectam que o crescimento econômico continental passará por dificuldades.

⁷⁷ “Desde meados da década de 2000, o desempenho macroeconômico da Bolívia tem sido muito forte. A estabilidade macroeconômica e as políticas sociais têm contribuído para um aumento significativo na renda pessoal média e têm ajudado a reduzir a pobreza e a desigualdade de renda. Políticas macroeconômicas prudentes permitiram salvaguardar uma parte das receitas do boom nos preços internacionais de hidrocarbonetos, melhorando assim a capacidade da economia para enfrentar choques externos. Como resultado, a economia boliviana foi uma das poucas da América Latina a registrar crescimento positivo durante a crise mundial de 2008-2009 e manter essa capacidade de resistência ao longo dos anos seguintes. Para 2013, a missão do FMI espera que a economia boliviana cresça cerca de 6,7 por cento, a maior taxa de crescimento na última década, impulsionada principalmente pelo maior volume de exportações de gás natural e um forte contributo do investimento público. Para 2014, a economia deverá crescer a um ritmo mais moderado, devido a aspectos um pouco menos favoráveis do comércio. No entanto, existem fatores regionais e globais que representam um risco de queda, dois dos mais importantes sendo uma forte queda dos preços internacionais dos hidrocarbonetos ou uma desaceleração no comércio com os países vizinhos. No entanto, as amplas reservas internacionais da Bolívia devem permitir às autoridades mitigar os efeitos adversos dos choques externos. Além disso, os esforços em curso para industrializar o setor de commodities e aumentar o valor agregado das exportações poderia ajudar a estimular o potencial de crescimento e a diversificação econômica” [Tradução livre nossa].

⁷⁸ LA RAZON: *El Fondo Monetario Internacional prevé que Bolívia y Perú experimentarán mayor crecimiento*. Disponível em <http://www.la-razon.com/mundo/FMI-optimismo-crecimiento-paises-andinos_0_1921007951.html>. Acesso em novembro/2013

O “remédio”, como sempre, apresenta-se como algo pior do que o veneno, dado que a recomendação principal do FMI é a tal propalada “estabilidade financeira” que já foi recomendada⁷⁹ durante a abertura da economia boliviana a partir de 1985 com as variantes e problemáticas citadas em capítulos anteriores. O resultado em curto prazo é incerto, mas se o passado nos ensina algo, seria razoável que os países da América Latina não seguissem à risca as recomendações daquele órgão.

El crecimiento de América Latina y el Caribe (ALC) sigue avanzando a un ritmo lento, reflejando un entorno externo menos favorable y, en ciertos casos, restricciones de oferta interna. Se proyecta que el producto de la región se expandirá 2¾ por ciento en 2013, con la demanda interna aún cumpliendo la función de motor principal. Se prevé que la tasa de crecimiento aumentará levemente a 3 por ciento en 2014 a medida que la demanda externa se consolide gradualmente, pero permanecerá por debajo de la tasa de crecimiento promedio de la última década. En países con baja inflación y expectativas inflacionarias ancladas, la política monetaria debería ser la primera línea de defensa en caso que se materialicen los riesgos a la baja a los que está expuesto el escenario base. La consolidación fiscal sigue siendo adecuada para los países con fuertes restricciones de oferta o espacio fiscal limitado; también ayudaría contener el continuo aumento de los déficits en cuenta corriente. Salvaguardar la estabilidad financiera es una prioridad fundamental en un contexto de condiciones financieras mundiales más restrictivas y mayor volatilidad de los precios de los activos.⁸⁰

O governo Morales não alterou as bases da sociedade capitalista e a proposta socialista encontra-se em um horizonte longínquo, distante, se é que existe concretamente. Este governo não conseguiu romper com o capitalismo transnacional. Seu governo não pode ser caracterizado como neoliberal. Houve uma reorientação na política econômica, com o Estado intervindo em setores-chave da economia, como ficou claro no seu papel em relação às políticas energéticas que foram vislumbradas como elemento primordial para retirar o país de seu atraso econômico, mas que, até o momento, culminou em um processo de reprimarização da economia boliviana, voltada para a exportação de matérias primas. Houve também, é certo, crescimento econômico e redução da pobreza, mas dentro da lógica capitalista e sem mudanças estruturais significativas que apontem para a superação desta lógica. Entre seus principais feitos no período 2006-2012 podemos destacar: Nacionalizações dos hidrocarbonetos e criação de programas sociais redistributivos referendo

⁷⁹ Recomendações que são seguidas atualmente por países europeus como Portugal e Grécia, que são os elos mais fracos do circuito do capitalismo global que se encontram em profunda recessão e em estado de profunda barbárie social.

⁸⁰ FMI: *Actualización de las perspectivas regionales: América Latina y el Caribe*. Washington, D.C. Octubre de 2013. Disponível em <<http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/reo/2013/whd/wreo1013s.pdf>> Acesso em novembro/2013

e assembleia constituinte; mudança na constituição; reeleição em 2009 e fundação do Estado Plurinacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a cena política boliviana não é tarefa das mais fáceis. Como ficou evidente, o processo político boliviano é dotado de ampla complexidade, dado o caráter de constância de crises políticas e rebeliões populares. Este trabalho procurou analisar momentos distintos da cena política boliviana, com o objetivo de compreender o governo Morales, com vistas a responder a questão: Durante a gestão do MAS entre os períodos 2006-2012, houve rupturas ou a dominação burguesa continuou persistindo? Por duas décadas, a “Democracia Pactada” foi a forma de regime imperante na Bolívia. Essa forma de regime começou a apresentar fissuras com a crise estatal desencadeada a partir dos anos 2000, com a Guerra da Água. Entre 2000 e 2003, observamos o início da derrocada da “Democracia Pactada”, mas o seu derradeiro fim começa a ocorrer a partir de 2003, com a Guerra do Gás. Quando os movimentos populares e a população em si apresentaram descontentamentos com as políticas neoliberais, se tem início uma crise no interior do Estado e uma crise política que não culminou em uma revolução, porque não havia um instrumento político unificado dos trabalhadores, como observou Jaime Solaris. Podemos dizer, então, que o regime pactado foi a melhor forma de garantia dos interesses transnacionais.

Com a fuga de Gonzalo Sánchez de Lozada, em 2003, Carlos Mesa assume, mas seu governo não foi além de uma continuidade de seu antecessor. Ao mesmo tempo em que os partidos burgueses hegemônicos entravam em uma crise de representatividade, novas forças políticas ligadas à esquerda vão traçando caminhos, como o MIP de Felipe Quispe e o MAS de Morales. O MAS apresentou-se na campanha eleitoral de 2005 como o partido aglutinador das demandas mais urgentes da população. A partir de 2006, o MAS torna-se o partido hegemônico na cena política boliviana. Uma análise detalhada da gestão *masista* evidencia que suas principais reformas não ultrapassam os limites impostos pela democracia burguesa, caem no terreno das reformas democrático-formais e tímidas mudanças na orientação econômica estatal, na esteira de um reformismo dentro dos marcos de dominação capitalista.⁸¹

O governo do MAS serve, atualmente, aos interesses das frações ligadas ao capital monopolista transnacional. É certo que em menor medida, quando comparado aos seus antecessores, pois o Estado, através da captação do excedente gerado pela exploração neoeextrativista dos recursos naturais, se vê obrigado a “compensar”, de alguma forma, os

⁸¹ O capitalismo demonstrou ser incorrigível e, por isso mesmo, irreformável. Os avanços sociais, econômicos e políticos que se deram num breve intervalo em meados do século passado não foram produto do espírito capitalista, e sim da magnitude das forças sociais adversárias. (BORON, 2010, p. 44)

interesses dos dominados. Na verdade, é uma conta difícil de fechar dadas as suas abismais contradições: em relação aos dominantes, o Estado pratica a realocação jurídica de contratos com empresas extrativas que garantem enormes lucros; já em relação aos dominados, o mesmo Estado concede “bonos” sociais aos mais pobres que acabam funcionando como elementos de contenção das massas. Podemos tomar de empréstimo a formulação de Poulantzas (1985), quando este diz que a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui um substrato material. O motivo, segundo o autor, é porque o Estado, ao atuar em favor da hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do consenso entre as classes dominantes e dominadas. O Estado encarrega-se de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas. Mas o Estado boliviano, mesmo com a suntuosa denominação de “plurinacional”, ainda segue sendo um Estado de classe.

La gestión masista del poder implicó la reconstrucción y reconfiguración del régimen que se manifestó en una política oscilante entre concesiones a sectores de masas, por ejemplo sectores indígenas y medidas de contención tipo bonos sociales, pero al mismo tiempo en una cuidadosa y quirúrgica operación de defensa de los intereses burgueses tradicionales y emergentes así como de las transnacionales y el imperialismo. La denominada agenda de octubre condensaba las diversas aspiraciones de los sectores obreros y populares movilizados, como la recuperación de los recursos naturales para usufructo interno, el tema de tierra y territorio, la solución al tema de la opresión de las nacionalidades, el desmontaje de la dinámica del neoliberalismo, etc. Frente a este bloque de aspiraciones el frente popular masista buscó una salida de maniobras discursivas y de política que generaran la sensación de cambios y avances, pero que minimizaran los riesgos del orden burgués. El discurso de la descolonización y refundación del país representaron el caballo de Troya contra las aspiraciones obreras y populares. (LAURE, 2012, p. 33)

Já segundo Ferreira

Há um desenvolvimento relativo da autonomia relativa do Estado. Antes, nos tempos da democracia pactada, você tinha um Estado instrumental, instrumento direto de uma fração da burguesia. Agora você tem o desenvolvimento de uma autonomia relativa do Estado. Isso significa que o MAS começa como uma fração pequeno-burguesa, de classe média (professores, camponeses), com burgueses, mas não muitos, e se vê na obrigação de administrar o Estado burguês. O Estado boliviano segue sendo um Estado burguês, segue sendo um Estado semi-colonial, mas com a diferença que a administração desse Estado não está mais concentrado na burguesia como um todo, mas a administração deste Estado está nas mãos de uma camada pequeno-burguesa com linguagem esquerdista. Uma camada de

professores universitários e estudantes, que montando e contando com o apoio dos camponeses, passa a administrar o Estado. E para que serve o Estado? Para garantir o domínio burguês, garantir ordem, segurança jurídica e garantir a reprodução do capital [...]. Dentro do MAS se produz um fenômeno de assimilação social à classe dominante. De 2008 até o presente, se tem observado um fenômeno de metamorfose dentro do governo. Se você olhar o gabinete de Evo em 2006, você observa índios, trabalhadores. Se você observa o mesmo gabinete hoje, quase todos são brancos. Já não há índios. Choquehuanca é o último dos moicanos. A quantidade de trabalhadores e camponeses diminuiu, salvo nos setores mais burocráticos. No novo regime, temos uma frente popular constituída essencialmente por camponeses, setores trabalhadores e cooperativistas mineiros que apoiam o governo, uma franja popular importante junto a setores das burguesias regionais. É uma aliança de classe muitoparticular. Temos a participação da burguesia nacional que entre 2006-2009, busca maior participação na renda nacional.⁸²

Cecílio González (2013), da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, afirma:

Queríamos que o governo Evo fosse um governo dos mais pobres. Queríamos que o governo Evo fosse um governo dos trabalhadores. Mas é um governo reformista anti-proletário, porque defende os interesses dos pequenos proprietários. Eles dizem: “-Vivemos em uma conjuntura de transição ao socialismo.” Mas para nós, não há nada de socialismo. Estamos convencidos que esse governo não é nosso governo.

O que notamos é que houve alterações na composição classista que governa o país. As palavras de Cecílio Gonzalez devem ser levadas em conta, dado que faz parte de uma combativa federação sindical boliviana que faz sua oposição à esquerda ao governo Morales.

Por outro lado, na perspectiva de Linera (2007), os indígenas não querem arrebatar o poder da oligarquia, querem compartilhar o poder. A política colocada em curso com o capitalismo andino-amazônico é uma política de conciliação de classes, em que as “elites indígenas” – termo utilizado por ele – devem dividir o poder com a oligarquia articulada ao capital estrangeiro. Em suas próprias palavras, temos:

⁸² FERREIRA, Javo. *Caracterização do governo Evo-Linera*. Entrevista concedida na sede da Central Obrera Bolivia: La Paz, janeiro de 2013.

Los indígenas no quieren arrebatárle el poder a la oligarquía, no quieren desplazarla, y lo que intentan es compartir el poder, quieren manejar Bolivia con los que hasta ahora siguen siendo los dueños de vidas, haciendas y las mayores riquezas del país, asegura el vicepresidente Álvaro García Linera. Según el ideólogo del gobierno indígena del presidente Evo Morales, un ex guerrillero que ahora predica la conciliación de clases y la vigencia del “capitalismo andino”, uno de los propósitos declarados de la “revolución democrática y cultural” es lograr un pacto histórico entre las emergentes élites indígenas y la rancia oligarquía petrolafundista del oriente, fuertemente articulada con el capital extranjero.⁸³

Alguns teóricos governistas, como Alfredo Rada (2013, p. 1) compreendem desta forma o governo Evo e seu “proceso de cambio”:

El actual proceso de cambio se constituye por el despliegue dinámico de la lucha de clases sociales al interior del capitalismo que se combina, a momentos en forma contradictoria, con la lucha histórica de las naciones originarias contra el colonialismo interno. Esa es la naturaleza dialéctica de este proceso en el que las tendencias estructurales anticapitalistas y anticolonialistas, que se expresan en la acción política de clases explotadas y naciones oprimidas, posibilitan la transformación revolucionaria de las relaciones económicas de explotación, de las relaciones políticas de exclusión y de las relaciones culturales de opresión. Aunque siempre existe el riesgo de que este curso de transformaciones, debido a presiones externas, fragmentaciones internas o por concesiones programáticas, se agote o se revierta.

Observam-se alterações na origem social de quem está no governo. Não mais os brancos ligados diretamente às transnacionais, mas sujeitos oriundos das classes populares. Mas as forças políticas constituídas a partir de 2006, com hegemonia do MAS nas casas legislativas, representam, ainda, interesses do capital transnacional. Em menor grau, se comparado com os tempos da democracia pactada.

El MAS, apoyándose en los estratos altos de extracción indígena –burócratas campesinos, pequeñoburgueses acomodados y burgueses–, ha actuado para canalizarlas al terreno de las reformas políticas parciales y formales en el marco del “Estado Plurinacional de Bolivia” con su nueva Constitución y sus limitadas autonomías indígenas. Así, el ascenso de masas que logró derribar al gobierno de Goni y a la “democracia pactada” neoliberal en lugar de encontrar plena satisfacción de sus profundas aspiraciones –poner fin a la ingerencia imperialista, nacionalización de los hidrocarburos, tierra y territorio, etc.– se vio expropiado políticamente y contenido bajo la estrategia de reformas y colaboración de clases con la burguesía nacional que encarna el MAS. (FERREIRA, 2010 p. 21)

⁸³ *Las élites comparten el poder.* Bolívia, 2007. Disponível em: <http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/mayo2007/290507_1.html> Acesso em julho /2013

Há uma renovação da burocracia estatal, que agora procura revisar as funções regulatórias e redistributivas do Estado no processo de reprodução do capital monopolista, situado no setor primário exportador, sem transformar estas funções nem as bases econômico-sociais em que se fundamentam: o controle privado e transnacional sobre as principais condições objetivas da produção (AILLÓN, 2006). Não há proposta de destruição do Estado burguês, mas sim, de fortalecimento estatal. Rearticular o Estado, dotando-o de mais força interventora no econômico, redistribuir o excedente econômico oriundo da exploração dos hidrocarbonetos e reorientá-los para programas sociais, desenvolver um capitalismo com o apoio da burguesia interna ao lado de um (neo)extrativismo são as tarefas consideradas urgentes pela burocracia do MAS para a Bolívia. Se não há restauração neoliberal, como afirmam o governo e seus apoiadores, pode-se dizer que a dominação burguesa e capitalista não foi abalada. Como o leitor deve ter notado, as considerações feitas aqui, embora tenham sido embasadas em pesquisas e permitam tirar algumas conclusões, não eliminam o fato do nosso objeto ser um processo em aberto e, portanto, comportar algum grau de imprevisibilidade, pelo menos no médio e longo prazos.

REFERÊNCIAS

- AGUDELLLO, Germán Darío Valência. *Bolivia, 2003-2008: um período de profundas transformações políticas e econômicas*. Perfil de Coyuntura Económica No. 12, diciembre de 2008, pp. 179-202 Universidad de Antioquia: Antioquia, 2008
- AGUIAR, J.D.N. O modelo econômico-produtivo boliviano: do “capitalismo andino” ao “socialismo comunitário”. In: *Observatório Político Sul-Americano*. Instituto de Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012
- AILLÓN, Lorgio Orellana. *Nacionalismo, populismo y régimen de acumulación en Bolivia*. CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario). La Paz, 2006.
- _____. *Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales*. OSAL, ano VI, Nº19. CLACSO: Buenos Aires, 2006
- ALCOREZA, Raul Prada. *Capitalismo Andino o el Retorno al Colonialismo*. Disponível em: <<http://www.izquierda.info/modules.php?name=News&file=article&sid=146>> Acesso em 14 dez. 2012.
- _____. *Perfiles del movimiento social contemporáneo*. El conflicto social y político en Bolivia. Buenos Aires: OSAL, año IV, Nº 12. Septiembre-Diciembre, 2003. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal12/d1prada.pdf>>.
- ALMARAZ, Alejandro; et al. *La Mascarada del poder. Respuesta a Álvaro García Linera*. Ediciones Herramienta - Colección Pensamiento crítico: Buenos Aires 2012
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- ANTELO, Eduardo. *Políticas de estabilización y de reformas estructurales en Bolivia a partir de 1985*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.
- APORREA.ORG: “No todos somos indios” *Declaraciones racistas de Miss Bolivia causan revuelo*. Disponível em <<http://www.aporrea.org/actualidad/n16894.html>>. Acesso em nov. 2013
- AYMA, Evo Morales. *Decreto Supremo 28.071 “Heroes del Chaco”*. In: OSAL, Ano VII. Nº 19. Buenos Aires, 2006.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. v.45 n.2 Brasília Jul/Dec. 2002.
- BOITO Jr, Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. Disponível em: <<http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em dez. 2013

BORÓN, Atílio A. *O socialismo no século 21. Há vida após o neoliberalismo?* Editora Expressão Popular: São Paulo, 2010

_____. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina.*- 1ª. ed.– Buenos Aires :Clacso, 2003

CALVIMONTE, Humberto Sergio Zambrana. *La Apertura Externa en Bolivia*: La Paz: UDAPE, 2002. Disponível em <http://www.udape.gob.bo/portales_html/analisis economico/analisis/vol18/art02.pdf> Acesso em 11 fev. 2013.

CAMACHO, Oscar Vega. Al sur del Estado. In: *In: El Estado. Campo de Lucha*. La Muela del Diablo editores: La Paz, 2010

CAMACHO, Martin. *¿Socialismo "comunitario" o Capitalismo de Estado?* Disponível em: <<http://sobbolivia.blogspot.com.br/2010/02/significado-del-estado-plurinacional.html>> Acesso em 13 /12 /12

CARRA, Marcos; CEPIK, Marco. *Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul*. Análise de Conjuntura OPSA (Observatório Político Sul-Americano). Rio de Janeiro, 2006.

CASA, Colectivo: *Extractivismo, dependência y desarrollo*. Disponível em <http://www.colectivocasa.org.bo/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=140&Itemid=124>. Acesso em maio/2013.

CATACORA, Luis Arce. Statement by Mr. Luis Arce Catacora Governor of the International Monetary Fund for Bolivia at the 2013 Bank-Fund Annual Meeting. Washington D.C, 2013

CEDLA. *Vendedores de ilusiones. Propuestas electorales frente a la demanda social*. Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario: La Paz, 2005

_____. *Cartilla Informativa. Para que no nos mientam. Ley de Hidrocarburos 3058. ¿Recuperación real de los hidrocarburos?* CEDLA - Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario: La Paz, 2005.

_____. *Legitimando el orden neoliberal: 100 días de gobierno Evo Morales*. CEDLA: La Paz, 2006.

_____. *Hasta el momento el sector económico empresarial agroexportador seria el mayor beneficiario de la politica agraria del Estado Plurinacional*. Disponível em: <<http://cedla.org/content/3365>>. Acesso em 06 nov. 2013.

CHOQUEHUANCA, David Céspedes. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. In: FORNILLO, Bruno; PUENTE, Florencia (Orgs) *Dossier Bolivia*. Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe: Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://iealc.sociales.uba.ar/files/2011/06/04-dossierbolivia.pdf>

CIDOB. Biografiasde líderes políticos. *Gonzalo Sánchez de Lozada*. Disponível em <http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/bolivia/gonzalo_sanchez_de_lozada#4>. Acesso em mar. 2013

_____. Biografias de líderes políticos. *Jaime Paz Zamora* Disponível em: <http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/bolivia/jaime_paz_zamora>. Acesso em mar. 2013

COMAS, José. *Acuerdo patriótico en Bolivia*. El País (arquivo) 21 de abril de 1990. Disponível em <http://elpais.com/diario/1990/04/21/internacional/640648804_850215.html>

CONSTITUYENTE Soberana. *El Postmodernismo indigenista del MAS*. Ediciones Masas: 2009. Disponível em <http://constituyentesoberana.org/3/docsanal/102009/141009_1.pdf>. Acesso em maio. 2013

COSTA NETO, Canrobert. *Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979) Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1983.

DE MORAES, Renata Albuquerque. *Impactos na Bolívia do desenvolvimentismo brasileiro: o caso de Cachoeira Esperança*. Artigo apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS: Águas de Lindóia, 2012.

DE SOUZA SANTOS, Boaventura. *Evo Morales e a Democracia*. Revista OSAL, Año VII, no 19, p.33-35. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D3924.dir/4santos.pdf>>. Acesso em abril/2013

DESINFORMEMONOS: *Bolivia: Anuncian exploración de hidrocarburos en áreas protegidas* » parques: Disponível em: <<http://desinformemonos.org/2013/07/boliviaanuncian-exploracion-de-hidrocarburos-en-areas-protegidas-270713-servindi/parques/>>. Acesso em dezembro/2013

DO ALTO, Hervé. Cuando el nacionalismo se pone el poncho: Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo (Orgs) *Bolivia: Memoria, insurgencia y movimientos sociales*- 1a ed. -El Colectivo, Clacso: Buenos Aires, 2007.

ESCÁRZAGA, Fabiola. El Ejército Guerrillero Tupak Katari (EGTK), la insurgencia aymara en Bolivia. In: Pacarina del Sur. Revista del pensamiento crítico latinoamericano. Disponível em: <<http://www.pacarinadelsur.com/home/oleajes/441-el-ejercito-guerrillero-tupak-katari-egtk-la-insurgencia-aymara-en-bolivia.>> Acesso em abril/2013

FAO. Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: Concentración y extranjerización. Publicação disponível em <<http://www.rlc.fao.org/en/publications/dinamicas-mercado-tierra/>>

FERREIRA, Javo. *Comunidad, indigenismo y marxismo*. El Alto (Bolivia): Ediciones Palabra Obrera, 2010

_____. *Caracterização do governo Evo-Linera*. Entrevista concedida na sede da Central Obrera Bolivia: La Paz, janeiro de 2013.

FMI: *Actualización de las perspectivas regionales: América Latina y el Caribe*. Washington, D.C. Octubre de 2013. Disponível em <<http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/reo/2013/whd/wreo1013s.pdf>> Acesso em novembro/2013

FORNILLO, Bruno. *La Bolivia de Hoy: ¿Neodesarrollismo o Socialismo Comunitario?* 3ras. Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos: Movimientos Sociales, Estados y Partidos Políticos en América Latina: (re)configuraciones institucionales, experiencias de organización y resistencia. Mendoza, Argentina. Disponível em <<http://todoamerica.info/sites/default/files/FORNILLO%20%20LA%20BOLIVIA%20DE%20HOY%20%20C2%BFNEODESARROLLISMO%20O%20SOCIALISMO%20COMUNITARIO.pdf>>. Acesso em junho/2013

FUENTES, Federico; HARNECKER, Marta (orgs) *MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento Politico que surge de los movimientos sociales*. Entrevista colectiva con Santos Ramírez, Lino Villca, Isabel Ortega y Alejandro Colanzi. Entrevistas individuales a Leonilda Zurita, Antonio Peredo, Ramiro Llanos y Rafael Puente. La Paz, 2008.

GIL, Aldo Duran. *Bolivia: Duas revoluções nacionalistas?* Perspectivas, São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>>

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Água. In: *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2006.

GONZÁLEZ, Cecilio. *A relação entre os trabalhadores mineiros e o governo Evo*. Entrevista concedida na sede da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia. La Paz, janeiro/2013

GUACHALLA, Osvaldo. *La exacerbación de la politica extractivista del MAS*. Boletín de seguimiento a políticas de recursos naturales. Año IV – N° 8. CEDLA: La Paz, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. *Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. El nuevo extractivismo progresista*. Boletín de seguimiento a políticas de recursos naturales. Año IV – N° 8. CEDLA: La Paz, 2010.

_____. El modelo de desarrollo en debate. In: FORNILLO, Bruno; PUENTE, Florencia (Orgs) *Dossier Bolivia*. Buenos Aires. In: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, 2010. Disponível em: <http://iealc.sociales.uba.ar/files/2011/06/04-dossierbolivia.pdf>>

HAGE, Jorge Alexandre Althayde. *Breves notas sobre a Guerra do Gás na Bolívia*. Polêmica - Revista eletrônica ISSN 1676-0727 - Volume7 (3) - julho/setembro: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.polemica.uerj.br/pol25/contemp_3.htm>

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004

HERRERA, María Teresa González. *Bolivia: normativa, descolonización y los retos de la transición al socialismo comunitario*. In: FORNILLO, Bruno; PUENTE, Florencia. *Dossier Bolivia*. Buenos Aires. In: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, 2010. Disponível em: <http://iealc.sociales.uba.ar/files/2011/06/04-dossierbolivia.pdf>.

IAMAMOTO, S.A.S. *O Nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: revoltas neoliberais e constituinte (2000-2009)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

IMF. *IMF Mission Concludes Article IV Consultation Visit to Bolivia*. Press Release No. 13/455 November-2013. Disponível em <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2013/pr13455.htm>>. Acesso em novembro/2013

JUBILEO, Fundacion. *Nacionalizaciones de Hidrocarburos en Bolivia*. La Paz: Fundacion Jubileo, 2009.

KATZ, Claudio. *América Latina. Socialismo ou neo-desenvolvimentismo*. Disponível em <http://resistir.info/varios/socialismo_neodesarrollismo_p.html>. Acesso em 01/07/2013

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

KOHL, Benjamin. *Challenges to Neoliberal Hegemony in Bolivia*. Editorial Board of Antipode: Oxford- U.K., 2006

KOMADINA, Jorge; REGALSKY, Pablo; SOTO, Gustavo (orgs). *La Mascarada del poder. Respuesta a Álvaro García Linera*. Ediciones Herramienta, Colección Pensamiento crítico. Buenos Aires: 2012

LAURE, Toño. Balance y perspectivas del “Proceso de Cambio.”. In: *Ecología y Marxismo: Un debate contra el desarrollismo positivista*. La Paz: Ediciones Palabra Obrera, 2012.

LAVAUD, Jean Pierre, *L'instabilité politique de l'Amérique Latine. Le cas de la Bolivie*, Paris: L'Harmattan, 1990

LEBOWITZ, Michael. *Construyámoslo ahora. El socialismo para el siglo XXI*. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2006.

LINERA, Álvaro Garcia. *A potência plebeia – ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

_____. *Geopolítica de la Amazonía: Poder hacendal–patrimonial y acumulación capitalista*. Vicepresidencia del Estado Plurinacional Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional. La Paz, 2012

_____. El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: *El Estado. Campo de Lucha*. La Paz, Bolivia: Muela del Diablo, 2010.

_____. *A Bolívia pelos olhos do vice*. Entrevista concedida a Luis Hernández Navarro, do La Jornada Extraído do Outras Palavras. Disponível em <<http://outraspalavras.net/mundo/america-latina/a-bolivia-pelos-olhos-do-vice/>>. Acesso em 13-11-2012

_____. *Las tensiones creativas de la revolución: La quinta fase del Proceso de Cambio*. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional: La Paz, 2011.

_____. *La construcción del nuevo Estado, nuestra experiencia*. In: FORNILLO, Bruno; PUENTE, Florencia (Orgs) *Dossier Bolivia*. Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe: Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://iealc sociales.uba.ar/files/2011/06/04-dossierbolivia.pdf>>

_____. *Las élites comparten el poder*. Disponível em: <http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/mayo2007/290507_1.html> Acesso em julho/2013

LIPPOLIS, Vincenzo. *Assembleia Constituinte*. In: Dicionário de Política (volume 1). Brasília: Editora UNB, 2010

LÓPEZ, Horst Grebe. *Estado y mercado en Bolivia: una relación pendular*. *Revista Nueva Sociedad*, Nº 221, maio-junho, 2009.

LORA, Jorge. *Las particularidades de la lucha de clases en la Bolivia real*. In: *Rebelión*, 2013: Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=169165>>. Acesso em junho, 2013

LOWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: *O marxismo na América Latina*. LOWY, Michael (org). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999. 2º edição ampliada, 2006.)

MAYORGA, Fernando. *Encrucijadas: Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia*. Editorial Gente Común: La Paz, 2007.

_____. 2011 *¿Hacia una nueva fase en el proceso político?* PNUD: Cochabamba, 2011.

MARX, Karl. *O Capital - Capítulo XXIV: A Chamada Acumulação Original*. Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm>>

MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca: Salamanca, 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf>

MESA, J. DE; GISBERT, T.; MESA GISBERT, C. D. *Historia de Bolivia*. 7a ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2007.

MORALES, Juan Antonio. *Cambios y consejos neoliberales en Bolivia*. *Nueva Sociedad*, nº 121 (Septiembre – Octubre), 1992. Artigo disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/2164_1.pdf> Acesso em fevereiro/2012

MORALES, Natasha. *La Política Social en Bolivia. Un Análisis de los Programas Sociales (2006-2008)* Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010. Estudo disponível em <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35177440>>

NACIF, Federico. *Industrialización del litio en Bolivia: propiedad pública desarrollo autónomo y soberanía energética*. *Revista Pueblos* (Tercero Trimestre): Madrid, 2013

PETRAS, James. Entre la insurrección y la reacción: la búsqueda del “capitalismo normal” de Evo Morales. In: *Revista Lutas & Resistências* / publicação do Grupo de Estudos de Política

da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – n.2 (1o sem. 2007).ISSN: 1980-8100. Londrina, 2009.

POP-ELECHES, Grigori. *Crisis to Reform: IMF Programs in Latin America and Eastern Europe*. Princeton University Press,: Princeton, 2009

PORTILLO, Susan Rina Velasco. *La Nacionalizacion Pactada: Una nueva forma de gobernanza sobre el gás boliviano*. FLACSO-Ecuador. Ediciones ABYA-YALA: Quito, 2011

PORTUGAL, Tania Martínez. *Y llegaron los noventa...La entrada de las multinacionales en Bolivia*. In: *Las multinacionales españolas en Bolivia. De la desnacionalización al proceso de cambio*. Observatorio de Multinacionales en América Latina; Centro de Documentación e Información Bolivia. Cochabamba: Bolivia, 2010

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Elementos de análise sobre a crise do Estado*. In: *O Estado em crise*. Editora Graal: Rio de Janeiro, 1977.

PUENTE, Rafael. El movimiento indígena está venciendo su aprehensión frente a la clase media y a los profesionales. In: FUENTES, Federico; HARNECKER, Marta (orgs) *MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento Político que surge de los movimientos sociales*. Entrevista colectiva con Santos Ramírez, Lino Villca, Isabel Ortega y Alejandro Colanzi. Entrevistas individuales a Leonilda Zurita, Antonio Peredo, Ramiro Llanos y Rafael Puente. La Paz, 2008.

QUIJANO, Aníbal. *El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?* In: OSAL, Año V, Nº 13. Enero-Abril 2004. Disponible em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal13/ACQuijano.pdf>>

QUINTANA, Juan Ramón. *Bolivia: Cultura, estratégia e forças armadas*. In: D ´ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs) *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

QUIROGA, Carlos Villegas. *Privatización de la industria petrolera en Bolivia: Trayectoria y efectos tributarios*. Plural Editores: La Paz, 2004.

_____. *Rebelión popular y los derechos de propiedad de los hidrocarburos*. Buenos Aires: OSAL, año IV, Nº 12. Septiembre-Diciembre, 2003. Disponible em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal12/d1quiroya.pdf>>

RADA, Alfredo. *Clase obrera y proceso político en Bolivia*. Disponible em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=175154&titular=clase-obrera-y-proceso-pol%EDtico-en-bolivia->>. Acesso em 02/11/2013

RADA, Andrés Solis. *La fortuna del presidente*. La Paz: La tarde editorial, 1997.

RADA, Alfredo. *Clase Obrera y proceso político en Bolivia*. Disponible em <<http://www.rebellion.org/noticias/2013/10/175154.pdf>>. Acesso em dezembro/2013

RAMÍREZ, Pablo Mamani. *El rugir de la multitud: levantamiento de la ciudad aymara de El Alto y caída del gobierno de Sánchez de Lozada*. Buenos Aires: OSAL, año IV, N° 12. Septiembre-Diciembre, 2003.

REBELIÓN. ORG. *Cada hora 18 bolivianos se hunden en la pobreza*. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=7204>>. Acesso em Junho/2013

_____. *Evo Morales y el Banco Mundial confirman su alianza para el desarrollo*. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=154854>>. Acesso em 04 /11 /2013

RIVERO, María del Carmen. *El poder de las luchas sociales. 2003: Quiebre del discurso neoliberal*. La Paz: CEDLA, 2006.

ROSENMAN, Marcos Roitman. *Neoliberalismo*. In: *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2006.

SACHS, Jeffrey. *The bolivian Hyperinflation and Stabilization*. AEA Papers and Proceedings, Vol 77, No. 2, May 1987. Disponível em: <http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/documents/AER0587_000.pdf>. Acesso em 11/04/201

SALAS, Guimer Zambrana. *Los años en los que nos cambiaron las preguntas...In: 30 años de democracia en Bolivia: Repaso multidisciplinario a un proceso apasionante (1982-2012)*. In: BERRIOS, Clara; MIRANDA, Isabel Mercado; PEÑARANDA, Raúl (orgs). Pagina Siete: Bolívia, 2012

SANTIESTEBAN, Gustavo Soto. *Área indígena protegida na Bolívia é ameaçada por construções financiadas pelo BNDES*. Disponível em <<http://www.ibase.br/pt/2011/10/territorio-indigena-e-parque-nacional-isiboro-secure-o-final-da-ilusao-e-o-advento-do-novo/>>. Acesso em 02/05/2013

SALINAS, Gloria Ardaya. *La crisis política en Bolivia*. In: Umbrales, La Paz, 2009.

SÉRIE: *Trabalho e Exploração Infantil na América Latina e no Caribe*. Disponível em <http://www.visionmundial.org/archivos-de-usuario/Documentos/91_por.pdf>. Acesso em 25 /03 /2013

SHULTZ, Jim. *A guerra pela água na Bolívia*. Disponível em <<http://clip2net.com/page/m2498/23051>>. Acesso em abril /2013

SOLARIS, Jaime. *A COB sob o governo Morales*. Entrevista concedida na sede da Central Obrera Boliviana. La Paz, janeiro/2013

SOLIZ, Sacha Sergio Llorenti. *La guerra contra las drogas en Bolivia*. Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/ftaa/noticias_nl/guerradrogas.htm>. Acesso em abril /2013

SORUCO, Alicia Tejada. *Minería em las Tierras Bajas de Bolivia*. Cochabamba: CEDIB, 2011.

SORUCO, Ximena. *De la goma a la soya: El proyecto histórico de la elite cruceña*. In: *Los barones del oriente. El poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Fundación Tierra: Santa Cruz, 2008.

SUL 21: *Na Bolívia, Evo nacionaliza companhia de eletricidade espanhola*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/2012/05/na-bolivia-morales-nacionaliza-companhia-de-eletricidade-espanhola/>> Acesso em: dezembro/2013

SOUZA, Julia Gomes. *Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal: apontamentos para a reflexão do caso boliviano*. In: VI Colóquio Marx Engels, 2009, Campinas. 6º Colóquio Marx Engels - Anais, 2009.

STEFANONI, Pablo. *El nacionalismo indígena en el poder*. In: OSAL, Ano 6, Nº 19. CLACSO: Buenos Aires, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/stefanoni.pdf>>

SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo *Bolivia: Memoria, insurgencia y movimientos sociales*- 1a ed. -El Colectivo, Clacso: Buenos Aires, 2007.

TAHBUB, Marwan. *El contexto sociopolítico de la Inversión Extranjera Directa en América Latina y en Bolivia*. In: *Las multinacionales españolas en Bolivia. De la desnacionalización al proceso de cambio*. Observatorio de Multinacionales en América Latina; Centro de Documentación e Información Bolivia. Cochabamba: Bolivia, 2010.

TAPIA, Luis. *Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional* In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, septiembre. CLACSO: Buenos Aires, 2007. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/stefanoni.pdf>>

TERÁN, Roberto Fernández. *El reacomodo del poder petrolero transnacional en Bolivia*. In: *La Mascarada del poder. Respuesta a Álvaro García Linera*. Ediciones Herramienta, Colección Pensamiento crítico. Buenos Aires: 2012

TERÁN, Mario Alejandro Torrico. *La economía política del periodo democrático y neoliberal en Bolivia en el orden mundial*. México D.F. Biblioteca FLACSO, 2006.

_____. *¿Qué ocurrió realmente en Bolivia?* Perfiles Latinoamericanos [On-line] 2006, (julio-diciembre) Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11502809>> ISSN 0188-7653. Acesso em dezembro/2013

TIERRA, Fundación: *La expansión del agronegocio en Bolivia*. Disponível em <http://www.ftierra.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17066:la-expansion-del-agronegocio-en-bolivia&catid=159:sa&Itemid=239>. Acesso em 05/11/2013

TORRES, Juan Carlos. *O encaminhamento político das reformas estruturais*. *Lua Nova* [online], nº 37: São Paulo, 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451996000100004&script=sci_arttext> Acesso em novembro/2012

UNESCO. *Resultados de la Republica de Bolivia en la erradicación del analfabetismo como experiencia de utilidad en los esfuerzos de la Unesco en el decenio de las Naciones Unidas para la alfabetización (2003-2012)*. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001818/181816s.pdf>>. Acesso em dezembro/2012

UNISINOS, Instituto Humanitas. *Conjuntura da Semana. Bolívia - Governo plurinacional e pluriétnico em crise*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501470->

conjuntura-da-semana-bolivia-governo-plurinacional-e-pluri-etnico-em-crise>. Acesso em janeiro/2014

VIEIRA, Tiago Renato Tobias. *Avanços e limites do movimento cocalero boliviano*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/12_tiaготobias.pdf>

VILLEGAS, Pablo. *La desnacionalización del Estado boliviano y sus recursos naturales*. In: *Las multinacionales españolas en Bolivia. De la desnacionalización al proceso de cambio*. Observatorio de Multinacionales en América Latina; Centro de Documentación e Información Bolivia. Cochabamba: Bolivia, 2010.

VITTE, Claudete de Castro. *A questão energética na América do Sul: um estudo preliminar sobre o gás boliviano sob a perspectiva da infra-estrutura, da regulação estatal e do território*. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 35-54, jan./jun. 2007.

Documentos governamentais e programas de governo

BOLIVIA, Nueva Constitución Política del Estado. Versión oficial aprobada por la Asamblea Constituyente - 2007 y compatibilizada en el Honorable Congreso Nacional – 2008. Disponível em <<http://www.patrianueva.bo/constitucion/>>. Acesso em maio/2013

DECRETO SUPREMO 21060. Disponível em <<http://www.riosmauricio.com/wp-content/uploads/2012/11/Decreto-21060-del-29-de-agosto-de-1985.pdf>>

DECRETO SUPREMO N° 24914. Disponível em: <<http://www.anh.gob.bo/Documentos/Dj/Normativa/DS-NRO-24914.pdf>>

LEY DE CAPITALIZACIÓN, 21 DE MARZO DE 1994 Disponível em <<http://www.lexivox.org/norms/BO-L-1544.xhtml>>. Acesso em março/2013

LEY DE PRIVATIZACIÓN DE 24 DE ABRIL 1992. Disponível em <<http://www.lexivox.org/norms/BO-L-1330.xhtml>>. Acesso em março /2013

LEY DE HIDROCARBUROS N° 1731. Disponível em <http://www.hidrocarburosbolivia.com/downloads/Ley_1731.pdf> Acesso em março /2013

LEY DE REFORMA EDUCATIVA N° 1565 DE 7 DE JULIO DE 1994. Disponível em: <<http://www.filosofia.org/mfa/fabo994a.htm>> Acesso em março /2013

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO. Programa de Gobierno MAS – IPSP: *Por una Bolivia Digna, Soberana y Productiva para Vivir Bien*: La Paz, 2005. Disponível em <http://www.archivochile.com/Portada/bol_elecciones05/bolecciones0009.pdf>

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO. *Programa de Gobierno (2010-2015) Bolivia Pais Líder*. 2009. Disponível em http://www.eforobolivia.org/archivos/AMAS_IPSP.pdf. Acesso em maio /2013

Periódicos disponíveis na Internet

BOLPRESS. *Evo: ?Comienza la nueva historia de Bolivia?*. Disponível em <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2005121836>. Acesso em maio/2013

_____: *Evo Morales ofrece todas las garantías a la propiedad privada*. Disponível em <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2006100401>. Acesso em novembro/2013

FOLHA DE SÃO PAULO. *Bolívia vence o analfabetismo e dá testemunho ao Paraguai e Nicarágua*. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2008/12/21/ult1766u29154.jhtm> Acesso em dezembro/2012

LA RAZON: *Al MIR y a ADN nos separan ríos de sangre*. Disponível em http://www.la-razon.com/suplementos/especiales/historias_0_1702629818.html. Acesso em Fevereiro/2013

_____. *El Fondo Monetario Internacional prevé que Bolivia y Perú experimentarán mayor crecimiento*. Disponível em http://www.la-razon.com/mundo/FMI-optimismo-crecimiento-paises-andinos_0_1921007951.html. Acesso em novembro/2013

LA PATRIA: *El modelo económico de 1985 originó la "marcha por la vida"*. Disponível em: <http://lapatriaenlinea.com/?t=el-modelo-economico-de-1985-origino-la-marcha-por-la-vida¬a=117682>. Acesso em maio /2013

NUEVO DIARIO. *Queremos socios, no patrones”, aseguró Evo Morales en Madrid*”. Disponível em <http://www.nuevodiarioweb.com.ar/notas/2009/9/15/el-mundo-301016.asp> Acesso em 14/05/13